

Outubro de 2019

# URBAN AGRICULTURE MAGAZINE

UA  
36

## Conselhos de Política Alimentar



[www.ruaf.org](http://www.ruaf.org)

**RUAF**

*Fotos: Rikolto, SAKALA, Mandel & Sesam, Urban Growers Collective Chicago, Ronian Jabon, Camp Green Uganda e Airin Stephens of Roots to Harvest.*

Revista de Agricultura Urbana nº. 36 - Outubro de 2019

## Conselhos de Política Alimentar

3	Editorial
8	O desenvolvimento de conselhos de segurança alimentar na América do Norte
12	Mudanças na estrutura organizacional dos conselhos de política alimentar
14	Conselhos de política alimentar buscando seu caminho para a estabilidade financeira
16	Criando o hábito de medir e monitorar
18	A evolução do papel dos conselhos de política alimentar: do foco nas políticas públicas para a orientação crítica da alimentação
<b>23</b>	<b>Dando aos jovens um lugar na discussão sobre política alimentar em Toronto</b>
26	Um conselho híbrido de política alimentar para a Área Metropolitana de Amsterdã
32	Estratégias alimentares locais em Flandres
34	Gent em Guarda
36	‘Conexões Alimentares’ em Leuven
38	Das hortas urbanas ao Pacto Agroalimentar de Quito
43	Laboratórios de Mudança Alimentar transformam os sistemas alimentares locais em Uganda e Zâmbia
48	Projetando sistemas alimentares holísticos com a participação cidadã na Bolívia
52	Conselho de Política Alimentar de Antananarivo: política pública como prática
56	Por um sistema alimentar seguro, nutritivo, econômico e inclusivo para Arusha, com base numa parceria
60	Perspectivar os conselhos de segurança alimentar em Portugal
64	O Fórum de Segurança Alimentar, Agricultura e Pecuária de Nairóbi e região
68	O que está sendo preparado na ‘cozinha’ de política alimentar de Berlim?
73	Conselhos de política alimentar como alavancas para o desenvolvimento local na Itália
77	Como o conselho de política alimentar no Rio está implementando a política nacional de segurança alimentar
83	Fortalecendo um sistema alimentar alpino-mediterrâneo nas montanhas do Tirol do Sul
85	A Coalizão de Política Alimentar de St Louis: por um sistema alimentar local vigoroso, justo e sustentável
90	Alimentação na Grande Manchester: uma parceria alimentar urbano-regional estratégica
93	Leituras posteriores

## Editorial

# Conselhos de política alimentar: lições sobre ‘inclusividade’

Jess Halliday,  
Carmen Torres e  
René van Veenhuizen

**A governança dos sistemas alimentares está mudando. Onde antes o abastecimento alimentar era assunto para o planejamento conduzido de cima para baixo por governos nacionais, muitas vezes influenciado pelas forças do mercado, hoje a governança desses sistemas – em todos os níveis, do internacional ao local – está mudando para formas mais participativas e inclusivas.**

Atualmente cada vez mais cidades e regiões de todo o mundo – em países de todas as faixas de renda – estão formando Conselhos de Política Alimentar (CPAs) ou grupos similares conhecidos por outros nomes, como redes, parcerias, ‘labs’, coalizões, fóruns e plataformas multiatorais, ligados à segurança alimentar e nutricional.

*Reunião sobre estratégia alimentar em Leuven.  
Foto: Jelle Goossens (Rikolto)*

Esses grupos reúnem as várias partes envolvidas no sistema alimentar para compartilharem suas perspectivas sobre os desafios enfrentados, desenvolver soluções

inovadoras e influenciar políticas e planos relacionados com a alimentação. Todos são movidos pelo desejo de transformar os sistemas alimentares, tornando-os mais sustentáveis, saudáveis e justos, e assegurando que as necessidades e os interesses daqueles que constituem os elos centrais das cadeias de abastecimento – os agricultores, processadores e distribuidores de pequena escala e os cidadãos consumidores – não sejam negligenciados.

Esta edição é um esforço colaborativo entre a RUAF e a Hivos (ver destaque). A RUAF tem uma longa experiência facilitando a formulação de políticas em processos multiatorais (1). A Hivos apoia iniciativas que conectam os vários atores do sistema alimentar, incluindo aqueles que são frequentemente excluídos dos processos de formulação de políticas – como os vendedores informais, as mulheres e grupos vulneráveis ([www.hivos.org/program/sustainable-diets-4-all](http://www.hivos.org/program/sustainable-diets-4-all)).

Vários programas e marcos regulatórios enfatizam a importância do desenvolvimento multiatorial de políticas, incluindo o recurso sobre “Sistema Alimentar Urbano-Regional”, projetado pela RUAF, Universidade Laurier e a FAO (ver edições anteriores da Revista de Agricultura Urbana) (2).

O Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, agora assinado por representantes de 200 cidades (3), inclui uma recomendação de mudança na governança para aumentar a participação das várias partes interessadas no nível da cidade, por meio do diálogo político, e, se apropriado, da



indicação de um consultor experiente na formulação de políticas e/ou desenvolvimento de plataformas multiatorais ou conselhos alimentares, bem como por meio da educação e da conscientização da sociedade”. As lições sobre o funcionamento de CPAs que nos podem ser úteis, até agora, provêm de países de renda mais alta, particularmente na América do Norte (ver página 8).

Conforme o movimento para uma governança mais inclusiva e multiatorial dos sistemas alimentares urbanos e urbano-regionais ganha força, surge a necessidade inevitável de documentar e sistematizar as experiências em nível urbano-regional que estão a ocorrer em todo o mundo.

Nesta edição da Revista de Agricultura Urbana, exploramos as experiências de CPAs e entidades similares, os impactos documentados e os desafios enfrentados – com um foco especial em suas abordagens para promover maior inclusão.

### Abordagem inclusiva

A maioria dos CPAs descritos nesta edição busca incluir todo o espectro de atores presentes ao longo do sistema alimentar – como os agricultores, distribuidores, processadores e vendedores.

Existem também muitas vezes representantes de diversos órgãos públicos e programas municipais, ou de outro nível governamental. Os atores não-governamentais incluem as organizações da sociedade civil, ONGs, sindicatos, instituições de pesquisa e acadêmicas etc.

Desde maio de 2019, a Hivos abriga o secretariado da RUAF – Parcerias Globais em Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis, e passou a integrar a rede RUAF. Ambas organizações, Hivos e RUAF, saúdam o valor agregado graças à essa parceria.

A Hivos tem uma rica experiência com programas e implementação de sistemas alimentares sustentáveis e com governança alimentar inclusiva, contando com redes, conexões, parceiros e programas ao redor do mundo para implementar e ampliar sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis e inclusivos.

Os projetos atuais da RUAF continuarão, e novos serão desenvolvidos. O site da RUAF passou por mudanças em seu visual e estrutura. Continuaremos publicando a Revista de Agricultura Urbana, e a próxima edição, a primeira de 2020, irá focar nas questões de gênero nos sistemas alimentares urbanos (ver a última capa).

[www.hivos.org](http://www.hivos.org)

Alguns CPAs são criados por iniciativa de grupos da sociedade civil que buscam envolver os atores do poder público; já outros são criados a partir desses mesmos atores oficiais.

Alguns, como o Conselho de Política Alimentar de Bristol, surgiram como resultado de ações combinadas de cima para baixo, pelo governo, e de baixo para cima, pela comunidade.

Stahlbrand e Roberts, em seu artigo sobre Toronto (página 18), refletem sobre 30 anos de experiências com a adaptação e a inclusão de forças nas duas direções, onde “não estamos mais falando de política alimentar de modo abstrato, mas de uma política que envolve a cidade como uma força viva, que respira por seu próprio direito”.

Eles nos oferecem seis pilares críticos de governança alimentar que formatam a evolução de conselhos de política alimentar.

Em geral, os CPAs esforçam-se por envolver todas as várias partes interessadas cuja participação seria útil. Em Flandres (página 32), conectar os agricultores é um desafio importante, já que eles produzem principalmente para o mercado global e relutam em se envolver com questões alimentares locais.



*Agricultora urbana em Antananarivo.  
Foto: Carmen Zuleta Ferra*

Em Berlim, os membros da Ernährungsrat, em sua maioria branca, classe média e mais educada, estão tentando ativamente alcançar os grupos socioeconômicos e minorias em situação de desvantagem, pois, se esses não forem envolvidos no desenvolvimento de sistemas alimentares alternativos, não terão como atender às suas necessidades.

As iniciativas multiatorais do programa Dietas Sustentáveis para Todos (Sustainable Diets For All - D4All) em Uganda, Zâmbia, Bolívia e Quênia (páginas 43, 48 e 64) mostram que a realização de análises dos atores envolvidos num processo contínuo – mais do que num modelo “liga-desliga” – ajuda a garantir que os atores necessários participem, especialmente aqueles muito envolvidos nos sistemas alimentares mas quase sempre invisíveis e negligenciados, como os vendedores ambulantes de alimentos, as mulheres agricultoras e pequenas processadoras e comerciantes de comida.

Outra abordagem para promover a inclusão é o Conselho Jovem de Política Alimentar de Toronto (Toronto Youth Food Policy Council - TYFPC), uma organização de base comunitária que reúne jovens entre 16 e 30 anos de idade provenientes de grupos sociais excluídos historicamente das decisões de política alimentar que os afetam. Com dois assentos no Conselho de Política Alimentar de Toronto, o TYFPC traz as perspectivas dos jovens sobre o futuro da alimentação para um fórum que reúne especialistas com enorme experiência, mas geralmente de gerações mais velhas (página 23).

## Desafios

Reconhecer os desafios enfrentados pelos CPAs e aprender como os outros os superaram é fundamental para que o movimento possa prosperar

Um desafio importante é identificar o momento certo para criar um CPA, ou formalizar um grupo informal existente. Nas cidades onde a RUAF colaborou, incluindo Quito (página 38), a formalização de um grupo de atores ocorreu com a adoção de uma estratégia alimentar. Esse foi também o momento lógico para a formalização de grupos ligados a estratégias alimentares em Flandres e Leuven, conforme seu papel ultrapassou o nível de desenvolver e promover propostas para então alcançar o nível de coordenar a sua implementação e monitorar o seu progresso (páginas 32 e 36).

Um segundo desafio para os novos CPAs é determinar a estrutura ideal e seu lugar institucional, como destacado por Raychel Santo no artigo na página 12. A experiência descrita do Ernährungsrat de Berlim (página 68) valoriza a sua independência, que lhe permite estabelecer suas próprias prioridades. No Tirol do Sul, diferentemente, por não ser um grupo eleito, o CPA precisou esforçar-se para ser aceito social e politicamente (página 83).

Enquanto isso, em Nairóbi, o fórum de interessados não tem acesso ao governo local, e tem sido prejudicado pela percepção de que depende da FAO – que conduziu o projeto que o criou (página 64).

O terceiro desafio é sua incorporação como uma entidade legal. Esse passo é crucial para que um CPA possa obter financiamento e contratar uma equipe, em vez de depender de trabalho voluntário.

Raychel Santo descreve a mudança que houve na América do Norte nos últimos três anos, com muitas CPAs independentes e informais incorporando-se a governos locais ou a ONGs já existentes (ver página 8).

O quarto desafio é a mudança na escala na qual os CPAs operam. O prefeito de Castel de Giudice deseja ampliar o alcance do CPA local para abranger um território maior, além dos limites municipais – embora a comunicação dos benefícios a médio e longo prazos para os céticos seja difícil, pois esses estão focados geralmente em emergências de curto prazo (página 73). No Reino Unido, o surgimento de um nível de governo urbano-regional está permitindo que os CPAs ganhem uma escala maior, como visto no artigo sobre a Grande Manchester (página 90), que cita parcerias alimentares urbano-regionais em Leicestershire, East Midlands e Londres, e o reconhecimento oficial de parcerias alimentares urbano-regionais pela Rede Nacional de Cidades pela Segurança Alimentar (National Sustainable Food Cities Network).

O quinto e último desafio é promover a continuidade do CPA ao longo de prazos maiores. Como mencionado acima, a sobrevivência requer estabilidade financeira, mas também exige transformações na governança e na percepção pública, de modo a integrar a alimentação na agenda política em geral.

Alguns CPAs respondem a esse desafio promovendo a política alimentar por meio de leis municipais (ver o artigo sobre Quito, página 38, e Nairóbi, página 64).

Outros asseguram que a governança da política alimentar não reside apenas na administração local, mas deve ser compartilhada com a sociedade civil, como em Antananarivo, onde o CPA não é uma instituição municipal, embora o governo local desempenhe um papel decisivo de facilitador (página 52), e nos ‘laboratórios de mudança alimentar’ (food change labs, página 43), onde a transferência das decisões para os participantes assegura o seu comprometimento.

### **Documentação atualizada para apoiar o aprendizado mútuo**

Muitos artigos desta edição testemunham o impacto positivo dos CPAs, desde o sucesso do CONSEA-Rio em promover mudanças na alimentação escolar de modo a apoiar os agricultores locais (página 77), até a influência do Fort Portal Food Change Lab e a “Coalizão do Querer”, sobre a revisão do decreto voltado para a produção de alimentos em Kabarole (página 46).

Ainda assim, como Karen Bassarab relata, diversos CPAs na América do Norte não realizam monitoramentos e avaliações, embora existam ferramentas para levantar as realizações, a capacidade organizacional e o capital social, que podem ajudá-los a evoluir e se adaptar, tornando-os mais inclusivos e efetivos.

Manter um registro contribui para o aprendizado compartilhado e a inspiração mútua. Às vezes acontecem intercâmbios com apoio de redes nacionais e institutos de pesquisa, como a Rede de Cidades Sustentáveis na Alimentação no Reino Unido, e o Centro John Hopkins por um Futuro Vivível, nos Estados Unidos.

Alguns intercâmbios cruzam as fronteiras nacionais, como entre Antananarivo, em Madagascar, e Arusha, na Tanzânia (páginas 52 e 56).

Outros estendem-se por continentes, como as trocas entre o Conselho de Política Alimentar de Toronto e a NEFSALF, de Nairóbi, duas cidades que, embora muito diferentes, compartilham o problema comum de reconciliar o abastecimento de alimentos nutritivos com regulamentações ligadas à segurança alimentar.

As experiências nesta edição da RAU mostram que os CPAs e entidades similares, em todos os lugares, têm lições para compartilhar – independentemente de terem sido criadas há 30 anos ou no ano passado, ou em que parte do mundo estejam operando.

Esta Revista é um primeiro passo para reunir as experiências na governança dos sistemas alimentares urbanos. Esperamos que irá estimular discussões e novas relações de trabalho, e especialmente encorajar CPAs a documentarem as suas experiências – as positivas e as nem tanto - continuamente, de modo que outros possam aprender com elas.

Jess Halliday (RUAF) - [j.halliday@ruaf.org](mailto:j.halliday@ruaf.org)

Carmen Torres e René van Veenhuizen (Hivos)

## Referências

1. Dubbeling, M., de Zeeuw, H., van Veenhuizen, R. (2011), *Cities, Poverty and Food; Multi-stakeholder Policy and Planning in Urban Agriculture*, RUAF Foundation and Practical Action Publishers, 2011 [www.ruaf.org/publications/cities-poverty-and-food-multi-stakeholder-policy-and-planning-urban-agriculture](http://www.ruaf.org/publications/cities-poverty-and-food-multi-stakeholder-policy-and-planning-urban-agriculture)
2. [www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/toolkit/introduction/en/](http://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/toolkit/introduction/en/)
3. [www.milanurbanfoodpolicypact.org](http://www.milanurbanfoodpolicypact.org)

# O desenvolvimento dos conselhos de política alimentar na América do Norte

Mark Winne



*O Conselho de Política Alimentar de Pittsburgh dá boas-vindas à secretária de Agricultura PA Redding para intercâmbios no desenvolvimento da força de trabalho em agricultura urbana. Foto: Amanda Dezulovich, Center for a Livable Future, Food Policy Networks Photo Contest, 2016*

**Conselhos de política alimentar e coalizões similares que buscam melhorar o sistema alimentar por meio da ação organizada voltada para o desenvolvimento de políticas públicas têm uma história que se estende por mais de 40 anos na América do Norte. Seu crescimento inicial foi lento e o impacto, pontual, mas desde o início deste século – em um cenário onde crescem a presença do movimento alimentar e o número de provedores de assistência técnica, a valorização dos sistemas alimentares e das políticas públicas envolvidas, bem como a participação democrática da cidadania – o número e o impacto dos CPAs explodiram.**

Desde os primeiros casos no final dos anos 1970s, a quantidade e a força dos CPAs (também conhecidos por outros nomes, como conselhos alimentares, plataformas ou redes de sistemas alimentares) cresceram aos poucos, até que, a partir de 2007, o movimento começou a acelerar rapidamente. Naquele ano, de acordo com o Centro por um Futuro Vivível da John Hopkins (Johns Hopkins Center for a Livable Future - CLF), já existiam 341 CPAs na América do Norte.

A compreensão do contexto histórico e das forças por trás da evolução dos CPAs na América do Norte pode fortalecer os sistemas alimentares locais e estaduais (subnacionais), bem como o desenvolvimento de políticas públicas adequadas, na medida em que as experiências podem inspirar e instruir os atuais promotores de políticas alimentares.

Ela também ajudará os novos CPAs em todo o mundo a superarem as inevitáveis barreiras e se adaptarem a contextos em permanente mutação.

## Os primeiros CPAs

A improvável origem de todos os conselhos de política alimentar nos Estados Unidos foi a cidade Knoxville, a leste do Tennessee.



Robert L. Wilson, professor na Escola de Planejamento da Universidade do Tennessee, reuniu um grupo de estudantes em 1977 para analisar o papel dos governos locais em seus “sistemas alimentares”, um termo então pouco corrente.

Os trechos do relatório a seguir (1) podem ser lidos como uma declaração prevenida da importância dos sistemas alimentares, bem como um chamado à ação para os municípios:

*“a alimentação é ...um sistema de apoio urbano complexo, incluindo o abastecimento, a distribuição e o consumo... mas que no passado não constituía uma área de preocupação nas ações de planejamento...”*

*O grupo sugeriu a criação de algum tipo de conselho de política alimentar, capaz de viabilizar a supervisão pública das funções de abastecimento e distribuição de alimentos na cidade.*

*Uma condição necessária percebida é que, antes de iniciarem uma ação pública, as pessoas com responsabilidade no processo devem compreender todo o sistema. “*

O estudo levou à criação do Conselho de Política Alimentar de Knoxville, em 1982, a primeira entidade do tipo na América do Norte. Em 1990, o CPA de Toronto tornou-se o primeiro Conselho criado numa das cidades mais importantes do continente. E o último pioneiro a ser mencionado é o CPA de Connecticut, que em 1998 tornou-se o primeiro com abrangência estadual. Porém o CPA de Hartford, capital de Connecticut, criado em 1993, o precedeu, sendo hoje é o terceiro CPA mais longo no mundo.

Embora esse período inicial da inovação representada pelos CPAs deva ser visto como uma mudança importante no modo como os promotores da segurança alimentar interagiam com os governos subnacionais, a evolução do processo iria cair na estagnação até 2007, quando um período muito dinâmico foi iniciado.

### **Uma tendência ‘devagar, mas sempre’**

Ken Dahlberg observou: “nenhum governo estadual ou municipal tem uma Secretaria de Alimentação”. Como professor de ciência política na Universidade Estadual de Michigan Ocidental, Dahlberg estava interessado nas funções dos governos locais, que incluíam geralmente planejamento, saúde, educação, segurança pública, transporte e desenvolvimento econômico.

Dada a importância da alimentação na vida humana e a crescente compreensão dos sistemas alimentares, ele especulava por que a alimentação não tinha uma secretaria nos governos locais nem estaduais.

Nos EUA, os governos estaduais espalham as várias funções relacionadas à alimentação por diversos departamentos e secretarias, e nunca a abordam de forma organizada e coordenada.

A partir de meados dos anos 1970s, a alimentação como uma questão local começou a ser reconhecida, conforme os mercados de produtores e as hortas comunitárias surgiam na paisagem das cidades, e depois com o surgimento de bancos de comida em resposta ao risco crescente de fome em muitas moradias.



Northeast Sustainable Agriculture Working Group Youth Advocacy Day. Foto: Rhode Island Food Policy Council, Center for a Livable Future, Food Policy Networks

Porém, além das ocasionais doações municipais, ou de algum decreto rotineiro (p.ex., expedir licenças para a instalação de um mercado de produtores), os governos locais eram indiferentes com relação à alimentação como uma função municipal legítima.

Na tentativa de testar o potencial dos CPAs, Dahlberg e outros participaram numa conferência de prefeitos para apoiar ou criar conselhos em seis cidades, em meados dos anos 1980s. Apenas uma das seis, Knoxville, continuou a operar um CPA ininterruptamente desde a conclusão do projeto. As outras cinco – Philadelphia, Charleston (Carolina do Sul), Kansas City (Missouri), condado de Onondaga (em Syracuse, NY), e St Paul (Minnesota) deixaram de funcionar, embora os CPAs de St Paul, Philadelphia e Syracuse tenham sido recriados ao longo dos 25 anos seguintes.

As razões para a falha do projeto foram analisadas por Ken Dahlberg (2), mas dois fatores principais prejudicaram esses pilotos: (1) o próprio movimento alimentar estava ainda evoluindo, e ainda não abrangia as variadas conexões presentes no sistema alimentar; e os governos locais e estaduais não percebiam a alimentação como uma questão prioritária, importante especialmente durante crises e situações de estresse local.

### Rápido crescimento

Por volta do ano 2000, havia apenas cerca de 20 ou 25 CPAs na América do Norte – o mesmo número, aproximadamente, das criadas mais tarde em apenas um ano (2017), conforme verificado pelo CLF.

Em 2007, havia aproximadamente 60 CPAs, número que cresceu para 341 em 2017 (3). O que explica essa avalanche de novos CPAs? Pode-se argumentar com a teoria de que haveria tanta demanda reprimida que seria apenas uma questão de tempo para que o dique se rompesse...

Talvez haja alguma verdade nisso, mas é mais provável que os motivos sejam uma combinação de fatores, inclusive o trabalho em rede e as mídias sociais, a diversificação e o crescimento do movimento alimentar em geral, o discurso sobre democracia alimentar, a convergência de preocupações com a saúde, a segurança alimentar e o caos climático, e a crescente importância das políticas públicas na promoção de sistemas alimentares sustentáveis e equitativos.

Os ativistas do movimento alimentar em geral demonstram grande interesse no trabalho em rede. Sejam mercados de produtores, educação agrícola e alimentar em escolas, ou bancos de alimentos, para citarmos apenas alguns, o conhecimento e a experiência são transmitidos livremente através das membranas semipermeáveis que separam os setores do sistema alimentar e as comunidades.

Esse “compartilhamento de conhecimentos” tornou-se mais formalizado quando a Coalizão de Segurança Alimentar Comunitária (Community Food Security Coalition - CFSC), entidade sem fim lucrativo, criou seu Projeto de Conselhos de Política Alimentar, em 2007.

Com alguns recursos *online*, o primeiro fórum nacional de seu tipo (cerca de 200 pessoas participaram), e outras formas de treinamento e assistência técnica – por exemplo, o projeto produziu um manual “Criando Conselhos de Política Alimentar do Modo Certo” (Doing Food Policy Councils Right, que se tornou uma ferramenta de treinamento popular) – o CFSC apoiou a expansão dos CPAs por toda a América do Norte.

Logo após a CFSC fechar seus escritórios em 2012, suas funções foram transferidas para o Johns Hopkins Center for a Livable Future, que acrescentou novos recursos, incluindo mais tecnologia de comunicação para desenvolver e fortalecer os CPAs.

Embora seja impossível estabelecer uma ligação causal entre o trabalho da CFSC e do CLF e o aumento de quase seis vezes no número de CPAs nos últimos dez anos, é muito provável que essa oferta de um conjunto de recursos e a assistência direta tiveram uma contribuição substancial para a sua proliferação.

*Um agricultor urbano testemunha diante uma comissão do Conselho Municipal de Minneapolis para defender mudanças na política de agricultura urbana local. Foto: Michelle Horovitz, Center for a Livable Future, Food Policy Networks.*



Relacionada com o trabalho em rede, foi a grande expansão em tamanho e diversidade do movimento alimentar, estimulada pelo aumento (e documentação) da insegurança alimentar, obesidade e doenças relacionadas com a dieta, e pelo desejo por fontes de alimentos mais locais e produzidos de modo mais sustentável.

A extensão dessa expansão já foi documentada (4): no início dos anos 2000 muitos municípios tinham ao menos um mercado de produtores, banco de alimentos, programas de educação alimentar nas escolas e de hortas comunitárias, iniciativas de educação nutricional, e esforços para implementar alguns dos 15 programas ligados a nutrição oferecidos pela Secretaria da Agricultura dos EUA.

E não são só os programas que interessam, mas também as organizações não-governamentais e agências do governo e empresas comerciais que se articulavam e pressionavam por esses programas. Em muitos lugares, as redes informais reunindo todas essas partes interessadas levaram à construção de coalizões e muitas vezes à criação de conselhos de política alimentar.

O surgimento da alimentação como uma área especializada de preocupações públicas – antes limitada ao governo federal nos EUA (por exemplo, a Farm Bill) até os anos 1980s – encontrou expressão mais consistente nos governos estaduais e municipais.

Duas pesquisas nos últimos sete anos relataram uma quantidade substancial de legislações estaduais e municipais voltadas para as questões alimentares (5). O papel que os conselhos de política alimentar desempenharam na formulação dessas políticas pode ser discutido, mas é difícil – como é impossível separar “quem dança da dança em si” – duvidar que os interesses alimentares locais organizados em CPAs tiveram um papel fundamental no processo de formulação dessas políticas.

Nós convidamos vocês a participarem da conversação sobre conselhos de política alimentar em [www.foodpolicynetworks.org](http://www.foodpolicynetworks.org). Também é possível assinar a lista de mensagens, encontrar recursos em nosso banco de dados, localizar outros CPAs nos EUA e Canadá em nossa lista, contatar outros pesquisadores que podem lhe ajudar a avaliar seu trabalho, compartilhar sua história, prestar ou solicitar assistência técnica, e resolver problemas com a ajuda de colegas.

**Mark Winne**

Johns Hopkins Center for a Livable Future  
[win5m@aol.com](mailto:win5m@aol.com)



Representantes de 28 conselhos alimentares da Carolina do Norte, EUA, reúnem-se no Encontro Estadual de Conselhos Alimentares 2017.  
Foto: Marcello Cappellazzi, Center for a Livable Future, Food Policy Networks.

## Mudanças na estrutura organizacional dos conselhos de política alimentar

Raychel Santo

**O Johns Hopkins Center for a Livable Future – CLF analisou dados dos últimos três anos de um censo anual (3) de conselhos de política alimentar (CPAs) nos EUA e Canadá, sobre como a sua estrutura vem mudando ao longo do tempo.**

Existem três tipos principais de estrutura que um CPA pode adotar:

- 1) informal / independente,
- 2) integrado a uma instituição, ou
- 3) formalizado independentemente como uma ONG ou organização beneficente.

Em 2018, o tipo mais comum de estrutura de CPAs nos EUA e Canadá foi integrado a alguma instituição, em geral agência oficial ou associação beneficente. A definição das estruturas dos CPAs varia conforme a idade do conselho e tem mudado com o tempo. Com cada um dos tipos de estrutura, vêm compensações e compromissos para o conselho, afetando sua capacidade de advocacia, credibilidade e disponibilidade de recursos.

Diversos fatores podem influenciar como um CPA decide se estruturar, incluindo sua missão e objetivos, membresia, composição, recursos disponíveis e o clima social e político da jurisdição onde atua (6). Sua estrutura também pode influenciar na maneira como o grupo trabalha.

Por exemplo, um CPA incluído numa agência governamental pode estar bem colocado para oferecer recomendações de políticas ou orientar outros órgãos públicos e autoridades eleitas, mas pode ter sua ação influenciada pelos interesses desses órgãos diante de certas políticas específicas.

Os CPAs integrados a agências governamentais podem receber apoio significativo, na forma de recursos financeiros e pessoais, mas esse apoio é também vulnerável a crises conforme ocorram mudanças nos governos eleitos e nas prioridades da administração local.

Uma coalizão de organizações de base comunitária pode ter maior flexibilidade para promover políticas públicas, mas, por não terem um financiador principal, pode ser difícil obter fundos, sem contar com um monitoramento responsável (7).

Os grupos formalizados como organizações independentes sem fins lucrativos podem ter mais facilidade para obter recursos por serem legalmente reconhecidos. Porém, preencher as exigências para essa formalização pode custar tempo e dinheiro.

Por essas e outras razões, os grupos frequentemente dedicam muito tempo para decidir como podem se estruturar e, com o tempo, como modificar sua estrutura para atender melhor suas necessidades.

A forma de um CPA precisa ser capaz de se adaptar às flutuações em sua membresia, recursos, contexto e prioridades. Essa flexibilidade ajuda os CPAs a permanecerem capazes de responder às necessidades da comunidade, e serem mais eficientes e efetivos em suas operações.

Nos últimos três anos, pudemos observar algumas diferenças notáveis nas estruturas dos CPAs: eles mudaram em direção de estruturas cada vez mais formalizadas.

Em 2015, o tipo mais comum de estrutura organizacional era o de coalizão informal de entidades de base comunitária, com 41 % dos conselhos tendo essa estrutura, comparados com 21 % ou menos que adotavam outras formas. Em 2018, a situação dos conselhos mais provável era estarem integrados numa ONG (34 %) ou numa agência governamental (26 %), do que integrando coalizões informais de organizações de base (20 %).

Ainda estamos explorando a dinâmica envolvida na transformação e adaptação das estruturas dos CPAs, mas as tendências atuais indicam que, pelo menos com relação aos EUA e ao Canadá, existe uma crescente institucionalização dos conselhos.

Essa institucionalização pode ser resultado da maior consciência da importância dos sistemas alimentares locais e regionais, ou da credibilidade dos conselhos de política alimentar como espaços para o controle democrático sobre os nossos próprios sistemas alimentares.

# Conselhos de política alimentar encontram seus caminhos para a estabilidade financeira

Anne Palmer

**Já em 1988, Clancy identificou oito elementos críticos para o sucesso de CPAs, que incluíam recursos para manter uma equipe e implementar projetos. Décadas depois, captar recursos continua sendo um desafio significativo para a maioria dos conselhos. O censo realizado em 2018 pelo Johns Hopkins Center for a Livable Future's (CLF) com os CPAs dos EUA e do Canadá verificou que 68 % deles têm um orçamento anual inferior a \$10,000.**

Porém a falta de apoio financeiro não atrasou o surgimento de novos CPAs – o número aumentou de aproximadamente 60 grupos identificados nos EUA em 2007 para 341 em 2017. Diferenças notáveis no nível de financiamento entre os CPAs são evidentes quando se observam os fatores como estrutura e tempo de existência.

Não surpreendentemente, os CPAs que são abrigados em ONGs (44%) ou são ONGs eles próprios (56%), informaram orçamentos anuais acima de \$10.000, graças à sua formalização. Entre os CPAs mantidos por governos, 27% relataram orçamentos superiores a \$10,000.

Quando o CLF examinou a idade dos CPAs e seus níveis de financiamento, verificou que a maior porcentagem dos grupos com mais de 10 anos de idade tinha orçamento superior a \$100.000, comparados com grupos mais recentes.

Além disso, conforme os CPAs evoluem ao longo dos anos, podem decidir se formalizar, tornando-se uma ONG que permita captar recursos de modo mais efetivo.

Verificou-se que quanto mais tempo de operação um CPA tem, maior a probabilidade de desenvolver relações com vários outros interessados, inclusive financiadores, e se tornar parte integral e atuante do sistema alimentar local.

Além das contribuições em espécie que muitos CPAs recebem, fundações privadas ligadas à comunicação desempenham um papel cada vez mais importante de apoio ao seu trabalho.

Recursos do orçamento governamental também apoiam um número significativo de conselhos, especialmente no Canadá.

Quando solicitam recursos a doadores, os CPAs podem indicar várias funções de interesse:

- Os CPAs desempenham um papel de aglutinador, reunindo pessoas de diversos setores do sistema alimentar para trabalharem de forma colaborativa nos projetos, e oferecendo um fórum de aprendizado mútuo;
- Quando efetivamente organizados, os CPAs servem como uma voz da comunidade, reforçando a capacidade de defender seus interesses na busca de maior equidade no sistema alimentar;
- Por fim, os CPAs oferecem uma perspectiva mais ampla sobre um sistema complexo ao conduzir levantamentos do sistema alimentar, desenvolver planos, trabalhar com instituições na formulação de políticas alimentares, e recomendar ações que promovam a equidade, a saúde e a sustentabilidade.

É preciso considerar, entretanto, que a maioria dos doadores reluta em financiar o trabalho de advocacia e formulação de políticas por que, nesse caso, a maior parte dos recursos vai para os integrantes da equipe, um tipo de custo que muitos financiadores gostariam de eliminar. Muitos projetos, por outro lado, dão a impressão de que alguma coisa já está sendo feita, mesmo quando essa “coisa” é mal avaliada e não colabora para nenhuma mudança sistêmica.

Por isso, um CPA deve insistir que investir na contratação de pessoas, para organizar as atividades de advocacia e promoção de mudanças nas políticas públicas ligadas à alimentação, é um investimento fundamental.

## Formando o hábito de mensurar e monitorar

Karen Bassarab

**O monitoramento do trabalho de um CPA, desde o acompanhamento dos processos organizacionais internos até a avaliação das atividades de advocacia e seus resultados nas políticas alimentares, é importante para compreender se os esforços estão promovendo as mudanças planejadas rumo a sistemas alimentares mais resilientes, equitativos e saudáveis. Medir o progresso também é importante para demonstrar o valor de um modelo colaborativo, multissetorial e multiatorial.**

O trabalho dos CPAs é multifacetado e se estende além de somente mudar os sistemas alimentares. O sistema alimentar é a lente pela qual os CPAs focalizam também a advocacia e o envolvimento da cidadania, o trabalho em rede e o desenvolvimento de parcerias visando a equidade e a inclusividade, a educação e a organização comunitária.

Embora essas funções possam não estar no topo da lista de variáveis a serem monitoradas, são importantes por que, graças a elas, os CPAs contribuem muito mais para a comunidade em geral.

Além disso, de acordo com o censo realizado em 2018 sobre os CPAs dos EUA e Canadá, apenas 5 % dos conselhos pesquisados relataram monitoramento e avaliação como uma de suas três principais prioridades organizacionais.

Embora não seja uma prioridade, 12 % dos conselhos têm algum método de avaliação (e outros vêm levantando as condições alimentares em suas comunidades, embora seu número não possa ser citado com exatidão).

Vários fatores contribuem para que o monitoramento e a avaliação não sejam prioritários ou vistos como uma atividade própria de um CPA: a pouca idade do conselho; o pouco conhecimento sobre monitoramento e avaliação; a pouca capacidade e a insuficiência dos processos para coletar e acompanhar os dados; e a necessidade de recursos para elaborar essa avaliação (8).

Mas verificou-se, no censo de 2018, que conforme os conselhos amadurecem, ocorre uma pequena, porém crescente, priorização para as atividades de monitoramento e avaliação.

Levantamentos também são importantes para os CPAs definirem uma linha de base a partir da qual medir seu progresso – e isso não precisa ser uma tarefa esgotante. Muitos CPAs já estão realizando alguma forma de levantamento pelo qual coletar informações sobre a infraestrutura e as necessidades do sistema alimentar atual.

Também existem ferramentas para ajudar os CPAs a analisarem sua capacidade organizacional e advocatícia, e o ambiente da política pública alimentar na região onde atuam. A ferramenta para Autoavaliação de Conselhos de Política Alimentar (Food Policy Council Self-Assessment Tool) é um questionário disponível publicamente para avaliar a capacidade organizacional (liderança, estrutura formal, inclusividade), capital social (relações, conhecimento, credibilidade), e a efetividade do CPA (sinergia, impactos).

Outra ferramenta para realizar levantamentos é o *Get it Tooltogether*, que ajuda CPAs a refletirem sobre seu desempenho na promoção de seus objetivos e aproveitarem as oportunidades para efetivar seu trabalho voltado para o desenvolvimento de políticas alimentares.



Por fim, a auditoria da política alimentar é uma ferramenta para os CPAs conhecerem o sistema local (9). A ferramenta não avalia as políticas, mas pode ajudar os conselhos a decidirem melhor as suas prioridades.

Coletar e monitorar os dados pode ser feito a qualquer tempo, mesmo durante o período de criação de um CPA. Registrar os dados desde o início ajuda a estabelecer a história do conselho, e compartilhá-los ajuda a divulgar a sua evolução.

Comunicar notícias, compartilhar informações e reportar o progresso aos financiadores, formuladores de políticas e ao público em geral contribui para construir a credibilidade do CPA e validar o seu trabalho – inclusive entre os seus membros participantes.

# A evolução do papel dos conselhos de política alimentar: do foco nas políticas públicas para a orientação alimentar crítica

Lori Stahlbrand

Wayne Roberts

**Os conselhos de política alimentar sempre representaram uma jornada rumo ao desconhecido, mais do que um destino final pré-estabelecido. Cada palavra na expressão “conselho de política alimentar” pode ser entendida e definida de acordo com as particularidades das pessoas envolvidas, do lugar e da época. A experiência do Conselho de Política Alimentar de Toronto (Toronto Food Policy Council - TFPC) – o primeiro conselho a ser integrado ao governo de uma cidade importante na América do Norte –, confirma que “política” é uma das palavras que exigem contínua interpretação.**

Neste artigo (uma adaptação do capítulo de um livro a ser publicado em breve \*), identificamos uma mudança em marcha entre os conselhos de política alimentar – a partir de um foco na política pública para o que podemos chamar de “orientação alimentar crítica”. Nós definimos essa orientação crítica como a capacitação e a criação de oportunidades para envolver a cidadania numa base contínua e significativa.

Quando o CPA de Toronto foi criado, em 1990, a palavra “policy” (política pública) alimentar tinha um significado específico. Referia-se a iniciativas governamentais abrangentes, incluindo alternativas para projetos beneficentes como os bancos de comida, que buscavam enfrentar a insegurança alimentar e a fome resultantes da desindustrialização ocorrida nos anos 1980s e 90s (Blay-Palmer, 2009).

Desde então, na visão dos autores, o consenso em volta da compreensão inicial de “política” erodiu-se ao longo de 30 anos de neoliberalismo e de austeridade governamental. A equipe e membros do TFPC adaptaram-se a essas forças: uma “de cima para baixo”, e a duas outras, de “baixo para cima”: o surgimento de movimentos alimentares enérgicos, imaginativos, notáveis, porém desconhecidos, que forneceram muito da liderança real no processo; e a compreensão crescente donexo e da coevolução existentes entre a alimentação e as cidades.

Ou seja, já não estamos falando de políticas públicas alimentares de modo abstrato, mas de iniciativas que se engajam com a cidade, como força viva e dinâmica por seu próprio direito.

No texto abaixo, destacamos os seis pilares da orientação alimentar crítica que, acreditamos, estão formatando atualmente a evolução dos CPAs. Esses pilares derivam da nova compreensão da ação da cidadania para proteger os sistemas alimentares das cidades e do planeta, conforme a perspectiva dos praticantes e profissionais canadenses envolvidos com políticas alimentares. Wayne Roberts integrou a equipe do TFPC entre 2000 e 2010, e Lori Stahlbrand liderou a equipe entre 2017-2019.

Os seis pilares da orientação alimentar crítica:

## 1 A alimentação está no centro da crise planetária

**Nós vivemos numa era de crises ambientais.** As pessoas cada vez mais comentam a “crise climática” e a “emergência ambiental”. A expressão “mudança climática” subestima a grandeza e a urgência do desafio. A comida está e sempre estará no centro dessa tempestade crescente.

A emergência climática irá mudar quais alimentos podem ser produzidos e onde, conforme padrões irregulares e imprevisíveis se imponham, incluindo secas, enchentes, calor, frios e pragas. Para piorar as coisas, a emergência climática está entre as causas crescentes dos desastres em curso. As crises alimentares são agravadas pelo declínio da biodiversidade e dos agentes polinizadores responsáveis pela produção de muitos alimentos. Os ecossistemas oceânicos e os estoques pesqueiros estão em risco por causa da superexploração, da poluição pelos resíduos plásticos e da acidificação. O solo está sendo degradado por todo o planeta.

A alimentação não é apenas vítima dessas crises. “A produção de comida está implicada nos principais desafios de saúde, ambientais, econômicos, sociais e políticos de nosso tempo”, declarou o Centro de Políticas Alimentares de Londres (Hawkes & Parsons, 2019).

*Foto: Lori Stahlbrand*



Por exemplo: o sistema alimentar libera quase um terço de todos os gases do efeito estufa. Ele depende pesadamente de combustíveis fósseis, na forma de pesticidas e fertilizantes sintéticos, bem como de combustível para as máquinas agrícolas e transporte dos produtos por longas distâncias. Desempenha um papel importante na perda da biodiversidade e na destruição do habitat para dar lugar a monoculturas. A agricultura é o maior poluidor de água doce, e mais de 30% dos alimentos produzidos hoje são desperdiçados.

Por volta de 2050, o lixo plástico vai superar em peso a vida animal nos mares. Também existem deslocamentos massivos de populações, e a insegurança alimentar acompanha o processo. A Organização das Nações Unidas estima que restam apenas 11 anos para prevenir danos irreversíveis decorrentes da mudança climática. O primeiro passo da orientação alimentar crítica é, portanto, reconhecer que a alimentação está no centro da crise planetária.

## **2. As cidades são onde a crise planetária está chegando para ficar.**

As cidades já estão enfrentando os primeiros sinais da crise planetária. Estradas, redes de esgoto e de energia elétrica, e várias outras infraestruturas urbanas arriscam não suportar o impacto do clima imprevisível atual. Ondas de calor sem precedentes estão criando emergências de saúde pública. O rápido crescimento das populações urbanas significa que os congestionamentos de trânsito pioram, bem como a poluição atmosférica. Migrações e a redução da população rural contribuem para a falta de emprego e de moradia adequada e acessível nas cidades.

A polarização econômica resultante aumenta as iniquidades, e favorece a agitação social e a radicalização política. Ao mesmo tempo, as cidades estão se tornando por si mesmas uma força global a ser considerada. Conforme elas assumem um papel maior na liderança das questões climáticas no mundo, precisarão assumir a alimentação como uma ferramenta indispensável para evitar as calamidades sociais e ambientais.

### **3. A alimentação é multifuncional e pode resolver muitos dos problemas urbanos.**

A multifuncionalidade foi primeiramente associada com a agricultura, ao se reconhecer que a produção agrícola pode produzir vários serviços ecossistêmicos e benefícios sociais além da produção de comida e fibras. Mas pensar na multifuncionalidade da alimentação de modo ainda mais amplo é um fundamento da orientação alimentar crítica.

Existem duas razões para isso. A primeira é que a multifuncionalidade traz a alimentação para uma economia de “integração” (abrangência), e não mais “de escala”.

*Economia de escala* significa que os produtores de alimentos estão presos a uma rotina de produzir cada vez mais para manter seus preços baixos de modo a poderem vendê-los mais baratos do que a concorrência. *Economia de integração* significa, por exemplo, que parte do valor de um telhado verde vem do ambiente favorável que ele cria para polinizadores em risco; parte vem da captura de água da chuva pelas plantas, em vez de inundar as ruas; parte vem do resfriamento da temperatura urbana graças à evapotranspiração; e assim por diante... A produção de alimentos é assim apenas um dos muitos benefícios de um telhado verde.

A outra razão é que a multifuncionalidade permite que a produção de alimentos seja uma alavanca para enfrentar vários problemas não alimentares, que nenhum outro setor da economia pode atender. Por exemplo, uma horta comunitária captura carbono e água da chuva, utiliza composto reciclando localmente os resíduos orgânicos, ajuda a alimentar muitas famílias, pode gerar renda, promove a saúde física e mental, oferece um aproveitamento seguro da energia juvenil, desenvolve talentos e a educação nutricional, e cria oportunidades para a inclusão social e a integração de migrantes.

A alimentação é fundamental para a “saúde das relações” ou para a formação de capital social, de que as cidades dependem para a coesão e a sociabilidade, especialmente conforme o mundo enfrenta deslocamentos sociais imensos, na forma de migrantes e refugiados (Wooster, 2019). Essa multifuncionalidade significa que a questão a ser respondida é “o que a alimentação oferece às cidades?”

### **4 O engajamento cívico é essencial, e os conselhos de política alimentar são ferramentas decisivas para a mudança.**

As burocracias urbanas estão organizadas em departamentos estanques e especializados, o que dificulta que possam aproveitar toda essa multifuncionalidade da alimentação. Mesmo assim, as cidades precisam de soluções para os problemas complexos, interrelacionados, como o desenvolvimento da resiliência diante dos choques e estresses causados pelas crises planetárias.

Os conselhos de política alimentar são uma forma de democracia deliberativa, que fornece uma ferramenta para aproveitar os conhecimentos dos cidadãos oferecidos pela sociedade civil e pelos negócios, bem como pelas organizações de base comunitária e voluntários.

Conforme se torna mais difícil desenvolver e custear políticas governamentais, as soluções baseadas na comunidade, na forma de projetos-pilotos, programas e parcerias, irão se tornar mais importantes, e fornecer evidências de seus benefícios para as cidades que temem os riscos de iniciativas políticas mais ambiciosas. Os conselhos de política alimentar capacitam melhor os governos da sociedade, para ela e por ela, ao tratar a alimentação como uma questão multifuncional “toda do governo; toda da sociedade” (Dubé, Addy, Blouin, & Drager, 2014).

**5. As soluções devem ser baseadas localmente, e a alimentação tem um papel fundamental na construção desses mesmos locais.**

Cada cidade é diferente. Elas têm diferentes forças e fraquezas. A geografia de uma cidade – se à margem de um rio ou no litoral, em áreas baixas ou montanhosas, com clima temperado ou tropical, espalhadas ou concentradas – terá papel determinante em como ela será afetada pela crise planetária.

A história de uma cidade irá influenciar como ela irá responder aos desafios e quais instituições podem ajudar e são necessárias.



A formação social de uma cidade irá determinar a mistura de culturas e o nível de coesão social. A orientação alimentar crítica destaca e amplifica essas características únicas.

*Local* é uma das principais questões que podem ser negligenciadas quando as contribuições da alimentação são definidas insuficientemente, apenas em torno das cadeias de abastecimento e do trânsito dos nutrientes.

Foi o que levou William Rees, originador do conceito de *pegada ecológica*, a argumentar que “as populações mais seguras do ponto de vista alimentar na segunda metade do século XXI serão aquelas que tenham deliberadamente escolhido e planejado tornar seus sistemas alimentares tão localizados quanto possível” (Rees, 2019).

**6. As ações devem estar centradas nas pessoas.**

As políticas alimentares centradas nas pessoas – diferentemente das centradas nas cadeias de abastecimento ou nos nutrientes – são mais adequadas para as cidades.

Se as cidades pretenderem construir seu próprio caminho nas iniciativas alimentares, precisarão de um conceito único e unificador que se relacione especificamente com as necessidades e capacidades locais, com o governo, mandatos, jurisdições etc.

As políticas alimentares centradas nas pessoas atendem objetivamente a essa exigência. Os administradores urbanos e especialistas em alimentação estão começando a reconhecer que as cidades precisam de comida pelo que só ela pode fazer pela sociedade – além de alimentá-la.

Políticas e programas alimentares centrados nas pessoas lidam com o lado humano da alimentação. Focalizam na maneira como os alimentos reúne as pessoas, como eles dão forma à cultura popular, apoiam a revalorização de diversas culturas, lidam com a solidão, a saúde mental e o bem-estar, como oferecem às pessoas um sentido de pertencimento, como podem ajudar a juventude em risco e engajar os habitantes no apoio a ruas produtivas, telhados e paredes verdes, agricultura e silvicultura urbanas, restaurantes locais, agroturismo e turismo gastronômico, fitoterapias, e, por fim, tornando-se o melhor remédio para enfrentar a insegurança alimentar num mundo ameaçado pelo caos climático.

Assim a política alimentar poderá se sentir em casa no ambiente urbano.

**Lori Stahlbrand**, PhD, é professor de estudos alimentares no George Brown College, em Toronto.

**Wayne Roberts**, PhD, é um escritor e consultor sobre alimentação e urbanismo. Ambos foram ativos na equipe do Conselho de Política Alimentar em Toronto.

( \* ) Adaptado de: Roberts, W., e Stahlbrand, L. (no prelo). Food Policy Councils and the Food-City Nexus: Navigating the Shift from Policy to Critical Food Guidance at the Toronto Food Policy Council. In E. Desjardins and J. Sumner (Eds.), *Critical Food Guidance*. McGill-Queen's University Press. Lori Stahlbrand and Wayne Roberts [Lori.Stahlbrand@toronto.ca](mailto:Lori.Stahlbrand@toronto.ca)

## Referências

1. Blay-Palmer, A. (2009). The Canadian Pioneer: The Genesis of Urban Food Policy in Toronto. *International Planning Studies*, 14(4), 401–416. [www.doi.org/10.1080/13563471003642837](http://www.doi.org/10.1080/13563471003642837)
2. Dubé, L., Addy, N. A., Blouin, C., & Drager, N. (2014). From policy coherence to 21st century convergence: A whole-of-society paradigm of human and economic development. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1331(1), 201–215. [www.doi.org/10.1111/nyas.12511](http://www.doi.org/10.1111/nyas.12511)
3. Hawkes, C., & Parsons, A. (2019). Rethinking Food Policy: A Fresh Approach to Policy and Practice Brief 1: Tackling food systems challenges: The role of food policy. Centre for Food Policy, City University of London.
4. Rees, W. (2019). Why Place-Based Food Systems? Food Security in a Chaotic World. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 1–9. [www.doi.org/10.5304/jafscd.2019.091.014](http://www.doi.org/10.5304/jafscd.2019.091.014)
5. Wooster, M. M. (2019, June 19). What can government do to increase America's social capital? Retrieved from [www.philanthropydaily.com/what-can-government-do-to-increase-social-capital](http://www.philanthropydaily.com/what-can-government-do-to-increase-social-capital)

## Dando aos jovens um lugar na discussão sobre política alimentar em Toronto

Fundado em 2009, o Conselho Jovem de Política Alimentar de Toronto (Toronto Youth Food Policy Council - TYFPC) foi a primeira entidade no mundo dedicada a assegurar que pessoas entre 16 e 30 anos de idade tenham voz nas questões ligadas à alimentação. Melana Roberts, que o dirigiu entre 2014 e 2019, falou a Jess Halliday sobre a importância da perspectiva e diversidade dos jovens, e como os membros do TYFPC estão ajudando a levar esse modelo para outras cidades.

**O que é exatamente o Toronto Youth Food Policy Council, e o que ele faz?**

“O TYFPC é uma organização de base, embora nos reportemos ao Conselho de Política Alimentar de Toronto (Toronto Food Policy Council - TFPC) em suas reuniões. Temos nossos próprios mandatos e estrutura, com um coordenador e subcoordenadores, um vice-coordenador, um secretário executivo, uma seção de captação de recursos, e três comissões: a de educação, a de promoção e a de trabalho em rede.

“Os 16 integrantes do Conselho são estudantes e jovens profissionais com idade entre 16 e 30 anos. Nós realizamos um processo de admissão anualmente, e os seus membros geralmente ocupam seus cargos por três anos. Nosso trabalho tem evoluído ao longo do tempo. Hoje está voltado a trabalhar para engajar, informar e mobilizar os jovens em torno das questões e políticas alimentares. Existe uma abordagem dupla para alcançar esse objetivo.

“Uma linha é a criação de oportunidades para os jovens terem assento e espaço nas plataformas que elaboram as políticas alimentares, e compartilhem suas experiências e perspectivas sobre os diversos desafios que enfrentam em nosso sistema alimentar. A outra, é ajudar os jovens a participarem em redes alimentares mais amplas, locais e regionais, para construir relacionamentos maiores e sinergia. É um modo para eles identificarem possibilidades de carreira profissional, experimentarem oportunidades de liderança e desenvolverem suas capacidades. ”

**Você pode nos explicar a interface existente com o TFPC e os benefícios dessa parceria?**

“Hoje dispomos de duas cadeiras no TFPC. Em geral, o coordenador e o vice-coordenador, ou sub-coordenadores ocupam essas posições. Também nos últimos dois anos foi contratada uma pessoa assalariada para garantir a ligação entre o TYFPC e o TFPC, de modo que fomos capazes de trabalhar mais de perto com o Conselho e a Agência de Saúde Pública de Toronto para fazer avançar diversas questões.

“O benefício para o TFPC é que os jovens têm uma perspectiva diferente e peculiar – se você estiver pensando na idade média dos agricultores, superior a 50 anos, ou no fato de os jovens estarem muito preocupados com a mudança climática, ou de ver uma geração inteira de pessoas interessadas, engajadas e comprometidas em compreender de onde provém a sua comida – perceberá as diferenças inevitáveis nas suas visões.

“Evoluímos a partir de líderes do movimento alimentar que vieram até nós, e agora, tendo as vozes dos jovens na mesa, podemos formatar uma visão mais diversificada, justa e sustentável do que poderá ser o futuro da alimentação no Canadá.

“Por meio do agente de ligação, nós consultamos as mídias sociais para a TFPC – um espaço fundamental para cultivar conversações e trazer toda uma geração de jovens até essas questões. Também ocorreu uma mudança real no modo como as coisas são feitas, a exemplo dos mapas interativos para o planejamento alimentar e mais insumos tecnológicos para usar e compreender melhor as informações.

### Cite alguns resultados recentes do TYFPC

“Um de nossos maiores sucessos é que, após 10 anos, continuamos aqui e mais engajados do que nunca!

*Melana Roberts no filme “10 bilhões: o que iremos comer amanhã?”*



Começamos como um grupo inteiramente sem recursos, mas nos últimos anos temos sido bem-sucedidos em acessar vários financiamentos e doações importantes de atores locais para implementar o nosso trabalho.

“Nós somos a única organização jovem convidada a participar de um conselho nacional de política alimentar que reúne o governo e a sociedade civil, lançado em 2017, e muito envolvido no processo.

“Somos regularmente convidados a desempenhar um papel informativo, inclusive fornecendo *feedback* para a cidade sobre como dirigir recursos para grupos comunitários informais, por sermos o único grupo jovem em Toronto a participar no diálogo com o governo sobre estratégia alimentar regional. Também tenho recebido convites para me manifestar sobre questões de política alimentar e o envolvimento da juventude em universidades, eventos diversos e na mídia.

“Alguns resultados muito positivos nem mesmo estão relacionados diretamente conosco. Em Berlim, por exemplo, estão trabalhando no desenvolvimento de um Conselho Juvenil de Política Alimentar, modelado a partir de nosso trabalho, e recentemente fomos visitados por oficiais governamentais da Coreia do Sul, que estão pensando em institucionalizar um modelo similar em seu país.

“Também tivemos conversações com representantes de cidades da Eslovênia, do Japão e do Canadá, como Vancouver e Montreal, interessados em promover a participação da juventude. Na verdade, já estabelecemos um modelo que as pessoas estão valorizando bastante.

### Como vocês garantem que o TYFPC seja inclusivo, que os jovens de todos os grupos sociais e minorias tenham uma voz ou sejam representados?

“No ano passado o Conselho foi o mais diversificado que já tivemos. Divulgamos as posições disponíveis nos locais onde jovens muito diversificados – geográfica, étnica e culturalmente – possam ver e se interessar. Nós os buscamos entre os atores das comunidades locais. Fazemos todo o possível para priorizar grupos que têm sido historicamente excluídos; no Canadá isso significa os povos indígenas, as comunidades racialmente minoritárias, os imigrantes e as pessoas de baixa renda.

“Todo ano recebemos aplicações de mais de 50 jovens, que buscam ocupar alguma posição no Conselho; portanto o processo de escolha é muito competitivo.



“O processo seletivo é baseado no mérito, mas não reduzimos a possibilidade de incluir alguém que não tenha completado um curso universitário, ou concluído o segundo grau. Muitas vezes recebemos aplicações de pessoas com muitas qualificações, médicos e enfermeiros, por exemplo, e mesmo assim selecionamos outros jovens, em vez deles, por que percebemos neles uma oportunidade para criar líderes alimentares inovadores.

“Também fico muito orgulhoso por que nos últimos cinco anos praticamos uma política anti-opressão, que garante que sejamos um espaço inclusivo, diversificado e equitativo para os jovens. Nossa política inclui aspectos como o tipo de espaços onde fazemos as reuniões, de modo a assegurar que sejam acessíveis a todos, oferecendo ainda refeições nutritivas e culturalmente adequadas. Ao assegurar que nossos espaços atendam a esses critérios básicos, estamos fazendo nossa parte para tornar as questões ligadas ao sistema alimentar acessíveis a todos.”

**Jess Halliday**  
RUAF  
[j.halliday@ruaf.org](mailto:j.halliday@ruaf.org)

# Um conselho híbrido de política alimentar para a Área Metropolitana de Amsterdã

Arnold van der Valk

A Área Metropolitana de Amsterdã é sede de dois conselhos alimentares: um deles, a Food Connect Foundation, representa os governos municipal e estadual (provincial) – menos a prefeitura de Amsterdã – e grandes companhias na região, enquanto que o outro, o Food Council AMA, é uma rede de iniciativas de cidadãos e empreendedores “verdes”. Essa divisão espelha a dualidade entre o sistema alimentar convencional e as redes alternativas ligadas à alimentação; mas existem boas razões para otimismo sobre as perspectivas de cooperação entre os dois.

Com seus 2,45 milhões de habitantes, a Área Metropolitana de Amsterdã – AMA – é uma região próspera, onde os consumidores estão se tornando crescentemente conscientes do impacto de sua alimentação na saúde pública, no meio ambiente e na distribuição de renda. A AMA cobre 32 municípios totalizando 2,6 km<sup>2</sup>, ou 6,2% do território da Holanda. Amsterdã é um imã econômico e demográfico.

Foto: Arnold van der Valk



Entre 2020 e 2040, a população do município deve crescer substancialmente, de 880.000 para 1,042 milhão. Além disso, a região também recebe mais de 10 milhões de visitantes anualmente (OIS, 2018).

A AMA é uma região alimentar importante na Holanda. Muitas grandes empresas processadoras de alimentos estão situadas ali, como Koninklijke Verkade BV, Cargill, Ahold e ADM, bem como muitas start-ups. Nas áreas abertas entre as cidades da região existe uma grande variedade de empresas agrícolas, com atores em nível global, como produtores de batata para plantio e de outras sementes. Em IJmuiden existe um grande porto para barcos pesqueiros, com instalações para o processamento e a venda do pescado.

A região também abriga um grande porto marítimo e o maior aeroporto holandês.

Por causa da presença de um amálgama de variadas culturas e da grande população estudantil, vários novos conceitos alimentares estão sendo testados na AMA, além muitas iniciativas de organizações sociais que atuam na área da nutrição.

Decretos sobre políticas públicas ligadas à alimentação têm sido publicados nas províncias de Noord-Holland e Flevoland (2018) e pelo município de Amsterdã (2007, 2014), levantando importantes questões que afetam a região metropolitana.

Como essa região pode alimentar uma população crescente de modo sustentável? Como a pegada ecológica do abastecimento de comida pode ser diminuída? Como o trânsito relacionado com a alimentação pode ser limitado? Como o desperdício pode ser reduzido? Como as questões de saúde relacionadas à alimentação (como a obesidade) podem ser abordadas? Como a consciência sobre o manejo sustentável da comida pode ser estimulada entre os consumidores e os governos?

### **Iniciativas regionais e locais**

Em 2007, inspirada pelo exemplo de outras cidades como Londres e Toronto, a cidade de Amsterdã foi uma das primeiras regiões na Europa a conceber uma visão da alimentação, adotando o lema “Campo de Testes Amsterdã” (Testing Ground Amsterdam).

O texto-compromisso de 2007 foi endossado pelas autoridades provinciais, regionais e municipais e, embora tenha sido uma iniciativa de cima para baixo, a partir dos dirigentes governamentais, essa visão alimentar foi aplaudida pelas iniciativas comunitárias e ONGs das áreas ambientais, de saúde pública, educação, horticultura comunitária e trabalho social. Os bancos e companhias também mostraram interesse. Algumas iniciativas cidadãs e ONGs envolvidas receberam pequenos recursos dos governos locais para promover a educação alimentar e visitas a locais produtores de comida e pesquisas.

Após a implementação bem-sucedida entre 2007 e 2012, o Conselho Municipal de Amsterdã decidiu promover uma visão da alimentação ainda mais completa a partir das mesmas bases. A ideia dessa nova visão foi oferecer mais espaço para a participação das iniciativas dos cidadãos. Entre outras coisas, a política “Campo de Testes” (Testing Ground) promoveu a criação de várias iniciativas alimentares locais. O Rabobank Amsterdam, um gigante do setor agroalimentar, também se juntou ao debate. Em 2014, uma nova visão da alimentação foi adotada pelo Conselho da cidade de Amsterdã, um pouco antes das eleições municipais. Por causa dos resultados eleitorais, os principais apoiadores políticos da política alimentar em Amsterdã – o Partido Verde de Esquerda e o Partido Trabalhista – perderam poder.

O novo governo simplesmente adotou algumas partes da visão, como a política para reduzir a obesidade e apoiar hortas comunitárias em bairros residenciais, enquanto que outros objetivos, como o estabelecimento de um conselho de política alimentar no município, foram esquecidos.

Porém, após as eleições de 2018, a situação política mudou drasticamente de novo, dessa vez em favor dos partidos mais à esquerda. O governo municipal recém eleito informou que uma nova estratégia alimentar seria anunciada em 2019, a partir da visão elaborada em 2014. A estratégia irá introduzir os meios de implementação nos níveis da cidade e dos bairros.

A Visão Alimentar de Amsterdã 2014 não era endossada pelas autoridades provinciais da Holanda do Norte e de Flevoland, ou pelas outras 32 municipalidades integradas na Área Metropolitana de Amsterdã. A AMA optou por uma política alimentar separada e a criação de um Núcleo Alimentar regional integrado, sob a égide do Conselho Econômico de Amsterdã.

Esse Conselho Econômico faz parte da autoridade regional e distribui recursos do governo nacional e das províncias para a promoção da economia regional, incluindo os setores de transporte e habitação. O Núcleo Alimentar é um exemplo de cooperação dentro da chamada ‘associação da hélice tríplice’, um arranjo institucional tipicamente holandês que inclui o governo, a indústria e as instituições educacionais (1).

Nesse período, entre 2007 e 2019, as iniciativas alimentares cidadãs investiram muita energia em atingir objetivos concretos, como a implantação de hortas comunitárias, a criação de bancos de alimentos e a organização de exposições e conferências, mais do que buscando influir no circuito político. Além disso, entre 2008 e 2014, muitas iniciativas foram suspensas por causa de cortes orçamentários.

Os sobreviventes focaram em acessar os fundos remanescentes ainda disponíveis no governo e em instituições filantrópicas, quando muitas iniciativas perceberam outras similares como competidoras no esforço para obter recursos escassos, mais do que potenciais aliadas. (Kuhlmann, 2017).

### **Um novo Conselho Alimentar em Amsterdã**

In 2015 o projeto Edible Amsterdam (Amsterdã Comestível), juntamente com o centro cultural Pakhuis de Zwijger, conseguiu reunir um amplo conjunto de iniciativas alimentares cidadãs, ONGs, start-ups alimentares e institutos de pesquisa sob o lema “Prototipando o Conselho Alimentar”. Lamentavelmente, essa iniciativa foi interrompida por causa da carência de recursos financeiros e humanos. Em retrospecto, as iniciativas cidadãs na cidade de Amsterdã e em sua região metropolitana só obtiveram seus primeiros sucessos mais substanciais em 2013 e 2014, num processo de participação cidadã influenciado pela Visão Alimentar concebida pela cidade de Amsterdã.

A equipe de voluntários que dirigiu a criação da plataforma Edible Amsterdam desempenhou um papel fundamental nesse processo. Eles realizaram encontros de representantes das iniciativas comunitárias, ONGs e funcionários públicos, prepararam minutas de textos e interagiram com os políticos locais. Uma das recomendações na Visão Alimentar 2014 de Amsterdã foi a criação de um Conselho de Política Alimentar para manter contatos internacionais.

Apesar disso, nenhuma ação foi implementada pelo Conselho (2), mas durante o processo de consultas muitos contatos pessoais foram estabelecidos e novas percepções surgiram. Até agora, todo esse processo resultou na presença de dois conselhos alimentares coexistindo na Área Metropolitana de Amsterdã...

### **O nascimento dos gêmeos**

Ao longo dos anos de 2016, 2017 e 2018, veio crescendo uma rede formada por indivíduos, ONGs, empresas e grupos de pressão comprometidos com a transformação do sistema alimentar da cidade de Amsterdã e de sua área metropolitana (Ilieva, 2017; Renting, Schermer & Rossi, 2012).

Formado por pesquisadores acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e empreendedores sociais, o grupo encontrou um local para sua sede no recém criado Instituto para Soluções Metropolitanas Avançadas de Amsterdã (Amsterdam Institute for Advanced Metropolitan Solutions – AMS).

Na primavera de 2017, os membros desse grupo de pressão foram convidados pelo governo da província de Holanda-Norte para participar da formulação de uma nova visão alimentar regional para a Área Metropolitana de Amsterdã (Thijssen, 2017).

Isto estava em linha com os planos do grupo para organizar uma conferência internacional sobre política alimentar na AMA, e foi formada uma comissão regional para tratar do tema. O governo provincial e o grupo de pressão uniram esforços e decidiram trabalhar juntos para organizar uma conferência sobre os ‘Fluxos alimentares na Região Metropolitana de Amsterdã’ com apoio financeiro das províncias de Holanda-Norte e Flevoland e da empresa Rabobank Amsterdam.



Reunião do Conselho Alimentar da AMA – Área Metropolitana de Amsterdã, em 2017. Foto: Arnold van der Valk

Durante esse congresso, realizado em dezembro de 2017 em Amsterdã, foi lançado o Conselho Alimentar da AMA e divulgado um manifesto sobre a alimentação na região, assinado pelos governos das duas províncias, pela empresa Rabobank e por várias companhias e instituições envolvidas.

O Conselho Alimentar da AMA é atualmente uma rede informal e não tem status legal. No sistema legal holandês, a falta dessa formalização é um obstáculo para receber contribuições das entidades governamentais. Para as províncias e o Rabobank, essa foi uma razão para priorizar a criação de uma organização alternativa capaz de obter reconhecimento formal rapidamente e representar a rede alimentar regional.

Essa conclusão baseou-se em estudo do Rabobank de 2012 sobre os problemas do sistema alimentar global existente e a necessidade de pensar melhor a produção alimentar regional. O título desse estudo – Conexões Alimentares (Food Connect) – tornou-se o nome de uma fundação, criada em fevereiro de 2019, e de um website.

Durante 2018, foi contratado um intendente para o projeto, com recursos do governo da Holanda-Norte e do Rabobank, e uma série de ações foi posta em andamento para (novamente) colocar a alimentação na agenda do Conselho Econômico de Amsterdã e da Área Metropolitana de Amsterdã.

O papel do Conselho Alimentar da AMA permaneceu indefinido por algum tempo desde então. Isso deveu-se à falta de recursos e às dúvidas sobre o tamanho e a legitimidade da rede. Durante 2018 e 2019, os fundadores do Conselho Alimentar da AMA, todos voluntários, dedicaram-se com grande energia para fortalecê-lo como uma plataforma e uma central de ações.

Um esforço está sendo feito para estabelecer uma associação e uma cooperativa com status formalizado. A associação acomoda a plataforma, que desempenha um papel consultivo para a Fundação Food Connect. A cooperativa oferece uma oportunidade para seus membros com espírito empreendedor que buscam projetos sustentáveis.

O Conselho Alimentar da AMA é considerado como uma metade das organizações gêmeas atuando na área. A associação entre a Fundação Food Connect e o Conselho Alimentar da AMA surgiu na época, mas são diferentes.

O objetivo do Conselho Alimentar é dar voz às iniciativas dos cidadãos e dos empreendedores verdes ouvidos como um contrapeso ao domínio dos gigantes agroalimentares e do governo no atual sistema alimentar.

## Um conselho de política alimentar híbrido

A Área Metropolitana de Amsterdã, portanto, dispõe atualmente de dois conselhos alimentares.

Um deles, a Fundação Food Connect é um veículo dos governos provinciais e de alguns municípios – mas sem a participação do município de Amsterdã: que expressou recentemente a intenção de estabelecer um conselho alimentar próprio. O outro, o Conselho Alimentar da AMA, funciona como uma rede de iniciativas cidadãos e dos empresários verdes, sem ter um status formal.

Essa dicotomia reflete a distinção tradicional entre o sistema alimentar industrial global e as redes e nichos locais e regionais que propõem alternativas ligadas à alimentação.

Mesmo assim há razões para otimismo quanto à cooperação entre eles no futuro. O otimismo baseia-se nas expressões de apoio de ambas organizações para um manifesto radical comum sobre a alimentação regional. Recentemente representantes de cada uma das organizações assumiram postos na coordenação da outra.

Conversas iniciais entre as direções de ambas organizações identificaram um terreno em comum para estabelecer uma plataforma conjunta de reivindicações, captação de recursos, consultoria, bem como o estabelecimento de uma comunidade regional ligada a práticas alimentares. Concorrência, desconfiança e exclusão vão aos poucos dando lugar para a confiança mútua, a inclusão e a cooperação.

Nesta rede ampliada, um processo orgânico crescente está surgindo sob uma liderança coletiva. Na ausência de recursos substanciais em ambas as plataformas, não existe (ainda) a necessidade de formalizar e hierarquizar essa liderança – agora, o mais importante são a criatividade, a honestidade, a abertura e o entusiasmo de todos (Van der Valk, 2018).

Arnold van der Valk - [a.vdvalk@chello.nl](mailto:a.vdvalk@chello.nl)

Coordenador

## Referências

1. Ilieva, R. (2017). Urban Food System Strategies. A promising tool for implementing the SDGs in Practice. *Sustainability*, 9, 1707: pp 1-35.
2. Kuhlmann, K. (2017). Barriers to Implementing a Successful Urban Food Strategy in Amsterdam. Bachelor Thesis. University of Amsterdam.
3. Renting, Henk, Markus Schermer & Adanella Rossi (2012), Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 19 (3), pp. 289-307.
4. Thijssen, Martijn (2017), Voedselnetwerk MRA: uitdagingen aangaan en kansen pakken. Haarlem: Provincie Noord-Holland.
5. Valk, Arnold van der, Jeffrey Spangenberg & Toby Jones (juli 2018), Een voedselraad voor de Metropoolregio Amsterdam: Food Council MRA. Eindrapport voor het consortiumrapport 'Food Council MRA' vanuit de Participatietafel Regionale Duurzaamheidsnetwerken. [www.duurzaamdoor.nl/sites/default/files/2019-03/Food%20Council%20MRA%20rapport.pdf](http://www.duurzaamdoor.nl/sites/default/files/2019-03/Food%20Council%20MRA%20rapport.pdf)
6. Vermeulen, Pim (2006), Towards a Metropolitan Food Strategy, Amsterdam Municipality. Translation of Proeftuin Amsterdam 2006 - 2009, December 2012.

7. Wagenaar, Stephanie (2016), Agri en Food in de Metropoolregio Amsterdam: duurzame groei door samenwerking. [www.amsterdameconomicboard.com/app/uploads/2017/10/Position-paper-Agri-Food-Metropoolregio-Amsterdam.pdf](http://www.amsterdameconomicboard.com/app/uploads/2017/10/Position-paper-Agri-Food-Metropoolregio-Amsterdam.pdf)

## Notas

1. A “hélice tríplice” é um conceito tradicional na governança holandesa, refletindo estruturas de poder amadurecidas ao longo do tempo, mas levantou críticas de representantes da sociedade civil, por que as iniciativas dos cidadãos foram excluídas da plataforma multiatorial.
2. Mais recentemente, as eleições provinciais de 2019 criaram um novo espaço para deliberações sobre novas políticas alimentares regionais integradas. Porém, a cidade de Amsterdã, o ator mais poderoso na região, ainda não aderiu a esse esforço por uma política alimentar regional.

## Estratégias alimentares locais em Flandres

Michael Moulaert

As estratégias alimentares locais na província de Flandres, Bélgica, estão se fortalecendo. Após o lançamento do programa ‘Ghent en Garde’, por aquela cidade (a capital da província) em 2013, a iniciativa foi replicada noutras, que começaram a trabalhar numa abordagem participativa sobre as estratégias alimentares locais. Por exemplo, Bruges desenvolveu seu “Laboratório Alimentar” (Food Lab) em 2014; e tanto Bruges quanto Ghent são membros do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana.

Em Flandres, as estratégias alimentares locais são um fenômeno relativamente novo para os governos locais, e desde então várias portas estão se abrindo. Elas tendem a não ficar limitadas às questões meramente ligadas à produção e ao consumo de alimentos, mas focam numa ampla variedade de tópicos associados.

Como resultado, a cooperação entre as várias províncias belgas e a coordenação entre as políticas alimentares locais (se for o caso) estão facilitando, por exemplo, o contato com as secretarias de Agricultura (a venda direta dos produtores), de Planejamento Espacial (hortas urbanas), e de Educação (alimentação saudável nas escolas).



Foto: Cidade de Gent

Por envolverem uma abordagem bastante nova por parte das municipalidades, as estratégias alimentares locais representam um laboratório vivo ideal para experimentar novos métodos participativos envolvendo uma grande variedade de partes interessadas diferentes.

As cidades de Ghent (250.000 habitantes), Leuven (100.000) e Hoogstraten (20.000) têm envolvido recentemente as partes interessadas e os cidadãos em geral na criação de estratégias alimentares locais, cada uma com cinco a sete objetivos em comum (como a redução do desperdício de alimentos, a promoção de relações diretas com os produtores, o foco em grupos vulneráveis), e podem agora compartilhar suas experiências (amplamente positivas).

Uma recente oficina interativa sobre “como começar uma estratégia alimentar local”, organizada pela Associação de Cidades, Municípios e Governos Flamengos, atraiu cerca de 100 participantes, incluindo formuladores de políticas locais, cidadãos e representantes de ONGs, agricultores e empreendedores.



A grande audiência e o entusiasmo dos participantes são prova da importância e do interesse despertado pelas estratégias alimentares locais em Flandres. Além de facilitar o processo de criação de uma estratégia alimentar local, os governos municipais de Flandres também estão iniciando ações mais efetivas, facilitando, por exemplo, o acesso à terra. São os primeiros passos na direção de promover um tipo diferente de agricultura na região de Flandres.

Um grande desafio enfrentado pelas cidades e regiões flamengas é a necessidade de conectar melhor os agricultores tradicionais que produzem em grande escala. Para eles, é mais difícil contribuir diretamente para uma estratégia alimentar local, pois produzem principalmente para o mercado global, mas é possível incorporá-los em projetos maiores que beneficiem as comunidades locais.

Em “Tuinen van Stene”, um parque agrícola de 37 hectares em Ostend, a agricultura tradicional está combinada com iniciativas de ‘agricultura apoiada pela comunidade’ (community supported agriculture), educação ambiental, fruição da natureza, recreação, caminhadas, e de “economia azul” – pois ele serve também como acumulador de água da chuva, liberada paulatinamente para o consumo urbano.

Flandres tem centenas de iniciativas agrícolas locais, como hortas em parcelas, combate ao desperdício de alimentos, e mercados de produtores, mas ainda estão longe dos grandes produtores e comerciantes profissionais de alimentos.

As estratégias locais de alimentação e agricultura podem ser melhoradas ao se dirigirem os fundos europeus para a agricultura às redes de cidades e municípios de modo a criar estratégias alimentares regionais e desenvolver ligações diretas com os produtores.

Isso poderá tornar os agricultores menos dependentes do mercado mundial e das grandes empresas agrocomerciais e fortalecer as políticas alimentares locais.

Michael Moulaert  
Local Food Policy Advisor,  
Association of Flemish Cities and Municipalities (VVSG)  
[michael.moulaert@vvsb.be](mailto:michael.moulaert@vvsb.be)

## Gent en Garde

**Gent é uma cidade média da Bélgica que adotou uma atitude proativa no desenvolvimento e implementação de seu sistema alimentar local. Um conselho de política alimentar foi criado para conduzir o processo de maneira participativa. Custou algum tempo definir a política, desde a formulação dos objetivos, através de rápidas consultas, até projetos maiores e estruturais, que exigiam maiores recursos. Agora a política alimentar está avançando em vários domínios do que espera a cidade. Por meio de abordagens participativas, estão sendo cocriadas e co-desenvolvidas várias iniciativas juntamente com diversas partes interessadas relevantes. Esse processo participativo é indispensável para garantir o sucesso da iniciativa.**

Em 2013, a cidade de Gent lançou o programa ‘Gent en Garde’, uma política alimentar que inclui cinco objetivos estratégicos para pavimentar a rota para um sistema alimentar sustentável no município. Esses objetivos foram formulados com base nos resultados de várias discussões com diversos atores envolvidos, nas informações provindas da administração municipal, e em negociações resultantes de consensos políticos.

Os cinco objetivos estratégicos são:

- Cadeia de abastecimento alimentar mais curta e visível;
- Produção e consumo de alimentos mais sustentáveis.
- Agregação de valores sociais nas iniciativas alimentares;
- Redução do desperdício de alimentos;
- Reuso otimizado dos resíduos alimentares e das matérias-primas orgânicas

A cidade de Gent criou seu conselho alimentar inspirada por experiências em outras cidades. O Conselho de Política Alimentar Gent en Garde reúne cerca de 25 membros representando vários setores: agricultura, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e comércio.

O grupo todo se reúne pelo menos três vezes por ano, e age como um recurso de consultoria na formulação de políticas alimentares para Gent, fazendo recomendações sobre projetos novos e existentes, propondo novas ideias, discutindo e promovendo a visão estratégica local sobre a produção e o consumo sustentáveis de alimentos.

O Conselho de Política Alimentar de Gent tem assumido crescentemente a liderança na formulação e condução da política alimentar da cidade, traduzindo-a em objetivos e ações operacionais. Por meio de grupos de trabalho, várias partes interessadas têm desempenhado um papel decisivo no desenvolvimento dos planos alimentares locais, presentes e futuros.

Um grupo de trabalho traduziu os objetivos estratégicos em objetivos operacionais. Após o seu trabalho, dois outros grupos iniciaram a implementação na prática desses objetivos.

Um grupo focou em desenvolver cadeias de abastecimento alimentar mais curtas dentro e ao redor da cidade. Outro grupo lida com a insegurança alimentar presente na cidade, em parceria com várias organizações da sociedade civil.

Intercâmbios com conselhos alimentares de outras cidades e um curso reunindo lideranças de locais com atores de Nairóbi e Toronto (em colaboração com a RUAFA) deram ao conselho de Gent inspiração sobre como evoluir constantemente, fortalecendo sempre o seu trabalho.

Após discussões realizadas numa reunião estratégica no início de 2018, o conselho alimentar foi indicado para receber um recurso anual do orçamento municipal de Gent. Em 2018 e 2019, esse dinheiro foi usado para financiar projetos inovadores, que podem solicitar o recurso por meio de uma competição onde o conselho alimentar atua como júri.

Desde o início de 2019, o conselho alimentar de Gent vem revisando sua composição de modo a trazer novos atores que atuam no sistema alimentar local.

O próximo item da agenda é desenvolver indicadores e metas para monitorar a política alimentar da cidade, que precisa evoluir constantemente e operar de modo flexível.

*"Brigada Culinária" Gent en Garde... Foto: Cidade Gent*



Essa atitude tem permitido que o conselho modifique suas incumbências, o seu modo de trabalhar, suas atividades e seu orçamento ao longo do caminho, de modo a maximizar o seu potencial.

**Katrien Verbeke**  
Food Policy Coordinator, Ghent  
[Katrien.verbeke@stad.gent](mailto:Katrien.verbeke@stad.gent)

## Leuven ‘Conecta a Alimentação’

Gert Engelen  
Michèle Jacobs  
David Dessers

**Leuven é caracterizada por uma ampla gama de atividades relacionadas com a produção e o consumo sustentáveis de alimentos, incluindo desde mercados de produtores e mercearias com “lixo zero” até projetos para reduzir o desperdício de alimentos. Todas essas atividades são importantes na busca de um futuro neutro em termos de emissão de carbono, mas que – sem um marco integrador – permanecem como pequenos projetos pontuais.**

Para promover a sustentabilidade da produção, da distribuição e do consumo de alimentos, Leuven precisou de uma estratégia alimentar local. No final de 2017 foi criado o projeto “Estratégia Alimentar Local para Leuven” em colaboração com cidades e organizações como Boerenbond, KU Leuven, Rikolto, rede Leuven 2030, Riso Vlaams Brabant e muitas outras partes interessadas.

Isso combina com a ambição de Leuven para se tornar uma cidade neutra em termos climáticos até 2050.



Reunião sobre estratégia alimentar para Leuven. Foto: Jelle Goossens (Rikolto)

Uma estratégia alimentar local é uma política desenvolvida coletivamente, com uma missão e objetivos claros, trabalhando por um sistema agrícola e alimentar mais sustentável.

Ela oferece respostas para desafios cruciais em todas as partes da cadeia alimentar: produção, consumo, processamento e distribuição.

Em Leuven, uma estratégia alimentar local foi elaborada de baixo para cima, com a participação de diversos interessados no sistema alimentar local (ver abaixo maiores detalhes).

Essa foi uma importante pré-condição para desenvolver um conjunto importante de sete objetivos estratégicos amplamente apoiados:

- Promover uma alimentação saudável e sustentável
- Aproximar produtores e consumidores
- Criar espaços para a produção sustentável de alimentos
- Investir na agricultura sustentável
- Tornar os produtos alimentares sustentáveis e acessíveis a todos
- Reduzir o desperdício de alimentos e promover o aproveitamento dos excedentes
- Estimular a inovação visando a um sistema agroalimentar mais sustentável.

A Estratégia Alimentar de Leuven foi bem recebida pelos novos vereadores (City Councillors) e agora está perfeitamente incluída no novo acordo político para os próximos seis anos.

Desde o início ficou decidido não limitar o desenvolvimento de uma estratégia alimentar local nas mãos de um pequeno grupo de especialistas. Em vez disso, foi adotada a proposta de construí-la de baixo para cima, em linha com o “DNA” original do processo de mudanças na cidade de Leuven.

Todos os grupos relevantes de partes interessadas – produtores, consumidores, formuladores de políticas públicas, varejistas e distribuidores – foram convidados a darem sua contribuição para a formulação de uma estratégia alimentar local.

Isso ocorreu especialmente durante as três reuniões com os envolvidos – cada uma reunindo entre 50 e 70 participantes que atenderem ao convite voluntariamente.

Durantes esses eventos, a estratégia e os objetivos operacionais foram determinados, bem como as ações concretas prioritárias. O processo completo, desde o início até a elaboração da Estratégia e sua divulgação, ocorreu num prazo de aproximadamente seis meses.

Esse processo único resultou numa estratégia alimentar local, desenvolvida e apoiada por uma comunidade mais ampla ligada à questão. As vibrações positivas da Estratégia Alimentar de Leuven também estão estimulando várias outras iniciativas relacionadas: como exemplo, existem as Voedselteams (equipes alimentares) que ligam grupos de produtores e consumidores e promovem a expansão da agricultura apoiada pela comunidade; a introdução de uma alimentação mais saudável e sustentável nas escolas; e a criação de um sistema de distribuição por meio do qual produtos locais e sobras da produção cheguem aos grupos mais vulneráveis. Porém, mais trabalho precisa ser feito, especialmente para melhorar as conexões com os municípios vizinhos.

O desafio agora é desenvolver a fase operacional. A cidade já está preparando um mecanismo que garanta a implementação vibrante e equilibrada das várias estratégias. Vários departamentos da administração municipal estão envolvidos, e esperamos que haja orçamento suficiente para que um servidor municipal possa ser indicado para assumir a coordenação do processo.

Um conselho consultivo para as questões agrícolas e alimentares foi criado, e seus membros representam as várias partes interessadas, ligadas aos setores produtivo e consumidor de alimentos. Esse grupo precisa ser capaz de trazer ideias e recursos para a implementação das estratégias, dar apoio às iniciativas planejadas, estimular uma ampla gama de instituições e companhias à participação nas atividades práticas, e ainda organizar a reflexão envolvendo os vários setores.

**Gert Engelen**

Rikolto

[gert.engelen@rikolto.org](mailto:gert.engelen@rikolto.org)

**Michèle Jacobs**

Leuven 2030

**David Dessers**

Conselheiro Municipal, responsável por questões de clima e sustentabilidade, agricultura e consumo, mobilidade.

# Das hortas urbanas ao Pacto Agroalimentar de Quito

Alain Santandreu  
 Alexandra Rodríguez  
 David Jácome  
 Denisse Paredes  
 María Cristina Cruz  
 Nataly Pinto

O sistema agroalimentar da região de Quito, capital do Equador, é altamente *dependente*, *vulnerável* e *diversificado*, três características que marcaram o processo de formulação de uma política agroalimentar que exigiu a contribuição de uma grande variedade de atores.

O sistema agroalimentar de Quito é *dependente* por que uma grande parte dos alimentos consumidos no município vem de outras regiões do país e do exterior.



A estratégia agroalimentar de Quito

O município de Quito produz apenas 5% do volume total da comida consumida na região; se adicionarmos a produção dos municípios da província de Pechincha que cercam Quito, o número aumenta para meros 12,7%. Mais de 80% dos alimentos que chegam a Quito vêm por duas rotas.

Desde o sul, as cidades de Ambato e Santo Domingo de los Colorados (situadas nas áreas ao sul do planalto central e do litoral, respectivamente) fornecem 62% da comida consumida na capital. Outros 20% vêm do norte (desde a fronteira com a Colômbia e da porção nortista do litoral equatoriano).

O sistema agroalimentar de Quito é *vulnerável* por que as regiões que lhe fornecem a comida enfrentam crescentemente eventos climáticos extremos, na forma de chuvas pesadas e de secas causticantes, que afetam gravemente a produção e, portanto, a disponibilidade de alimentos na capital equatoriana. Além disso, as práticas agrícolas não fazem bom uso dos bens comuns, como a água e o solo, e são insustentáveis, prejudicando a resiliência do sistema produtivo e ameaçando o abastecimento contínuo de comida.

Também o risco de erupções vulcânicas significa que chuvas de cinzas, fluxos de lavas e avalanches ameaçam o trânsito de caminhões e o acesso dos alimentos à cidade, além das próprias áreas produtivas.

Por fim, o sistema agroalimentar de Quito é *bem diversificado*, com diferentes dinâmicas socioeconômicas e culturais coexistindo no norte, no centro e no sul da cidade, tanto nas áreas urbanas quanto rurais do distrito e da província.

Não existe um sistema agroalimentar único em Quito. Vários subsistemas estão presentes, cada qual com características particulares e dinâmicas próprias, e nem sempre seus atores se conhecem e interagem. Isto torna necessário abordar diversos aspectos específicos e pensar sobre soluções particulares para os vários territórios, dentro e ao redor da cidade.

## Da agricultura urbana para uma política agroalimentar

O município de Quito tem um longo histórico na promoção da agricultura urbana e periurbana. Já em 2000, com o apoio do Programa de Gestão Habitacional Urbana para a América Latina e Caribe, o município começou a estimular as hortas urbanas, com o Programa Participativo de Agricultura Urbana. Atualmente o programa AGRUPAR cobre cerca de 1.400 cultivos em Quito, que ocupam aproximadamente 40 hectares de áreas urbanas, periurbanas e rurais (considerando-se apenas os terrenos menores de 7.500m<sup>2</sup>), localizados em áreas de grande pobreza e desnutrição infantil crônica (afetando crianças com menos de 5 anos de idade).

Conta anualmente com a participação de mais de 4.500 produtores, na maior parte mulheres chefes de família. Desde a sua criação, o programa AGRUPAR promove a produção orgânica agroalimentar (em 2007 obteve a certificação orgânica com base nos regulamentos equatorianos reconhecidos pela IFOAM), os mercados locais e regionais (uma média de 900 “biofeiras” são realizadas por ano), e o consumo saudável e responsável.

A hipótese que orientou a formulação participativa da política alimentar local é que as cidades que mantêm programas de agricultura urbana ao longo do tempo são mais capazes de promover políticas agroalimentares sustentáveis. Isso se deve ao fato de, por se tratar de uma prática que vai além da produção agroecológica e do consumo sustentável, a agricultura urbana, diferentemente dos programas limitados à promoção de hortas urbanas, incorpora questões como a inclusão social e econômica no debate político e na gestão pública.

Essa abordagem sistêmica questiona – a partir da perspectiva dos direitos e da busca do bem comum – a assimetria de poder que sustenta o sistema agroalimentar atual.

Com base no direito humano à alimentação e ao uso do espaço urbano, a política alimentar de Quito considera a alimentação como um ato político e cultural e não como uma “commodity”

Ao longo dos anos, a política de agricultura urbana tornou-se uma política agroalimentar, com o apoio de vários atores, incluindo a Fundação RUAF. Em 2016, o município de Quito uniu-se à Parceria Global coordenada pela RUAF e, no mesmo ano, Quito assinou o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana. Além disso, Quito é membro do grupo C40 de sistemas alimentares sustentáveis, das redes CityFood e Metropolis, e também participa do projeto-piloto “Rede de Excedentes Alimentares” (“Surplus Food Network” 2018).

Em outubro de 2017, comemorando a assinatura da Nova Agenda Urbana, a cidade lançou sua estratégia para alcançar maior resiliência. Um dos pilares dessa estratégia – uma economia sólida e eficiente dos recursos locais e resíduos aproveitáveis – exige o fortalecimento dos setores produtivos, o desenvolvimento de capacidades e do capital humano, bem como a promoção da economia alimentar como eixos indispensáveis do desenvolvimento local.

O sistema alimentar de Quito, inclusive suas hortas urbanas, desempenha um papel proeminente nessa estratégia. A agricultura urbana e a alimentação também foram incorporadas na Visão 2040 – um documento que contém a perspectiva do desenvolvimento urbano da cidade para os próximos 20 anos. E, mais recentemente, a agricultura urbana, juntamente com outros aspectos do sistema alimentar, foi incluída na atualização do Plano de Ação Climática de Quito.

Finalmente, a agricultura urbana é um dos indicadores da “Municipalidade Sadia” para Quito (um certificado conferido pelo Ministério da Saúde), e vem sendo incorporada em alguns planos especiais para áreas vulneráveis e incluída no planejamento territorial do município.

## O processo participativo de formulação da política alimentar

Seguindo a metodologia da RUAF, Quito desenvolveu sua política agroalimentar em três fases:

### Fase 1. Análise do sistema agroalimentar

O processo começou em junho de 2015 com a definição de um marco conceitual, um plano de trabalho e a criação de uma equipe local de pesquisa, contando com o apoio da RUAF. Em 2016 essa equipe usou a abordagem do sistema alimentar urbano-regional para conduzir a avaliação do sistema agroalimentar de Quito. A avaliação considerou duas áreas principais (“círculos alimentares”) formada pelo município, seu distrito metropolitano e pela província de Pichincha. Nessa fase, uma revisão exaustiva das informações estatísticas e administrativas disponíveis e de estudos prévios foi realizada. Isso permitiu a identificação de problemas críticos e o desenvolvimento de uma análise dos pontos fortes e fracos, para definir as prioridades locais na construção de uma política agroalimentar consistente. Os resultados foram apresentados às partes interessadas mais relevantes.

Um dos principais problemas que precisaram ser superados foi a falta de informações em escala nacional e não-local, os dados ultrapassados ou não existentes, e as instituições que não compartilham informações. Como o sistema agroalimentar nunca havia sido analisado em profundidade, a equipe precisava preencher as lacunas de informações e conhecimento. Para isso, foram realizadas entrevistas e oficinas com atores-chave no sistema, que contribuíram com suas visões muitas vezes conflitantes. Os principais resultados serão publicados neste ano.

### Fase 2. A alimentação na agenda pública

No início de 2017, um grupo amplo e diversificado de atores ligados ao sistema agroalimentar da região urbana e regional de Quito reuniu-se para construir um calendário e um mapa dos atores, identificando o rumo das mudanças no qual a política poderia se ancorar e incorporar as várias instituições e organizações interessadas em colaborar.

Inicialmente, uma plataforma foi criada, reunindo 24 instituições e organizações, inclusive a prefeitura de Quito, vários ministérios, o governo da província de Pichincha, companhias alimentares, organizações de produtores e consumidores, universidades, organizações cooperativas e várias organizações da sociedade civil. Essa plataforma multiatorial foi formada como um espaço para o intercâmbio de opiniões e construção colaborativa da política agroalimentar, consolidando, no decorrer do tempo, o Pacto Agroalimentar de Quito – PAQ.

Cinco grupos de trabalho foram formados em torno dos pilares identificados pelo PAQ:

- Gestão dos recursos alimentares para o futuro
- Segurança e soberania alimentar e nutricional
- Economia alimentar inclusiva e ligações urbano-rurais
- Gestão dos resíduos
- Governança

Durante essa fase, 16 oficinas participativas foram organizadas. Um dos principais desafios foi trabalhar em grupos e pensar sobre os pilares de uma maneira sistêmica, mantendo suas interrelações não-lineares como partes da cadeia alimentar.



Entre março e setembro de 2018, o PAQ preparou a Carta Agroalimentar de Quito, assinada em 2 de outubro de 2018 por ocasião do evento Habitat III+2, que deu continuidade à Conferência III, realizada em Quito em 2016.

A capacidade da equipe para o diálogo e a consulta mútua deu oportunidade aos atores – que no início tinham posições aparentemente irreconciliáveis – para progressivamente se aproximarem e formarem consensos importantes.

Todas as partes interessadas precisaram conter suas posições iniciais para concordar na elaboração de um texto em comum. O processo foi conduzido pelo município de Quito com apoio da Fundação RUAF e da Rikolto.

A declaração foi assinada pelos membros do PAQ, incluindo os governos federal e estadual, indústrias alimentícias, organizações de produtores e consumidores, universidades e várias organizações da sociedade civil. Por meio das redes sociais, quase 2 mil pessoas e organizações apoiaram as ações contidas na Carta.

Paralelamente, o PAQ projetou e implementou uma estratégia de comunicação para ajudar a disseminar a Carta e os vários sucessos que resultaram da inclusão da alimentação na agenda de políticas municipais.

### **Fase 3. Formulação da política agroalimentar**

Em maio de 2018, o processo de formulação da política foi intensificado com a preparação de um plano de ação para fortalecer o sistema agroalimentar de Quito, que foi o principal insumo para projetar a estratégia agroalimentar. O plano de ação e o projeto estratégico articulam atividades prioritárias, com seus indicadores definidos conforme aqueles utilizados pelo Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana.

Para a sua preparação, foram formados grupos de trabalho que resultaram em 57 reuniões, 16 oficinas e 14 entrevistas com parceiros governamentais e outros atores do sistema agroalimentar. Como parte dessa estratégia, mais de 40 mapas foram preparados usando informações geográficas sobre o sistema agroalimentar de Quito disponíveis na plataforma aberta de dados do município.

Entre as atividades planejadas, o município de Quito, com o apoio da RUAF, está desenvolvendo a estratégia de resiliência do sistema agroalimentar de Quito e região.

Ela baseia-se numa metodologia inovadora, projetada especialmente pela RUAF em parceria com os responsáveis pela gestão da resiliência de Quito. Recentemente a cidade foi escolhida pela coordenação do Pacto de Milão para desenvolver um projeto-piloto que busque implementar os seus indicadores.

Isso vai fornecer maior clareza sobre a operação do sistema, suas vulnerabilidades e sua capacidade de resposta, consolidando os vários instrumentos da política e oferecendo uma visão estratégica do sistema agroalimentar.



## Os desafios para formar o conselho

Desde maio de 2019, Quito tem um novo prefeito, cujo governo promove a ideia de um “Programa de Alimentação Eficiente para Quito”, que inclui bancos de alimentos, cantinas municipais, crianças bem alimentadas, comida saudável e de qualidade, e um plano de segurança alimentar e nutricional como desafios permanentes para o município. É uma evidência da sensibilidade da nova administração para desenvolver uma política alimentar sustentável e resiliente.

Quatro anos desde seu início, o principal desafio enfrentado em Quito é consolidar sua política agroalimentar, que aguarda pela aprovação de uma resolução do prefeito (uma das possibilidades legais) que reconheça os passos realizados até agora, incluindo o estabelecimento e a institucionalização de um conselho para o PAQ.

A decisão de formar um conselho do PAQ, independente do poder municipal, mas articulado com ele, consagra-o como um fórum legítimo para a participação e formulação de políticas agroalimentares.

Ao obter o reconhecimento na estrutura municipal, a política agroalimentar estará mais enraizada na cidade e entre seus atores, e não somente no governo municipal. Cabe lembrar que a construção de uma visão para uma política pública de modo participativo conferiu à cidade uma perspectiva ampla, fortalecida pela energia de todas as organizações e instituições que deram origem ao PAQ.

Espera-se que o Conselho do Pacto Agroalimentar de Quito, uma vez formado, irá preparar a proposta de um decreto municipal baseado na estratégia agroalimentar desenvolvida pelo PAQ e apresentada ao público pelo Secretário de Desenvolvimento Produtivo e Competitividade.

Como um espaço de assessoramento para o prefeito e a Câmara de Vereadores, o Conselho do PAQ poderá propor uma abordagem para tornar o sistema agroalimentar da área urbano-regional de Quito mais sustentável e resiliente. Também irá contribuir para consolidar o caráter multiatorial, intersetorial e transdisciplinar que caracterizou todo o processo de formulação e implementação do PAQ, exigindo articulação entre várias secretarias e coordenação com os governos nacional e estadual.

A política agroalimentar de Quito enfrenta hoje três desafios: Primeiramente, o PAQ precisa disseminar mais amplamente a Carta sobre alimentação e a estratégia agroalimentar entre os cidadãos, usando diversos formatos e mídias para promover uma alimentação mais saudável na sociedade. Em segundo lugar, o PAQ precisa desenvolver novas estratégias para incorporar os conceitos que guiaram a Carta e a estratégia alimentar no debate sobre a política agroalimentar, encorajando novos atores a se integrarem no processo. Isso é importante, já que a alimentação é a arena onde vários interesses, muitas vezes conflitantes, intervêm. Por fim, o PAQ, juntamente com a prefeitura de Quito, deve sensibilizar e agregar ao processo os vereadores que foram eleitos para representar a sociedade e são responsáveis por aprovar formalmente a resolução do prefeito acima mencionada.

Os próximos meses irão testemunhar um grande debate que, esperamos, consolidará, na sociedade, a visão da boa governança alimentar que o PAQ construiu e vem promovendo desde a sua criação.

**Alain Santandreu** (RUAF) [alain\\_santandreu@yahoo.com](mailto:alain_santandreu@yahoo.com)

**Alexandra Rodríguez** (CONQUITO)

**David Jácome** (Secretary of Planning, Resilience Management)

**Denisse Paredes** (Secretary of Planning, Resilience Management)

**María Cristina Cruz** (RUAF Consultant)

**Nataly Pinto** (Rikolto)

# Laboratórios de Mudança Alimentar (*Food Change Labs*) em Uganda e Zâmbia transformam os sistemas alimentares locais

Mangiza Chirwa  
Immaculate Yossa

**Para apoiar os cidadãos na construção de sistemas alimentares inclusivos e ambientalmente sustentáveis, as ONGs Hivos e o Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento (International Institute for Environment and Development - IIED), em cooperação com parceiros locais, implementaram vários *Food Change Labs* na África, Ásia e América Latina.**

Esses “laboratórios” foram desenvolvidos no contexto do programa Dietas Sustentáveis para Todos (Sustainable Diets for All (SD4ALL), que promove a inclusão da cidadania nas discussões por sistemas alimentares mais saudáveis, diversificados, nutritivos e sustentáveis.

Um Food Change Lab - FCL é um processo de inovação participativa que objetiva compreender melhor os problemas que ocorrem no sistema alimentar, construir coalizões para promover mudanças, gerar soluções e testá-las na prática. O processo é ideal para abordar questões complexas que envolvem miríades de atores, aspectos e políticas. Ele foi projetado para promover mudanças sistêmicas, levando os sistemas alimentares na direção de maior inclusão e sustentabilidade. Embora seguindo os mesmos processos e princípios, os FCLs em Zâmbia e Uganda têm suas próprias organizações e prioridades, levando a uma rica palheta de resultados.

O conceito dos FCLs e os conselhos de política alimentar - CPAs são similares na medida em que ambos são plataformas multiatorais, mas diferem principalmente no processo e metodologia que usam para alcançar os resultados desejados. O FCL é um processo de resolução de problemas onde uma aliança multiatorial se move através de diferentes fases – desde a identificação do problema até a concepção e experimentação das soluções.

## O Food Change Lab em Zâmbia

O FCL de Zâmbia começou no distrito de Chongwe num nível local, instalado em 2015 para abordar os problemas da pouca diversidade na produção local de alimentos e da pobreza da dieta predominante na região. O FCL de Chongwe logo evoluiu para o FCL de Zâmbia em 2016, que tinha um escopo mais amplo e focava em desafios nacionais no sistema alimentar do país.

Isto aconteceu após a inclusão de parceiros com um foco mais nacional e a percepção de que as questões ligadas a políticas agrícolas eram bastante centralizadas, prejudicando as possibilidades de mudanças no sistema alimentar em nível local. O FCL nacional desenvolveu então um mapa do sistema alimentar para identificar desafios e oportunidades para mudanças na produção, consumo, processamento e acesso aos alimentos. A partir desse mapeamento, formaram-se quatro grupos-protótipos para focar em desafios escolhidos, cujos pontos de alavancagem haviam sido identificados. Os grupos, cujos membros integravam o FCL nacional, focaram na diversificação da produção, no empoderamento dos jovens, na comunicação e conscientização alimentar, e no apoio ao setor informal, sempre com a ajuda de organizações parceiras da Hivos com conhecimentos e experiência em cada área temática.

Uma das principais realizações do trabalho por maior conscientização alimentar (conduzido pelo Consumer Unity Trust Society) foi a criação de uma parceria com o Conselho Municipal de Lusaka para trabalharem juntos nas questões alimentares que afetam a cidade. Isto permitiu a formação do Conselho de Política Alimentar de Lusaka (Lusaka Food Policy Council - FPC) que irá coordenar os esforços para abordar os desafios no sistema alimentar local.

### Do nível local ao nacional

Todo o processo FCL, desde os primeiros dias do FCL de Chongwe (nível local) até o FCL de Zâmbia (nível nacional), bem como a iniciativa de formar o Conselho de



Política Alimentar de Lusaka, tem sido uma rica experiência de aprendizado, marcada pelas diversas intervenções nos dois níveis. Embora ambos FCLs abordassem as questões da alimentação e nutrição, as intervenções do FCL de Chongwe eram mais concretas e era mais fácil perceber seus resultados. Por exemplo, em seus esforços para abordar a insustentabilidade do manejo das terras e o desmatamento, o FCL de Chongwe participou de várias atividades envolvendo a consciência das comunidades e a prática do reflorestamento. Daí resultou que os líderes das comunidades introduziram penalidades para quem desmatasse, além da capacitação em reflorestamento, conduzida pelo Kasisi Agriculture Training Institute com apoio financeiro da Hivos, que reduziu a degradação florestal na região. Com relação à falta de diversidade no consumo alimentar, festivais de comida e reuniões para conversar sobre alimentação resultaram em programas nas rádios comunitárias focando na conscientização sobre o valor nutricional dos alimentos locais, muitos deles esquecidos e desaparecendo. Também foi publicado um livro sobre o valor dos alimentos nativos.

Em contraste, no FCL de Zâmbia foi mais difícil assegurar se os impactos verificados são de fato o resultado das intervenções dos grupos-protótipos, já que existem numerosos outros atores e intervenções ocorrendo no sistema alimentar no nível nacional.

Por essa razão, o Conselho de Política Alimentar de Lusaka está sendo criado em nível municipal, de modo a mostrar resultados e impactos mais facilmente.

Iniciativas de governança alimentar local, como o CPA de Lusaka, usando FCLs constituem um ótimo mecanismo para abordar desafios locais específicos.

Por exemplo, pesquisa em Lusaka demonstrou que mais de 70% da população adquire seus alimentos de mercados informais, porém mesmo assim o setor dos mercados informais não tem representantes nas discussões sobre política alimentar na cidade. O CPA de Lusaka oferece uma oportunidade para que esses grupos negligenciados também sejam ouvidos.

Frequentemente é difícil para grupos marginalizados terem acesso a plataformas em nível nacional, já que esses atraem geralmente atores mais formalizados e discussões mais amplas e complexas.

Além disso, o CPA de Lusaka permite a institucionalização das experiências adquiridas nos dois Food Change Labs. Essa institucionalização abre uma via pela qual políticas e inovações discutidas no CPA ganhem acesso até as autoridades responsáveis pelas ações, aumentando ainda as chances de sustentabilidade do projeto para além do ciclo de vida dos projetos.

### Rumo a uma abordagem integrada

É importante observar que os FCLs são uma forma de intervenção básica no sistema alimentar que opera no nível das comunidades, enquanto os CPAs vão um passo adiante, pois geralmente operam no nível do governo local (geralmente municipal). Em Zâmbia, a maioria das intervenções de governança alimentar tem ocorrido em nível nacional.

Em 2015, a FAO e a RUAF, por meio do programa Alimento para as Cidades, reconheceram a lacuna existente em muitos países entre a realidade local e as intervenções em nível nacional, e introduziram o projeto Sistemas Alimentares Urbano-Regionais (City Region Food Systems - CRFS) ([www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/toolkit/introduction/en/](http://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/toolkit/introduction/en/)).

Essa abordagem enfatizou a ligação dos sistemas alimentares das cidades de Lusaka e Kitwe às populações periurbanas / rurais de seus entornos, que fornecem a comida para suas populações.

Embora o Laboratório de Mudança Alimentar de Chongwe tenha usado uma avaliação do sistema alimentar como ponto de partida para entender melhor os pontos fortes e os desafios em seu sistema alimentar, e também tenha promovido o diálogo com as várias partes interessadas para discutir a avaliação e desenvolver estratégias, como fez o CRFS adotado em Lusaka, ainda existem alguns grandes contrastes entre essas duas abordagens. (ver tabela)

	Food Change Lab em Chongwe	Sistema alimentar urbano-regional em Lusaka
Levantamento do sistema alimentar	O levantamento foi específico para uma área local (rural) e identificou as questões prioritárias para Chongwe.	A avaliação 'urbano-regional' teve um escopo mais amplo, envolvendo as cidades-alvo identificadas e as áreas periurbanas/rurais próximas. Os municípios vizinhos, principais responsáveis pelo suprimento de alimentos de Lusaka, foram incluídos na avaliação.
Participação das várias partes interessadas	Envolvimento participativo de membros comuns da comunidade na identificação de desafios e possíveis soluções. Os membros da comunidade ocuparam o centro do palco, enquanto as outras partes interessadas forneceram conhecimento especializado para orientar a avaliação e o desenvolvimento da estratégia.	A participação envolveu principalmente os interessados em todo o setor de alimentos que possuíam conhecimento técnico em seus campos de trabalho. Os atores institucionais e especialistas técnicos ocuparam o centro do palco, sendo os membros comuns da comunidade envolvidos como respondentes às pesquisas realizadas pelo projeto.
Nível de intervenção	As ações de intervenção direta incluíram programas de conscientização da comunidade e disseminação de informações na comunidade local – por exemplo, os efeitos do desmatamento na produção agrícola, festivais gastronômicos para abordar dietas com maior diversidade alimentar, plantio de árvores etc.	Os principais resultados foram recomendações de políticas e planos de ação para o governo e demais partes interessadas, mas nenhuma ação direta foi implementada para enfrentar os desafios identificados.
<b>Outros</b>	Os participantes do laboratório de alimentos participaram de visitas de campo para compreender melhor os desafios e as oportunidades presentes no sistema alimentar.	A abordagem usou grupos de trabalho temáticos para avaliar minuciosamente os desafios específicos e elaborar estratégias e planos de ação para as intervenções adequadas.

As duas abordagens são complementares e se desenvolvem para melhorar o desempenho do sistema alimentar como um todo. As conclusões do Food Change Lab são usadas para informar as intervenções do CPA de Lusaka, do CRFS e do sistema nacional de alimentos.

Colocar os cidadãos comuns no centro do sistema alimentar requer estruturas locais flexíveis, como laboratórios de mudança alimentar e conselhos alimentares locais para melhorar a inclusão e incentivar novas visões e mudanças de políticas ao permitir maior participação desses cidadãos.



*Participantes do FCL de Zâmbia criam um mapa do sistema alimentar. Foto: Felia Boerwinkel*

Agricultores e trabalhadores do setor informal são geralmente esquecidos (ou não reconhecidos) nas plataformas formais que enfrentam os desafios no sistema alimentar, devido a fatores como o baixo nível de educação e a incapacidade de falar no idioma oficial da comunicação nacional (inglês).

Porém, estruturas como laboratórios de mudança alimentar e conselhos de política alimentar fornecem um espaço onde as vozes desses grupos negligenciados podem ser ouvidas, o que resulta em tomadas de decisão e intervenções mais significativas e eficazes.

### O Food Change Lab de Uganda

O FCL de Uganda foi criado em 2015 com o objetivo de melhorar a dieta da população e a produtividade do sistema alimentar local, especialmente no município de Fort Portal e no distrito de Kabarole, ao mesmo tempo em que advogava por um ambiente mais acessível à sociedade na elaboração das políticas com impacto em sua alimentação.

A alimentação e a agricultura desempenham um papel predominante na economia de Uganda, com a agricultura contribuindo com 85% da receita com exportações e gerando cerca de 75% do emprego nacional. Porém o país ainda sofre com a insegurança alimentar e nutricional.

A subnutrição é muito presente, com 36% das crianças cronicamente subnutridas ou famintas. A má nutrição provoca cerca de 45% das mortes de crianças em Uganda. Num esforço para melhorar a situação nutricional da população, o governo de Uganda adotou uma política de alimentação e nutrição em 2003, reunindo uma série de intervenções multissetoriais e coordenadas, focando na segurança alimentar, na nutrição melhorada e no aumento da renda.

Devido à dimensão multissetorial da política, foi proposta a criação do Conselho de Alimentação e Nutrição de Uganda (Uganda Food and Nutrition Council - UFNC), para participar como entidade legal nas importantes comissões multissetoriais que lidam com as questões alimentares nos níveis local e nacional.

Dezesseis anos depois, o Conselho nunca foi criado. Apesar das várias iniciativas em Kampala (ver edições anteriores da Revista de Agricultura Urbana), o marco legal ainda não foi implementado.

Na ausência desse Conselho, surgiram várias redes, plataformas e grupos, na maioria liderados por voluntários, para promover a agenda alimentar. A alimentação e a nutrição, a proteção dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade e a conservação da cultura alimentar do país têm sido os tópicos na vanguarda dessas discussões.

O FCL de Uganda estava entre essas plataformas e, juntamente com várias dessas iniciativas locais, passou a abordar os principais desafios alimentares do país:

1. a grande quantidade de alimentos e recursos naturais exportados, diante das reduzidas opções para processá-los localmente e de modo a agregar valor;
2. os altos níveis de desnutrição entre as crianças na região, 41% acima da média nacional;
3. a dieta monótona, com excesso de carboidratos e insuficiência de proteínas e micronutrientes; e
4. o declínio na produção dos alimentos tradicionais, apesar de seu alto valor nutricional.

Com a ação do FCL, a conscientização das famílias rurais e urbanas sobre a sua nutrição e seus padrões de consumo vem progredindo. O processo é conduzido por um grupo menor de atores que surgiram a partir do FCL e se denominam a “Coalizão do Querer”. Eles têm organizado eventos como demonstrações públicas de culinária, ou sobre os importantes nutrientes que podem ser perdidos durante o preparo das refeições, bem como palestras em comunidades para aumentar o alcance das informações.

Outras atividades do FCL incluem festivais gastronômicos organizados por moradores rurais, visando popularizar a produção e o consumo de alimentos nativos nutritivos e mobilizar os pequenos produtores para a instalação de equipamentos que permitam agregar valor a seus produtos agrícolas.

O Centro de Pesquisa e Recursos de Kabarole (KRC) – organização que coordena o FCL – trabalhou com a “Coalition of the Willing”, incluindo um conselho local de líderes eleitos e a Secretaria Municipal de Produção, para influir na revisão da política sobre produção de alimentos, resultando no Decreto de Alimentação e Produção de Kabarole, de 2006. O decreto foi aprovado, mas nunca foi implementado. O KRC via essa revisão como uma oportunidade para propor alterações e apoiar a inclusão de alimentos mais diversificados, nutritivos e sustentáveis no sistema alimentar local, conforme a agenda Dietas para Todos (Diets for All) da Hivos.

Um dos resultados mais notáveis do Food Change Lab de Uganda foi o estímulo à diversidade alimentar na economia local por meio da produção de alimentos tradicionais, que antes eram percebidos como inferiores e de reduzido valor.

O volume de alimentos nativos tradicionais plantados em hortas e consumidos pelas famílias já aumentou consideravelmente. Além disso, os donos de hotéis e restaurantes têm incluído cada vez mais os alimentos tradicionais em seus cardápios. Outro resultado envolveu os vendedores de alimentos nas ruas, que foram mobilizados para formar uma associação, facilitando assim o processo para o seu reconhecimento oficial pela prefeitura.

Recentemente, em 2018, o Decreto de Alimentação e Produção foi revisto com recomendações de atores do FCL. Essa nova versão do Decreto pretende melhorar a produção agrícola, a segurança alimentar, a conservação dos produtos, as dietas, a redução de desperdícios, a renda familiar (inclusive o reconhecimento dos vendedores de rua como importantes fornecedores para a população de baixa renda), o meio ambiente, e promover o uso sustentável dos recursos naturais locais.

No geral, o FCL de Uganda ofereceu oportunidades para os cidadãos se envolverem com seus líderes e juntos construírem consensos sobre ações que precisam ser tomadas para melhorar sua situação alimentar e nutricional. Isso tem levado a intervenções mais pragmáticas e efetivas e a resultados notáveis. Espera-se que esses exemplos possam ser replicados por todo o país.



Os CMSAs adotam metodologias participativas para incorporar diferentes vozes nas propostas de políticas e de investimentos sobre o direito das pessoas à alimentação. Foto: Fundación Alternativas.

## Projetando sistemas alimentares holísticos com a participação cidadã

Maria Teresa Nogale

**Assegurar segurança alimentar e nutricional é uma tarefa complexa que depende de vários fatores e atores. Desde 2013, a *Fundation Alternativas* vem liderando a criação de grupos de trabalho multidisciplinares e multissetoriais conhecidos como Comitês Municipais para a Segurança Alimentar (Comités Municipales de Seguridad Alimentaria - CMSAs) na Bolívia.**

Desde os anos 1950s, a América Latina tem passado por um processo acelerado de migração desde as áreas rurais para as urbanas, e hoje suas áreas urbanas apresentam as mais altas taxas de concentração entre os países em desenvolvimento: perto de 80 % dos habitantes vivem em áreas urbanas (1, 2). Prevê-se que essa porcentagem continue crescendo ao longo dos próximos anos. A urbanização acelerada acompanha mudanças contínuas na governança, planejamento e investimentos, e gera um profundo impacto na segurança alimentar e na habilidade de assegurar o direito humano à alimentação.

A migração rural afeta os padrões domésticos de produção de alimentos, conforme os agricultores abandonam o campo, levando à perda de conhecimentos ancestrais sobre os alimentos tradicionais. Essa transição também abriu caminho para a introdução das monoculturas implantadas pelo agronegócio nas áreas rurais, e à degradação ambiental e à incapacidade da produção local para alimentar e nutrir adequadamente as pessoas.

A padronização dos sistemas alimentares vem prejudicando as dietas nativas e tradicionais em todo o mundo; além de deteriorar o ambiente e a saúde pública global (7). Há aproximadamente 20 anos, a agricultura de pequena escala na Bolívia fornecia cerca de 75 % da comida consumida no país (3). Hoje cada vez mais o país depende de alimentos importados (4).



Em 2018, os custos da Bolívia com a importação de alimentos básicos e processados importados especificamente para o consumo doméstico foram avaliados em cerca de US\$ 488 milhões, com a importação de alimentos tendo aumentado em 172% no período.

Num esforço para elevar a segurança alimentar, as ações devem focar em promover sistemas alimentares locais e sustentáveis capazes de garantir que todas as pessoas tenham acesso confiável a comida fresca, saudável e nutritiva. Para isso, é necessário dirigir investimentos para produtores familiares e nativos que produzem alimentos para consumo doméstico, enquanto que, ao mesmo tempo, cuidam do meio ambiente.

Além disso, novos investimentos são necessários para desenvolver infraestrutura e serviços de comunicação que permitam maior interconectividade entre as áreas urbanas e rurais e gerem oportunidades de comercialização como resultado de cadeias de abastecimento mais eficientes. Os governos, a sociedade civil, o setor privado e a cidadania devem trabalhar juntos para se envolverem colaborativamente no projeto de soluções inovadoras.

Os Comitês Municipais de Segurança alimentar (CMSAs) reúnem-se mensalmente para desenvolver propostas para as políticas e investimentos que melhorem a segurança alimentar, e funciona como um recurso de assessoramento para instituições privadas e políticas.

Eles são formados por uma grande diversidade de atores, incluindo representantes da sociedade civil, organizações, academia, associações de produtores, comerciantes, empreendedores no sistema alimentar, servidores públicos e representantes dos governos municipais e das administrações distritais.

Atualmente funcionam na Bolívia CMSAs em La Paz (2013), Sucre (2015) e El Alto (2018).

Exemplos desses esforços incluem a formulação de leis, inclusive a Lei Municipal 105, sobre segurança alimentar (La Paz, adotada em 2014), a Lei Municipal 129, sobre segurança e soberania alimentar e nutricional (Sucre, adotada em 2018) e a Lei Municipal 321, promovendo a horticultura urbana na capital boliviana (La Paz, adotada em 2018).

Do mesmo modo, várias propostas de políticas e de investimentos têm sido discutidas, incluindo: “A segurança alimentar na região metropolitana de La Paz” (2015), “Os centros de distribuição para a região metropolitana de La Paz” (2016), “A Agenda Urbana Nacional para a segurança alimentar” (2017), e “Fortalecendo e integrando os sistemas alimentares da região metropolitana de La Paz” (2019).

Na Bolívia, os CMSAs estão promovendo e liderando os primeiros diálogos sobre segurança alimentar no país e se consolidando como um recurso de assessoramento não partidário e multidisciplinar sobre políticas e estratégias envolvendo a alimentação. Suas propostas recebem a atenção pública e têm servido para informar planos de desenvolvimento e agendas do governo, incluindo a Agenda Nacional Urbana, a Política Nacional Urbana, a Estratégia de Planejamento Territorial de La Paz e a Estratégia de Desenvolvimento da Região Metropolitana dessa cidade.

O trabalho conduzido pelos CMSAs é possível graças à participação constante de muitas pessoas e instituições (mais de 30 instituições por município). Ao longo dos anos, os membros têm demonstrado consistência, compromisso e responsabilidade; tudo isso contribuindo para o crescente reconhecimento público.

Grupos de trabalho como os CMSAs são um mecanismo para reunir diversos atores e os envolver em diálogos e em análises frequentes sobre os sistemas alimentares, indispensáveis para projetar o futuro. Eles são concebidos para assegurar a representação genuína e a participação de pequenos, médios e grandes atores dos setores privado e público.

Do mesmo modo, ao longo dos anos, os CMSAs foram capazes de alavancar a participação de atores nacionais e subnacionais, que agora se dispõem a trabalhar coletivamente, identificar objetivos compartilhados e investir em estratégias complementares.

É importante notar que a seleção dos membros foi um fator crítico desde o início. O engajamento genuíno das várias partes interessadas envolvidas provou-se essencial para o sucesso dos debates e das propostas assumidas pelos Comitês.

Do mesmo modo, a representação multiatorial aumentou a credibilidade do trabalho realizado. Para quem procura se engajar em trabalho similar, as expectativas devem ser bem definidas; por exemplo, na Bolívia ficou decidido que os CMSAs devem se reunir uma vez por mês e trabalhar de modo colaborativo, enquanto subcomitês seriam organizados para abordar questões e desafios específicos.

Também ficou decidido que os vários níveis do governo seriam convidados a participar, por meio de uma variedade de órgãos e agências, mas que as iniciativas dos CMSAs continuariam sendo não governamentais e não partidárias.

Com certeza, um fator fundamental para o sucesso dos CMSAs tem sido o apoio permanente da Fundación Alternativas. Assim, cada comitê tem alguém que planeja e organiza reuniões, facilita as análises em grupo e modera as discussões, conduz pesquisas contínuas sobre questões críticas e, entre outras coisas, organiza eventos para promover as iniciativas e propostas durante todo o ano.

Certamente não existe um modelo único para melhorar os sistemas alimentares existentes. Pelo contrário, assegurar que eles sejam sustentáveis e acessíveis para todos será o resultado da implementação de uma miríade de ideias, iniciativas e investimentos, e exigem o envolvimento e a colaboração de diversas instituições e de inúmeros cidadãos e cidadãs.

- O trabalho da Fundación Alternativas e dos CMSAs tem o apoio da HIVOS, da Cooperação Belga para o Desenvolvimento, da Cooperação de Louvain, e da Friedrich Ebert Foundation.

Maria Teresa Nogales  
Fundador e Diretor-Executivo  
Fundación Alternativas  
[mtnogales@alternativascc.org](mailto:mtnogales@alternativascc.org)  
[www.alternativascc.org](http://www.alternativascc.org)

## Referências

1. CEPAL (agosto, 2012). La urbanización presenta oportunidades y desafíos para avanzar hacia el desarrollo sostenible. Notas de la CEPAL, No. 73. [www.cepal.org/notas/73/Titulares2.html](http://www.cepal.org/notas/73/Titulares2.html)
2. Instituto Nacional de Estadística (2015). Censo de Población y Vivienda 2012: Bolivia - Características de la población. Report. Plurinational State of Bolivia. [www.bolivia.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Caracteristicas\\_de\\_Poblacion\\_2012.pdf](http://www.bolivia.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Caracteristicas_de_Poblacion_2012.pdf)

3. Cabitza, Mattia (julio 20, 2011). Will Bolivia make the breakthrough on food security and the environment? The Guardian. [www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2011/jun/20/bolivia-food-security-prices-agriculture](http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2011/jun/20/bolivia-food-security-prices-agriculture)
4. Fundación Tierra (2017). Foro andino amazónico en Bolivia desvela deterioro de la actividad agrícola campesina. Conference Minutes. Bolivia. [www.ftierra.org/index.php/tierra-medios/786-foro-andino-amazonico-en-bolivia-desvela-deterioro-de-la-actividad-agricola-campesina](http://www.ftierra.org/index.php/tierra-medios/786-foro-andino-amazonico-en-bolivia-desvela-deterioro-de-la-actividad-agricola-campesina)
5. Soliz, Lorenzo (2016). Cambios, persistencias y desafíos del mundo rural. Revista Umbrales No. 30. CIDES-UMSA. Bolivia. [www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/FAO-countries/Bolivia/docs/FAO\\_Umbrales\\_30\\_\\_1\\_.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO-countries/Bolivia/docs/FAO_Umbrales_30__1_.pdf)
6. Fundación Jubileo (2019). El 2018 se importaron alimentos por \$us 675 millones. News Brief. La Paz, Bolivia. [www.jubileobolivia.com/Publicaciones/Art%C3%ADculos/El-2018-se-importaron-alimentos-por-\\$us-675-millones](http://www.jubileobolivia.com/Publicaciones/Art%C3%ADculos/El-2018-se-importaron-alimentos-por-$us-675-millones)
7. FAO (2005). Building on Gender, Agrobiodiversity and Local Knowledge: What is happening to agrobiodiversity? [www.fao.org/3/a-y5956e.pdf](http://www.fao.org/3/a-y5956e.pdf)
8. FAO, IFAD & WFP (2015). Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress: The State of Food Insecurity in the World. Rome. [www.fao.org/3/a-i4646e.pdf](http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf)

# O Conselho de Política Alimentar de Antananarivo: Uma política como prática

Olivier Andrianarisoa  
Carmen Zuleta Ferrari  
Paul Currie e  
Ingrid Coetze

**O Conselho de Política Alimentar de Antananarivo evoluiu de uma plataforma multiatorial criada originalmente para aumentar a escala do programa de agricultura urbana da cidade. A mudança significou a ampliação do foco da plataforma da produção para todo o sistema alimentar. Organizações não governamentais atuam como atores fundamentais na implementação dos projetos, sempre resguardando a iniciativa das inevitáveis mudanças eleitorais.**

Madagascar é um dos países mais afetados pela fome e a subnutrição. O seu nível de fome é classificado como “alarmante”, e sua capital, Antananarivo, experimenta um aumento progressivo na desnutrição crônica causada pelas condições de extrema pobreza (Action Against Hunger, 2019).

O setor agrícola é o principal empregador em Madagascar. Porém a fragmentação da terra, a baixa qualidade dos solos, as condições precárias das estradas e do tráfego, e o acesso limitado a insumos agrícolas significam que inúmeras famílias rurais não podem mais se sustentar por meio da produção adequada de alimentos em condições para chegar ao mercado.

Um dos resultados dessa situação é a crescente migração para as cidades, conforme as pessoas buscam novas oportunidades, aumentando a pobreza urbana e o desafio de acomodar os recém-chegados, ao mesmo tempo em que todos dependem de uma produção rural de alimentos que vem se reduzindo.

Diante desse desafio, apoiar a agricultura urbana e periurbana é um meio importante para promover o bem-estar econômico, social e ambiental das cidades malgaches e seus moradores.

Em 2011 o Conselho Municipal de Antananarivo (CMA) criou o programa Agricultura Urbana em Antananarivo, e com o apoio da Cooperação Francesa (Ile-de-France), trabalhou por oito anos para atingir dois objetivos: (i) a ampla divulgação e implantação de microhortas nos distritos vulneráveis da cidade para melhorar a sua segurança alimentar e nutricional; e (ii) a criação de atividades geradoras de renda a partir da produção e venda de hortaliças frescas.

O projeto começou com uma estratégia-piloto para desenvolver hortas e oferecer treinamento em três bairros, incluindo 30 moradias e três escolas públicas primárias. Esse piloto alcançou sucesso imediato, e no final de 2011 o número de beneficiários tinha aumentado para quase 100 famílias.

Uma parceria com a Agência Nacional de Nutrição (com apoio direto do primeiro-ministro) introduziu cultivos mais nutritivos e de maior valor, e os beneficiários foram treinados de modo que os alimentos possam ser produzidos mais eficientemente dentro de pequenos espaços domésticos.



Foto: Carmen Zuleta Ferrari

## Estabelecendo uma plataforma de atores na agricultura urbana

O CMA buscou ampliar a iniciativa criando uma plataforma de atores engajados na capacitação e difusão de conhecimentos em agricultura urbana. Porém, como o CMA não tem recursos humanos e econômicos suficientes, o envolvimento de outras partes interessadas foi crucial para disseminar práticas de agricultura urbana entre as organizações e os cidadãos interessados.

O objetivo da plataforma tem sido conectar ações de segurança alimentar e nutricional dentro dos limites de cada comunidade: cada ator iria integrar a prática da agricultura urbana em seu próprio plano de trabalho, possibilitando diversas ações para atender as necessidades comunitárias.

A plataforma foi criada em 2014, juntamente com o desenvolvimento de um site experimental e demonstrativo da microhorticultura praticada na creche municipal. Nesse local, qualquer pessoa pode receber treinamento em agricultura urbana gratuitamente, e o site orgulhosamente demonstra os aspectos fundamentais do sistema alimentar, desde a produção ao consumo, e até a compostagem dos resíduos.

A plataforma começou coordenando as atividades de mais de 20 atores interessados ou envolvidos com a agricultura urbana no município de Antananarivo (instituições locais, organizações internacionais, setores da sociedade civil e empresas privadas). Ela apoiou outros atores dedicados ao desenvolvimento fornecendo-lhes conhecimento e dados básicos para a criação de microhortas.

Graças ao trabalho coordenado dos membros da plataforma, o programa está presente atualmente em todos os seis distritos do município, em 24 bairros e em mais de 36 instituições, oferecendo treinamento em escolas e centros sociais, e alcançando mais de 18 mil beneficiários (especialmente mulheres e crianças).

## Assinando o MUFPP

Em 2016, o ACC decidiu ir além em seu compromisso de melhorar a nutrição através da alimentação e assinou o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (MUFPP). Após a assinatura do MUFPP, a equipe do ACC começou a definir uma visão estratégica, identificando inicialmente as prioridades e contribuindo para a definição de um plano de ação da política alimentar para Antananarivo.

Para isso, foi criado um Escritório de Política Alimentar (EPA) dentro do gabinete do vice-prefeito. O papel principal do EPA é a facilitar coordenação dos diferentes departamentos do município envolvidos nas ações de política alimentar (desenvolvimento social, educação, saúde e nutrição, planejamento urbano e finanças). Além disso, o Escritório trabalhará em estreita colaboração com as principais partes interessadas (atores públicos e privados, OSC, ONGs, instituições de pesquisa e acadêmicas) para desenvolver estratégias conjuntas. Por fim, liderará a coleta de dados necessária para monitorar os impactos das políticas.

## Ampliando a plataforma para um conselho de segurança alimentar

Logo ficou claro que a proposta de assegurar maior governança local na alimentação exigia a criação do Conselho de Política Alimentar de Antananarivo (CPAA). Essa nova estrutura seria a evolução natural da plataforma de agricultura urbana já existente, orientando seus objetivos na direção de implementar o compromisso do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (PMPAU), de consolidar um sistema alimentar urbano sustentável.

A plataforma era inicialmente muito focada na agricultura urbana, e foi necessário expandir o trabalho para uma abordagem sistêmica de toda a cadeia alimentar. A ação do CPAA deveria incluir:

Levantamento do atual sistema alimentar na região, considerando os limites urbano-regionais;

Criação de um banco de dados para monitorar a evolução dos compromissos do PMPAU nas seis áreas de trabalho;

Preparação de uma oficina reunindo as principais partes interessadas no sistema alimentar para identificar prioridades; e

Preparar a minuta de um documento reunindo propostas de política alimentar a ser apresentada aos parceiros atuais e potenciais.

O Conselho desempenha um papel crucial ao interconectar os atores e ser capaz de relacionar as prioridades da cidade com as necessidades das partes interessadas, compartilhando informações e evitando a duplicação de esforços.

### **Política pública como prática**

Hoje Antananarivo está passando por um interessante processo democrático, que significa a compreensão da necessidade de pôr em prática as políticas públicas. Seu principal defensor, o atual prefeito, Olivier Andrianarisoa, descreve assim o processo:

“Nós não centralizamos a política no Conselho Municipal, evitando que, quando o governo mudar, a política seja abandonada. Em vez disso, conduzimos e facilitamos o processo como principal parte interessada. Focamos nos projetos e identificamos os atores com alto potencial, tornando-os parceiros, como que encaixando as peças de um quebra-cabeça para construir um sistema alimentar sustentável. Essa é nossa política prática, a nossa abordagem.”

Além do cultivo tradicional de arroz e a promoção da agricultura urbana, a cidade trabalha com várias organizações para apoiar a horticultura agroecológica, a produção de peixes e frangos, a compostagem e o uso do carvão “verde”.

Espera-se que essas atividades contribuam efetivamente para a erradicação da fome e da pobreza ao criar sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis e resilientes, contribuindo para uma dieta saudável e restaurando a natureza urbana.

Não é só uma questão de tornar a produção mais local, mas de como integrar as comunidades em desvantagem no processo de criar um sistema alimentar sustentável.

No contexto de incertezas políticas no país, essa é uma abordagem muito adequada, que valoriza os resultados sociais positivos e o pertencimento compartilhado sobre os ganhos conquistados.

O CPAA incorpora essa ética da parceria e segue uma abordagem inclusiva, que integra as dimensões temáticas, setoriais, territoriais e os interesses das várias partes do sistema alimentar. A agenda do CPAA já está em ação.

Os projetos abordam várias questões, indo desde aspectos técnicos (apoio às ligações urbano-rurais, melhoria do sistema de compras públicas de alimentos e de comercialização, difusão de práticas agroecológicas, pesquisas para produção de peixes e frangos, produção de composto e gestão sustentável dos resíduos) até os desafios sociais (sistemas de alimentação e horticultura escolares, educação alimentar em escolas e centros sociais, desenvolvimento das crianças e empoderamento feminino).

Foto: Paul Currie

O CPAA espera assegurar sinergias entre os projetos e apoiar parcerias entre os atores de modo a garantir o acesso a recursos e a sustentabilidade dos projetos.

A organização deve funcionar num esquema horizontal, assegurando que a presença de cada membro se torne essencial.

Desse modo, o papel do Conselho Municipal é fundamental, mas não restritivo, de modo que, no evento de uma conjuntura política imprevisível, o Conselho possa ser resiliente o bastante para continuar seu trabalho de construir um sistema alimentar seguro e nutritivo para todos.



**Olivier Andrianarisoa**

Prefeitura de Antananarivo

**Carmen Zuleta Ferrari**

[consultantcarmelazuleta@gmail.com](mailto:consultantcarmelazuleta@gmail.com)

**Paul Currie e Ingrid Coetzee**

ICLEI South Africa

# Por um sistema alimentar seguro, nutritivo, econômico e inclusivo para Arusha com base numa parceria

Ryan Fisher e  
Paul Currie  
Rebecca Mongi

**Esse artigo reflete sobre um processo para desenvolver uma política alimentar em parceria com o Conselho Municipal de Arusha, Tanzânia, como parte de um intercâmbio entre cidades conduzido pelo ICLEI África, com parcerias da FAO, CAO e Fundação RUAF.**

## O sistema alimentar de Arusha

Como muitas cidades, Arusha depende de alimentos produzidos fora de suas fronteiras administrativas. A qualidade da infraestrutura rodoviária, dos mercados, transportes e outros sistemas ligados à cadeia de abastecimento apresenta grandes desafios para a segurança alimentar da cidade, especialmente para assegurar a qualidade nutricional da comida trazida para o consumo de sua população.

A agricultura é um esteio importante da economia, contribuindo com mais de 40 % do PIB regional e representando mais de 75 % dos rendimentos com exportação. A produção de alimentos dentro da cidade também é uma parte relevante do sistema regional, embora também enfrente diversos desafios, inclusive o adensamento urbano, a precariedade da posse da terra usada pelos produtores, e a gestão inadequada e insuficiente dos resíduos. Por causa das divisões entre os vários municípios e suas administrações, promover um sistema alimentar urbano-regional requer uma coordenação efetiva e muitas vezes difícil das diversas partes interessadas.

Para demonstrar seu compromisso político com a melhoria da segurança alimentar em Arusha, o prefeito Lazaro assinou o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (Urban Food Policy Pact - MUFPP) em 2014. Atividades como a construção e manutenção de estradas, a melhoria das instalações para estocagem, melhoramentos nos abatedouros e a construção e reforma de mercados urbanos estavam e continuam na lista de prioridades, embora sua implementação seja lenta por causa dos custos elevados e das dificuldades no planejamento.

Mesmo assim, como parte de seus compromissos, o Conselho Municipal tem focado nas intervenções sociais, melhorando a captação de recursos para apoiar o funcionamento dos mercados e envolver os grupos vulneráveis de modo a que participem nas atividades que integram o sistema alimentar.

O Conselho criou forte relacionamento com inúmeros atores, visando formar um sistema alimentar sustentável e obter apoio no desenvolvimento de uma política alimentar urbana.

## O Fórum de Sistemas Alimentares Cidade-a-cidade

Em abril de 2018, Arusha uniu-se a nove cidades de seis países à leste e ao sul da África em um Fórum de Sistemas Alimentares Cidade-a-cidade (City-to-City Food Systems Forum - CtCi). Com foco na capacitação, aprendizado e intercâmbio sobre sistemas alimentares urbano-regionais, as cidades participantes puderam interconectar similaridades e diferenças.



Ao participar desse Fórum, Arusha identificou questões como a malha viária, a infraestrutura da cadeia alimentar, a capacitação de mulheres e jovens, e a necessidade de uma política alimentar urbana como os principais desafios para o seu sistema alimentar

Coletivamente, o Fórum identificou sete áreas principais a exigirem intervenção:

1. Envolvimento das partes interessadas e parcerias
2. Capacitação, educação e desenvolvimento de habilidades
3. Coordenação (integração vertical e horizontal)
4. Infraestrutura (estradas, mercados, terra e equipamentos)
5. Governança (gestão, regulamentação, fiscalização)
6. Informação (dados atualizados)
7. Recursos financeiros (orçamento interno e fontes externas).

Arusha vem atuando em muitas dessas frentes, porém o maior objetivo tem sido sempre reunir todas elas por meio do desenvolvimento e implementação de uma política que promova o sistema alimentar urbano-regional – em conjunto com o plano-diretor geral da cidade.

### O intercâmbio cidade-a-cidade de sistemas alimentares

A segunda fase do intercâmbio entre as cidades objetivou reunir conhecimentos em maior profundidade. O Conselho Municipal de Arusha formou uma parceria com o município de Antananarivo, Madagascar para refletirem juntos sobre o desenvolvimento de uma política alimentar em andamento nessa cidade (ver página 52).

O intercâmbio durou duas semanas no final de 2018 – de 12 a 16 de novembro em Antananarivo, e de 9 a 14 de dezembro em Arusha, e forneceu oportunidade para os participantes conhecerem atores do sistema alimentar que atuam na produção, processamento e distribuição nos dois países e também para reuniões de análise em conjunto sobre o que viram.

Apesar da compreensão inicial de que Antananarivo já tinha uma política alimentar, e já havia superado a fase de se limitar a ser apenas um documento escrito para se tornar uma perspectiva e uma prática pela prefeitura da cidade, que atua para divulgar a agricultura urbana e facilitar as relações entre os atores do sistema alimentar visando contribuir para melhorar a segurança nutricional e a sustentabilidade ambiental.

O que é único com relação a Antananarivo, na abordagem para desenvolver um conselho de política alimentar, é o papel central da prefeitura no apoio ao Conselho, em vez de relegá-lo apenas a um papel externo, acessório, no esforço de melhorar os sistemas alimentares.

Essa articulação de implementar a “política como prática” tornou-se um conceito fundamental sempre presente nos intercâmbios e enquanto se desenvolviam ideias para o processo de política alimentar em Arusha.

*Os participantes do intercâmbio, incluindo representantes do ICLEI, do Conselho Municipal de Arusha e do Rikolto East Africa, visitam um mercado de produtores agroecológicos. Foto: Paul Currie*



Os principais resultados dessas trocas foram:

- Maior compreensão conceitual dos sistemas alimentares de Antananarivo e Arusha e das iniciativas que contribuem de alguma maneira para a sua segurança alimentar, a nutrição melhorada, a distribuição eficaz de alimentos e o apoio econômico aos atores nos vários setores.
- Articulação e observação compartilhadas diante dos desafios específicos enfrentados por cada cidade, bem como os meios potenciais para abordá-los.
- Inspiração a partir das similitudes percebidas entre Arusha e Antananarivo, bem como das diferentes abordagens adotadas em cada cidade. Embora o foco tenha sido o aprendizado para formular uma política para Arusha, esse se deu nos dois sentidos, com Antananarivo interessando-se por abordagens de Arusha, como a coleta e a gestão dos resíduos.
- Um primeiro passo na direção do fortalecimento do intercâmbio entre os Conselhos Municipais de Arusha e de Antananarivo.

A rede CITYFOOD mantida pela parceria ICLEI-RUAF tem por objetivo acelerar ações governamentais locais e regionais que visem a sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis e resilientes, combinando o trabalho em rede com o treinamento dos participantes, consultoria na formulação de políticas e apoio técnico especializado.

Por meio da rede CITYFOOD, os governos locais são apoiados na criação de sistemas alimentares urbano-regionais mais sustentáveis e resilientes, com os seguintes objetivos específicos:

1. atender às necessidades alimentares atuais e futuras de suas populações;
2. integrar as populações vulneráveis no desenvolvimento econômico por meio do trabalho realizado na produção, no processamento e na comercialização de alimentos;
3. integrar as estratégias de gestão ambiental ligadas com a alimentação, os recursos hídricos e a energia; e
4. criar sistemas alimentares diversificados, que são mais resilientes frente à mudança climática e à ocorrência de desastres.

### Valores do sistema alimentar

Na formulação de uma política para Arusha, o conceito de existir um conselho de política alimentar foi sempre central.

Na discussão sobre como desenhar um sistema alimentar com a participação dos atores, os representantes das duas cidades listaram um conjunto de valores para o sistema alimentar de Arusha, com relação aos quais as várias partes interessadas possam contribuir e assumir compromissos.

Em conjunto, foi definida a “visão” de um sistema alimentar para Arusha que seja:

- Seguro – os habitantes de Arusha, independentemente do local onde obtêm seus alimentos, devem ter certeza de que são seguros, sem contaminação por pesticidas ou outros produtos químicos nem por organismos patogênicos.
- Nutritivo – nenhum habitante de Arusha deve padecer de má nutrição de nenhuma forma, muito menos as crianças, que devem receber alimentação apropriada para os primeiros mil dias e, a partir daí, alimentos de qualidade. Dietas diversificadas e balanceadas devem se tornar familiares e amplamente adotadas.

- Econômico – a produção e o processamento de alimentos representam boas oportunidades de melhores empregos, em especial para os jovens. Alimentos e receitas regionais e tradicionais podem contribuir para o turismo cultural, que valoriza o que nossa cidade e país têm a oferecer.
- Inclusivo – nosso sistema alimentar deve assegurar que as parcelas mais vulneráveis da população, inclusive os idosos, os jovens, os doentes, os deficientes e os desempregados, sejam apoiados a terem acesso a comida de boa qualidade.

Melhorado por meio das parcerias – dada a natureza de nosso sistema alimentar local, que cruza várias fronteiras funcionais e político-administrativas, só poderemos construir um sistema sustentável se houver a participação dos diversos atores, superando os limites por meio de uma visão compartilhada em direção ao sucesso de todos. Com base nas visitas a Arusha e nas questões do sistema alimentar discutidas pela delegação, foram identificadas as prioridades para uma política alimentar adequada.

Essas prioridades foram então elaboradas como diretrizes para a política alimentar. O conjunto dessas diretrizes está integrado na orientação de “política enquanto prática” e de ações prioritárias para o Conselho Municipal e parceiros – um passo na direção da criação de uma plataforma de política alimentar.

As diretrizes foram definidas por meio de uma abordagem integrada, para serem fluidas e facilmente adaptáveis conforme a situação evolua.

Para o futuro, o Conselho Municipal de Arusha pretende reunir todos as partes interessadas que atuam no sistema alimentar em torno de valores compartilhados. Esses atores também se comprometeriam com os rumos da política alimentar e com a sua operacionalização.

**Ryan Fisher e Paul Currie** - ICLEI África

[paul.currie@iclei.org](mailto:paul.currie@iclei.org)

**Rebecca Mongi** – Conselho Municipal de Arusha, Tanzânia

# Perspectivar os conselhos de política alimentar em Portugal

Cecília Delgado

Um número crescente de cidades vem desenvolvendo conselhos de política alimentar – CPAs, embora muitos países não tenham ainda iniciado o processo. Este artigo descreve as principais etapas do desenvolvimento de uma plataforma de intercâmbio sobre Agricultura e Alimentação em Portugal, na perspectiva de que esta plataforma conduza a Conselhos de Política Alimentar nas cidades portuguesas a longo prazo.



*Reunião com a RUAF na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, Portugal (2018). Foto: Cecília Delgado'*

De acordo com pesquisa realizada pela Johns Hopkins University, o Canadá, os Estados Unidos e o Reino Unido são, de longe, os países com o maior número de CPAs. (1).

Na Europa, países como a Alemanha tem vindo a aumentar o número de CPAs activos ou em formação. O contexto específico e as razões para o surgimento dos CPAs ultrapassam o escopo desta contribuição, mas uma parte da explicação pode ser substanciada na forte cultura de participação da sociedade civil – e dos movimentos alimentares em particular.

O relatório “Eurobarómetro: Envolvimento dos Europeus na Democracia **Participativa**” (Eurobarometer “Europeans’ Engagement in Participatory Democracy”, 2013) demonstra que os países ao norte da Europa têm em comum uma participação das organizações não-governamentais superior quando comparada com o nível de participação em Portugal (33%), abaixo da média da União Europeia (44%).

Não sabemos em que medida os movimentos de horticultura no pós-2ª. Guerra Mundial, na Alemanha e Inglaterra entre outros países europeus, contribuíram para o fortalecimento da temática. No entanto é precisamente na Europa do Norte e Central que, nas décadas de 1980 e 90 se inicia e fortalece o debate sobre os sistemas alimentares locais (2).

O relatório “Perspectiva comparada do Terceiro Setor Português” (2008) oferece uma visão das pessoas empregadas em organizações da sociedade civil como porcentagem da população economicamente ativa em 38 países. É interessante notar que países como a Holanda, o Canadá e a Bélgica, onde o terceiro sector é mais ativo, têm movimentos de agricultura urbana e alimentares mais fortes, comparativamente ao Sul da Europa, onde Portugal se enquadra (3).

Os países da Europa do Sul, incluindo Portugal, não desenvolveram conselhos alimentares por razões que podem advir do seu contexto histórico e social.

Levanta-se a questão de como iniciar e dar continuidade aos CPAs em contextos adversos, ou seja, agricultura urbana com reduzida tradição e escassa participação ativa do terceiro setor e sociedade civil?

A plataforma nacional *Alimentar Cidades Sustentáveis*, iniciada em 2018 tendo como missão a partilha de informação relevante entre os atores do sistema alimentar, é um caminho possível para promover os CPAs nas áreas urbanas e periurbanas, como iremos explicar adiante.



Foto: Cecília Delgado

### A perspectiva histórica

No início do século XX, Portugal era uma sociedade predominantemente rural, com 60 % da força de trabalho empregada no setor primário (Ferraz, 1975). A industrialização relativamente tardia do país (em parte devida ao período ditatorial entre 1933 e 1974), bem como a sua neutralidade durante a 2ª. Guerra Mundial, explicam parcialmente por que as hortas urbanas não foram incluídas nas políticas municipais no século passado.

Lisboa, a capital do país, estava na época rodeada por áreas rurais produtivas suficientes para fornecer alimentação para os relativamente poucos habitantes urbanos.

O lento processo de urbanização acelerou-se nos anos 1980s, influenciado pela adesão de Portugal na União Europeia em 1986. Este acontecimento marca o início de mudanças sociais e novos padrões de consumo em cidades que constituem o contexto para a expansão da agricultura urbana e dos sistemas alimentares em Portugal no início do século XXI – um setor que atualmente pode ser descrito como emergente.

Porém, até hoje, em nenhuma cidade foi criado um conselho de política alimentar, seja por iniciativa dos cidadãos, seja do governo.

### Alimentando cidades sustentáveis

A plataforma nacional portuguesa – Alimentar Cidades Sustentáveis – foi criada em junho de 2018. A participação é aberta, mas é necessário solicitar o ingresso para tornar-se membro. O objetivo do grupo é disseminar notícias sobre eventos e informações, e compartilhar as melhores práticas entre todos os atores envolvidos no sistema alimentar português.

Para a sua criação, os coordenadores realizaram várias atividades, nomeadamente definir a designação do grupo, criar um fórum de discussão através da plataforma *Google Groups*, e promover um inquérito *online* sobre as prioridades e expectativas dos membros.

O grupo é dinâmico; dos 40 membros iniciais reúne aproximadamente 350 integrantes hoje (junho de 2020).

Durante o seu primeiro ano de atividade, mais de 350 tópicos foram compartilhados pelos membros do grupo. Os resultados do inquérito *online* (novembro de 2018) mostraram que as prioridades dos membros eram à data:

1. Partilha das melhores práticas nacionais;
2. Divulgação de eventos nacionais;
3. Partilha das melhores práticas internacionais;
4. Expansão da rede para incluir outros atores do sistema alimentar;
5. Reuniões presenciais e visitas a iniciativas;
6. Criação de um centro de recursos;
7. Promoção do grupo via mídias sociais;
8. Construção de um glossário; e
9. Produção de eventos *online*.

Para desenvolver as atividades, foi realizada uma chamada de voluntários. Atualmente nove voluntários estão envolvidos, incluindo três coordenadores – três mulheres, sendo que uma delas tem formação acadêmica e trabalha em ONGs, uma outra trabalha para o governo local, e a terceira, no governo nacional.

Um fator de aceleração fundamental para o desenvolvimento da rede em Portugal foi o encontro em Lisboa dos parceiros da Fundação RUAF, em abril de 2018, quando realizou-se a sessão de trabalho “A agricultura urbana como um componente de sistemas alimentares resilientes”, reunindo um conjunto de municípios portugueses.

Após um dia de partilha de informações e experiências sobre iniciativas nacionais e internacionais, o desejo de desenvolver uma rede que continuasse a troca de experiências tornou-se evidente. Como ponto de partida, Barbara Emanuel, parceira da RUAF no Departamento de Saúde Pública de Toronto, sugeriu a criação de uma lista de e-mails dos interessados.

O desafio para desenvolver a rede foi assumido pelas três coordenadoras mencionadas acima. A subsequente visita a Toronto em julho de 2018 e reuniões com Lori Stahlbrand e Wayne Roberts (presidente do Conselho de Políticas Alimentares de Toronto) reforçaram o entendimento sobre a necessidade de usar a comunicação e as mídias sociais para pôr a alimentação e a agricultura **na** agenda pública.

Embora seja um grupo relativamente novo, a rede Alimentar Cidades Sustentáveis já pode extrair lições do processo em curso em Portugal.

- O processo é facilitado e reforçado por ‘gatilhos’ externos – a sessão de trabalho com a RUAF e municipalidades portuguesas e a visita a Toronto levaram ao compromisso público de continuar um debate informado sobre alimentação e agricultura.
- É necessário um grupo na liderança para fazer as coisas acontecerem, associado a uma comunidade para fazer sentido – de modo a reunir habilidades e conhecimentos complementares.
- É trabalho duro – não apenas no aspecto logístico, mas especialmente para fornecer continuamente informações relevantes para o grupo.
- Existe a necessidade de obter apoio financeiro e ter uma equipe permanente para assegurar a continuidade a longo prazo das atividades, que hoje dependem do trabalho voluntário.
- Para assegurar uma representação equilibrada dos vários atores e setores é necessário adotar uma abordagem sistemática na capacitação de novos membros.

- Quebrar a barreira invisível da limitada “participação dos membros” e dar mais visibilidade – particularmente fora da academia – é um desafio permanente para o grupo de coordenação. Este trabalho é feito por meio de contatos diretos por email, telefone e encontros presenciais, sempre com o objetivo de aumentar a confiança dos membros e conseguir que eles se envolvam mais ativamente.

As lições aprendidas com a plataforma portuguesa mostram que os atores do sistema alimentar em Portugal desejam compartilhar informações e melhores práticas, e querem interagir. Acreditamos que este processo levará as cidades portuguesas a pavimentarem seus próprios caminhos para estabelecer conselhos de política alimentar a médio prazo.

**Cecília Delgado CICS.**

NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Universidade Nova de Lisboa

[ceciliadelgado@fcs.unl.pt](mailto:ceciliadelgado@fcs.unl.pt)

## Agradecimentos

A Barbara Emanuel, Lori Stahlbrand, Wayne Roberts e Yves Cabannes por sua constante inspiração. A Maria José Ilhéu e Paula Rodrigues por participar dessa incrível, embora trabalhosa, experiência de criar um grupo nacional sobre política alimentar em Portugal.

Os recursos para este projeto de pesquisa foram fornecidos pela Fundação Nacional Portuguesa de Ciência e Tecnologia (FCT - SFRH/BPD/94286/2013) conforme a Lei nº. 57/2016, de 29 de agosto, emendada pela Lei nº. 57/2017, de 19 de julho.

## Referências

1. Ferraz, J., 1975. O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social* XI, 42–43. Lisboa. Portugal
2. [www.foodpolicynetworks.org/fpc-map/FPC-around-the-world.html](http://www.foodpolicynetworks.org/fpc-map/FPC-around-the-world.html) (Acessado em maio de 2019)
3. [www.jardins-familiaux.org/nations/be/eng/be\\_e\\_start.html](http://www.jardins-familiaux.org/nations/be/eng/be_e_start.html) (Acessado em maio de 2019)
4. [www.akdn.org/sites/akdn/files/Publications/2008\\_portugal\\_non-profitsector.pdf](http://www.akdn.org/sites/akdn/files/Publications/2008_portugal_non-profitsector.pdf) (Acessado em maio de 2019).

# O Fórum de Segurança Alimentar, Agricultura e Pecuária de Nairóbi

Diana Lee-Smit

O Instituto Mazingira fundou o Fórum de Segurança Alimentar, Agricultura e Pecuária de Nairóbi e Região (Nairobi and Environs Food Security, Agriculture and Livestock Forum - NEFSALF) em 2003, como uma plataforma reunindo os setores públicos, privados e comunitários, bem como uma rede de agricultores urbanos e periurbanos. Ele originou-se independentemente de outros conselhos de política alimentar, mas já deu origem a redes similares de produtores em outras áreas urbanas na África oriental.



Foto: Mazingira

O NEFSALF influenciou a política alimentar de Nairóbi e do Quênia, e continua a fazê-lo como parte ativa dos esforços do governo municipal para criar um fórum que reúna todas as partes interessadas no sistema alimentar local.

O Instituto Mazingira, uma ONG queniana, faz parte da Parceria Global da Fundação RUAFA.

Comparações úteis podem ser estabelecidas com conselhos de política alimentar de outros locais, mas as estratégias usadas numa cidade como Toronto não podem sempre ser adotadas de modo eficaz numa cidade onde a maior parte dos alimentos é vendida e comprada no setor informal, em barracas ao longo das vias ou entre vizinhos, por cima das cercas.

As circunstâncias são diferentes, mesmo assim o problema básico para os planejadores alimentares é o mesmo – conciliar o fornecimento de alimentos nutritivos e acessíveis com a regulamentação voltada para a segurança alimentar.

## História

Em 1985, o Instituto Mazingira realizou uma pesquisa estatística nacional da produção agrícola urbana no Quênia que verificou que um número expressivo de moradias produzia alimentos. A filosofia do Instituto como organização de pesquisa e desenvolvimento sempre foi pôr a pesquisa em prática. Por isso, quando os seus esforços para modificar a política alimentar trouxeram poucos frutos, a criação de um fórum mais amplo foi o passo lógico e urgente a dar – os produtores estavam enfrentando falta de apoio e a repressão à sua atividade quando tentavam se alimentar melhor e a outras pessoas.

Após reuniões informais com produtores, o Instituto Mazingira realizou um seminário com todos os atores, onde foi desenvolvido um modelo de como as comunidades, os negócios e o governo poderiam interagir para realizar mudanças. O governo central participou, embora a prefeitura local não tenha comparecido. Os produtores pediam treinamento, e os serviços de extensão do governo



concordaram em fornecer. O espaço para o evento foi oferecido pelo Instituto, e esse modelo ainda é adotado, com a realização de dois cursos todos os anos, focando atualmente nos jovens agricultores.

O Mazingira também fornece informações e orientação em outros assuntos envolvidos nos sistemas alimentares. Esse esquema funcionou tão bem que Nairóbi foi selecionada como piloto para o Programa Nacional de Extensão Agrícola e Pecuária do Quênia em 2006.

Agricultores urbanos em Kisumu, Mombasa e Dar es Salaam copiaram esse modelo, sem qualquer apoio externo, sendo que as redes nas duas últimas cidades continuam ativas. Em Mombasa, o Fórum de Segurança Alimentar, Agricultura e Pecuária está sendo bem-sucedido também graças à colaboração com o governo municipal.

A devolução da gestão da agricultura para os municípios em 2013 no Quênia foi o grande fator para esse sucesso no nível dos governos locais. Os formuladores de políticas do governo central participavam das reuniões do NEFSALF, contribuindo para o desenvolvimento de uma Política Nacional de Agricultura e Pecuária Urbanas e Periurbanas. Porém a iniciativa não teve aprovação no centro de decisões do governo queniano em 2010, embora tenha influenciado o pensamento de muitos servidores públicos envolvidos com o assunto.

Esse revés foi superado em 2013, quando a prefeitura de Nairóbi organizou um setor com uma grande equipe de especialistas em agricultura, pecuária, piscicultura e veterinária. Muitas dessas pessoas já tinham interagido com produtores por meio da plataforma e da rede do NEFSALF, bem como com os próprios serviços de extensão. A situação dos agricultores urbanos foi se transformando gradualmente, e em 2015 a Câmara da cidade aprovou o Ato de Promoção e Regulamentação da Agricultura Urbana, lei que viabiliza a realização da política municipal para a alimentação.

### **A prefeitura de Nairóbi assume a liderança**

A partir de 2013, a história mudou, com a prefeitura assumindo papel de liderança na política alimentar da capital queniana, situação que ainda se mantém seis anos depois. Com apoio das fundações Mazingira, RUAF e Rooftops Canada, a cidade sediou em 2016 um seminário para funcionários da prefeitura com responsabilidades na área alimentar e treinamento de equipes, inclusive de outros setores do governo relacionados de algum modo com o abastecimento de comida. A ênfase foi no planejamento de sistemas alimentares e no papel da agricultura urbana, de acordo com o Ato de 2015 nesse contexto.

Em 2017 o envolvimento das partes interessadas e o desenvolvimento de uma estratégia alimentar para a cidade tiveram início, com o projeto Nadhali, apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO. Além das atividades conduzidas pela FAO, a própria cidade avançou ao renomear um setor do governo local para “Alimentação e Agricultura” e criando uma Diretoria de Sistemas Alimentares nesse setor.

O Setor de Alimentação e Agricultura da prefeitura de Nairóbi continuou interagindo com o NEFSALF, dando novos passos para alcançar produtores nos assentamentos informais de baixa renda. A cidade agora fornece a esses agricultores apoio extensionista e encorajamento. Um dia de práticas produtivas foi realizado em junho de 2019 em Mathare Valley, uma grande favela de Nairóbi. Nele atuou o grupo de jovens treinados pelo NEFSALF, que criam gado numa área onde a má nutrição infantil é um grande desafio.

Mapa dos setores participantes

É digno de nota o fato de a prefeitura de Nairóbi estar bem à frente da maior parte das cidades no Norte global em termos de tamanho e competências de sua organização governamental para o setor: uma equipe formada por 250 profissionais do governo está dedicada a questões ligadas à alimentação e agricultura no município.

O fórum reunindo as partes interessadas com apoio da FAO, organizado entre 2017 e 2018, atuou muito nas diversas áreas do sistema alimentar, mas não conseguiu incidir na administração do governo local, e ficou dependendo demais daquele organismo internacional.



Essa dependência aconteceu mesmo apesar do compromisso dos participantes que integravam o grupo central do fórum, que tinham fortes laços com diversos setores da cidade.

A partir de um novo projeto com apoio da FAO, para os anos 2019 e 2021, esse grupo de atores interessados foi renomeado para “Grupo de Assessoramento para Relações Alimentares” (Food Liaison Advisory Group - FLAG). Nesse período, o governo municipal incorporou muitos integrantes do grupo inicial em seu próprio grupo de trabalho para o setor e define o orçamento necessário.

Diferentemente do fórum integrado pelas partes interessadas, o FLAG é parte formal do governo municipal e só se reúne quando convocado por ele, que estabelece sua agenda.

### A evolução continua do NEFSALF

Seguindo o modelo criado pelo NEFSALF, os membros da rede operam independentemente. Eles formaram seus “núcleos” em diferentes momentos para desenvolverem atividades organizadas conforme suas necessidades. O Instituto Mazingira oferece um espaço para as reuniões e também consultoria quando necessária. A rede formada por mulheres é a mais antiga do NEFSALF, e a mais bem-sucedida.

Elas se reúnem mensalmente e criaram um esquema de poupança. A partir desses recursos disponíveis, a rede passou a oferecer créditos produtivos, geridos pelas participantes, que puderam expandir seus empreendimentos alimentares principalmente agregando valor a seus produtos.

Mais recentemente membros antigos do NEFSALF que frequentam o Fórum regularmente deram início a uma rede para praticantes jovens, para assessorar os novos produtores. As tentativas para formar núcleos para os jovens não têm durado. Uma abordagem com base setorial ou ligada a um produto também não deu certo. Um grupo de produtores de coelhos formou uma rede focada nessa atividade, mas as reuniões formais não ocorreram com a regularidade devida. Mesmo assim, a produção de coelho e o consumo de sua carne se expandiram, com os produtores migrando de um nível informal para um setor formal da economia, que incluiu a instalação de um abatedouro especializado para esse animal.

O modelo NEFSALF desenvolveu-se independentemente de outros conselhos de política alimentar. Mas em 2010 houve intercâmbio com o Conselho de Segurança Alimentar de Toronto, graças ao apoio para projetos da Fundação Rooftops do Canadá. As ligações com o Canadá continuaram por meio de sua participação no treinamento dos funcionários da prefeitura de Nairóbi em 2016 e de reuniões com as partes interessadas em 2017 e 18.

Em 2018-19 a Fundação Aga Khan em Nairóbi iniciou parceria com a Universidade de Fraser Valley, em Vancouver, também no Canadá, e um queniano consultor na prefeitura foi treinado lá, nesse período.

As perspectivas de replicação do modelo organizacional parecem boas, com base na experiência de duas outras redes de produtores urbanos até agora, mas a capacidade de se relacionar com o governo local tem sido crucial para elas de modo a servir melhor aos interesses dos seus membros.

Mombasa está indo bem nesse aspecto, mas Dar es Salaam menos, embora agora esteja recebendo recursos financeiros de um doador. Porém esse é uma trilha menos sustentável – um ambiente de políticas públicas favoráveis à agricultura urbana funcionaria melhor.

## Referências

1. Mazingira Institute: NEFSALF. Available at [www.mazinst.org/our-work/nefsalf/](http://www.mazinst.org/our-work/nefsalf/)
2. Gore (2018). How African cities lead: Urban policy innovation and agriculture in Kampala and Nairobi. World Development, [online] Volume 108, pp 169-180. Available at [www.doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.03.011](http://www.doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.03.011) [Accessed 7 March. 2018].
3. Urban Rural Linkages Guidelines. Available at [www.urbanrural-linkages.files.wordpress.com/2019/04/url-gp.pdf](http://www.urbanrural-linkages.files.wordpress.com/2019/04/url-gp.pdf)
4. Larsson, N. (2019). Rabbits, chickens and Tin Tin the goat: the backyard farms of Nairobi. The Guardian, [online]. Available at [www.theguardian.com/environment/2019/feb/07/from-a-rams-hackle-slum-farm-young-people-feeding-nairobi-hungry-kenya?CMP=Share\\_iOSApp\\_Other](http://www.theguardian.com/environment/2019/feb/07/from-a-rams-hackle-slum-farm-young-people-feeding-nairobi-hungry-kenya?CMP=Share_iOSApp_Other) [Accessed 7 Feb 2019].
5. Rapid Urban Food System Appraisal Tool - Nairobi, 2018, FAO (forthcoming).

# O que está em preparo na ‘cozinha’ da política alimentar de Berlim?

Dinah Hoffmann

Oona Morrow

Christine Poh

Após anos de silêncio sobre a política alimentar municipal de Berlim, diversos atores da sociedade civil, da academia, da indústria e da Câmara Legislativa local uniram-se para discutir sua situação atual e futura, e estão atualmente desenvolvendo a primeira estratégia alimentar para a capital da Alemanha. O Ernährungsrat (conselho nutricional) Berlin é um conselho de política alimentar conduzido por cidadãos que trabalham rumo à democracia nutricional e à realocização da produção de alimentos na região de Berlin-Brandenburgo.



## O início

Em 2014, o grupo de trabalho Stadt & Ernährung (Cidade & Alimentação) foi criado por um pequeno grupo de pessoas motivadas pela falta de uma política alimentar urbana em Berlim, e pelo fato de que, enquanto muitos moradores carecem de acesso adequado a alimentos saudáveis, prover alimentos para os seus 3,5 milhões habitantes cria impactos negativos no mundo todo. Juntos, eles se dispuseram a trabalhar rumo a um sistema alimentar que sirva a todos, consumidores e produtores igualmente, sem causar danos irreversíveis ao planeta, nem dilapidar recursos e violar os direitos humanos.

Esse grupo de trabalho começou construindo uma rede de apoiadores, organizando uma primeira assembleia informal do Ernährungsrat em maio de 2015, e depois reuniões regulares que prepararam o contexto para uma aliança participativa visando à transformação do sistema alimentar.

A partir de 2015, e ao longo de várias reuniões, foi desenvolvida uma visão que incluía os objetivos e princípios da Ernährungsrat (1), definida a estrutura organizacional e previsto o seu funcionamento (2). O grupo inicial também preparou a assembleia geral inaugural, onde ocorreu a primeira eleição para indicar os dirigentes.

O Ernährungsrat é guiado por princípios democráticos, definindo-se como um “movimento aberto sem membresia formal”, um lugar onde é bem-vinda toda pessoa que queira trabalhar pela transformação sustentável do sistema alimenta urbano.

Em abril de 2016, pouco depois de completados dois anos desde o planejamento dos primeiros passos, o Ernährungsrat Berlin foi formalmente constituído com o objetivo de promover uma “política alimentar e agrícola sustentável na região, com mais de 170 pessoas presentes em sua primeira assembleia geral.”

### **A estrutura organizacional**

Desde o início, ficou acertado que o Ernährungsrat seria um conselho politicamente independente conduzido pela sociedade civil, autônomo com relação à administração municipal e aos interesses empresariais. O regimento interno estabelece três níveis de governança: 1) a assembleia geral; 2) o conselho executivo; e 3) os grupos de trabalho (3).

A assembleia geral é a instância mais alta e participativa, e em geral se reúne duas vezes por ano para discutir demandas políticas e estratégicas e verificar seus objetivos.

O conselho executivo é formado por 8 a 14 pessoas eleitas a cada dois anos; sua tarefa é acompanhar as discussões envolvendo políticas alimentares, promover as posições do Ernährungsrat, iniciar atividades e tomar decisões urgentes que não podem esperar até a próxima assembleia geral. Esse conselho se reúne regularmente com órgãos relevantes da administração municipal e coordena a captação de recursos.

1) A palavra alemã “zukunftsfähig” é usada, podendo ser traduzida por “sustentável” ou “viável”. A tradução literal seria “apropriado para o futuro”.

Os grupos de trabalho podem ser criados para lidar com questões que os participantes ativos desejem, mas geralmente representam as prioridades do conselho executivo. Os grupos de trabalho podem trabalhar independentemente do conselho, porém verificou-se que os grupos que incluem membros do conselho executivo e/ou um coordenador funcionaram melhor que os que não incluíam. Isso se deve aos desafios de garantir compromissos de mais longo prazo e clareza de objetivos em meio a um grupo cujos integrantes estão sempre mudando.

O Ernährungsrat começou como um movimento de base sem membresia formalizada. Essa falta de situação legal significou que o Ernährungsrat não podia buscar recursos financeiros. E logo ficou claro que coordenar o movimento contando-se apenas com trabalho voluntário era inviável. Foi então criada uma pequena ONG sem fins lucrativos, habilitada a levantar recursos, pagar um coordenador e dispor de um orçamento para atividades. A participação no conselho continua aberta a quem quiser colaborar.

### **Participação e inclusão**

O conselho é considerado uma plataforma para a sociedade civil de Berlim, que pretende dar voz a todas as partes interessadas no sistema alimentar da cidade. A assembleia geral está aberta a qualquer pessoa que “lide com comida” – o que inclui todo mundo que come.

O Ernährungsrat reconhece que tem sido um desafio recrutar produtores artesanais de comida, e outros pequenos empreendedores ligados à alimentação, por que eles muitas vezes não têm tempo para participar ou não estão informados sobre a iniciativa.

O Ernährungsrat também foca na inclusão dos grupos e minorias em desvantagem socioeconômica. De fato, a audiência das assembleias gerais e os membros dos grupos de discussão em sua maioria são pessoas da classe média, brancas e com formação acadêmica.

O Ernährungsrat está tentando ativamente alcançar os grupos cujas vozes são marginalizadas tanto no sistema alimentar quanto nas alianças que podem transformá-lo. Eles advogam um sistema alimentar mais justo – onde haja acesso a alimentos adequados, produzidos de modo sustentável e culturalmente apropriados, sem depender da renda, educação, cidadania ou etnia das pessoas. Para isso se tornar realidade, o Ernährungsrat acredita que as vozes dos grupos em desvantagem precisam ser incluídas nas discussões sobre as mudanças no sistema alimentar, e que sem isso haverá pouca chance para um sistema alimentar alternativo atender às necessidades da população.

### **Ernährungsrat – realizações**

O trabalho do ainda recente Ernährungsrat de Berlim já levou a vários resultados positivos, incluindo o Catálogo de Demandas (indicando nove campos de ação e numerosas medidas específicas para mudanças positivas no sistema alimentar); dois centros alimentares comunitários; e a organização da Semana Regional.

Nos três anos desde a sua criação, o Ernährungsrat tornou-se um ponto central de contato para a mídia e administradores sobre questões ligadas à política alimentar em Berlim.

Juntamente com o conselho de política alimentar de Colônia, representam ambos os primeiros conselhos do tipo em língua alemã, e estão inspirando a criação de outros. Por toda a Alemanha e países vizinhos, cidades grandes e menores iniciaram seus próprios conselhos ou estão no processo de sua criação. Essas atividades são apoiadas pela Netzwerk der Ernährungsräte, uma rede de conselhos de política alimentar de língua alemã (incluindo Berlim) cujo lema é “Democracia alimentar já!”

### **Relacionamento – o poder legislativo de Berlim e o Ernährungsrat**

A despeito do desenvolvimento muito positivo na política alimentar de Berlim, o relacionamento do Ernährungsrat com a Câmara municipal de Berlim continua informal. Isso difere de outras cidades, onde os conselhos de política alimentar podem receber apoio institucional do governo ou fazer parte da administração. O Ernährungsrat de Berlim continua a ser constituído principalmente por voluntários, sem equipe profissionalizada, sede ou apoio institucional do governo local. O governo reconhece e valoriza os conhecimentos dos membros do Ernährungsrat, mas não existem relações formais entre as entidades.

### **O contexto local – verde, politizado e empresarial**

Berlim é um local especial para o desenvolvimento de uma política alimentar. A cidade tem uma cena alimentar e de horticultura urbana muito conectada, onde movimentos orgânicos e contra o desperdício de alimentos já atuam há décadas. Além disso, a capital alemã é um centro atraente para empreendedores e pessoas criativas de todo o mundo. Berlim é a “capital do consumidor orgânico” da Europa e reúne mais de 200 lojas e supermercados voltados para esse público. O Ernährungsrat Berlin nasceu dessas circunstâncias e objetiva unir a sociedade civil e os atores que trabalham pela transformação do sistema alimentar.

Por volta da época do início do Ernährungsrat Berlin, o antigo secretário estadual para a proteção do consumidor assinou o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (Milan Urban Food Policy Pact - MUFPP), comprometendo-se a cidade a adotar medidas para tornar sustentável o seu sistema alimentar. Como um primeiro ato, foi criado um conselho alimentar municipal – o Fórum pela Boa Alimentação (Forum für gutes Essen).

Os representantes do Ernährungsrat Berlin presenciaram os eventos do Fórum, mas criticaram a sua falta de transparência, a membresia exclusivista e a falta de uma missão clara para facilitar ações interdepartamentais e a transformação efetiva do sistema alimentar.

Em 2016, uma nova coalizão no governo municipal abriu maiores possibilidades de trabalhar junto nas políticas alimentares de Berlim. O Partido Verde foi muito atuante nesse processo de introduzir as questões da política alimentar na agenda municipal. O acordo da coalizão incluiu o compromisso claro do governo para colaborar com o Ernährungsrat Berlin no desenvolvimento de uma estratégia alimentar como um primeiro passo visando à segurança alimentar urbana.

O secretário municipal de Justiça, Proteção ao Consumidor e Combate à Discriminação, representante do Partido Verde local, tem se mostrado aberto para as propostas voltadas para a política alimentar urbana. Embora o trabalho do Forum für gutes Essen esteja enfraquecido, a colaboração entre o governo e o Ernährungsrat Berlin tem se intensificado.

### **Desafios e lições aprendidas**

A insistência na independência tem seu preço. Obter fundos é um desafio importante, especialmente financiamentos de longo prazo – em vez de recursos específicos para cada projeto, que exigem solicitações anuais e resultados de curto prazo.

O Ernährungsrat Berlin assume seu papel de fiscal independente, pressionando o executivo e o legislativo locais, lembrando a necessidade de cumprir as obrigações constantes no Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, bem como as promessas feitas na campanha eleitoral e o acordo com a coalizão. Sua independência os torna livres para alertar os parlamentares, e também para criticar abordagens e resultados – mesmo embora a maior parte dos recursos para projetos venha por meio de atos do legislativo.

A estrutura autônoma e de baixo para cima do Ernährungsrat significa que sua existência não depende da coalizão política no poder. Na atual paisagem política, o Ernährungsrat Berlin tem sido capaz de usar as janelas de oportunidade para pôr a política alimentar na agenda. Mas não há certeza de que um novo governo irá ver a política alimentar de modo tão favorável.

A partir das próximas eleições em 2021, a fiscalização independente por parte da sociedade poderá ser mais necessária do que nunca. Considerando que essa autonomia vem acompanhada da insegurança financeira, o Ernährungsrat optou por diversificar suas fontes de recursos (incluindo entidades de caridade, financiamento coletivo, doadores privados), em vez de se tornar mais institucionalizado ou integrado ao governo local.

O desafio da inclusão e da representação permanece sendo uma preocupação fundamental do grupo. Para garantir a diversidade em sua estrutura e perspectivas, o Ernährungsrat tem alcançado grupos marginalizados e está desenvolvendo atualmente uma estratégia ativa de inclusão social.

Em retrospecto, a coordenadora do grupo diz que, se ela pudesse fazer tudo de novo, teria organizado um grupo de pessoas mais diversificado desde o início. Depois que foi formado um grupo central homogêneo, onde predominam pessoas brancas com nível universitário, para criar um conselho e definir seus objetivos, torna-se cada vez mais difícil e desafiante incluir uma diversidade de pessoas e de perspectivas.

Esse é um desafio para movimentos alimentares alternativos no Norte global (4), onde estratégias antirracistas são necessárias para superar a reprodução de espaços exclusivamente “brancos”.

Outro desafio para o Ernährungsrat é conter o caos e conseguir que as estruturas existentes sejam mais efetivas. O fato de os integrantes serem basicamente voluntários significa que existe uma rotatividade constante na formação do conselho. Grupos de trabalho têm sido criados, mas fenecem por causa da pouca participação efetiva e regular ou dos debates infintos que nunca chegam a conclusão alguma – ou que ressurgem alguns meses depois de uma decisão “final” já ter sido acordada.

Uma razão do Ernährungsrat ter até agora sobrevivido a esses desafios é que, desde o começo, houve um coordenador organizando os contatos e prazos, e mantendo as diversas linhas de trabalho unidas.

Além disso, o Ernährungsrat avalia constantemente diversos formatos para engajar participantes e adaptá-los regularmente, de modo a torná-los mais efetivos e motivadores. Recentemente, por exemplo, foi criado um projeto de oficinas de planejamento e campanhas, desenvolvido pelos coordenadores, que irá subsidiar os grupos de trabalho autoorganizados.

Embora o conselho de política alimentar de Berlim seja ainda muito novo, comparado com outros na América do Norte, Brasil ou Inglaterra, e insista em sua independência frente ao governo, já se estabeleceu como um parceiro competente e ator indispensável no processo de transformação do sistema alimentar da cidade.

A democracia alimentar, que está no centro da sua agenda, inclui a ampla inclusão de todos, conforme a proposta do Ernährungsrat: ser um representante da sociedade civil, diversificada e única, e fazer as suas várias vozes serem ouvidas.

Uma pesquisa anterior sobre conselhos de política alimentar urbana sugere que a chave para o “sucesso” é o conselho estar incorporado a instituições municipais, ganhando assim estabilidade financeira e de equipe, acesso aos formuladores de políticas e influência nos vários órgãos com diferentes prioridades (5). Porém esse não é o caminho que Berlim escolheu. A política alimentar na cidade deve pertencer sempre às comunidades. As iniciativas do governo em matéria de política alimentar quase sempre falharam.

O conselho precisa ser uma organização ágil e resiliente, que possa engajar uma diversidade de interessados, sobreviver às mudanças políticas e permanecer um advogado vital e fiscal crítico atuando em nome da sociedade.

O desenvolvimento e a estrutura dos conselhos de política alimentar devem ser sensíveis ao contexto local, e valorizar o conhecimento local, as práticas de envolvimento e as paixões que estão disponíveis nos espaços comunitários.

Embora isso possa gerar às vezes uma complexidade difícil de lidar, consideramos essa mesma complexidade como fonte efetiva de resiliência.

**Dinah Hoffmann**

Wageningen University & Research  
[dinah.hoffmann@wur.nl](mailto:dinah.hoffmann@wur.nl)

**Oona Morrow**

Rural Sociology Group, Wageningen University & Research  
[oonamorrow@wur.nl](mailto:oonamorrow@wur.nl)

**Christine Pohl**

Ernährungsrat Berlin  
[christine.pohl@ernaehrungsrat-berlin.de](mailto:christine.pohl@ernaehrungsrat-berlin.de)



Conselhos de política alimentar como alavanca para o desenvolvimento local:

## O caso de Castel del Giudice, Itália

**O prefeito de Castel del Giudice iniciou um processo de discussão da política alimentar como parte de uma estratégia para desestimular o êxodo rural e promover o desenvolvimento econômico naquela pequena comunidade. Agora o município busca alargar o escopo de seu novo conselho de política alimentar e cooperar com seus vizinhos para adotar uma abordagem multimunicipal de sistemas alimentares urbano-regionais.**

Castel del Giudice é um dos menores municípios da região de Molise (Itália) e um típico exemplo da marginalidade social e econômica presente naquela área.

Desde que foi eleito em 2014, o prefeito realizou diversas iniciativas para estancar a redução da população rural, fenômeno que afeta não apenas a cidade, mas também outras vilas na região.

O território do município foi classificado como “área interna” de acordo com os critérios estabelecidos pelo plano “Estratégia Italiana para Áreas Internas” (1). Essa estratégia nacional objetiva melhorar a qualidade de vida e o bem-estar econômico das pessoas que vivem em áreas caracterizadas pela presença de pequenas cidades e vilas, e com acesso mais limitado aos serviços essenciais.

### Alimentação e território

A produção de alimentos é um dos principais recursos do território, com produtos típicos como óleo de oliva, maçã, queijos e cardápios tradicionais. Porém, nem esses produtos nem a paisagem agrícola que os viabiliza – bem como os serviços ecossistêmicos relacionados – jamais foram devidamente valorizados.

Por causa da falta de iniciativas institucionais nesses territórios em desvantagem e da sua falta de confiança na recuperação econômica, esses recursos nunca foram integrados numa lógica de desenvolvimento e aproveitamento locais, nem valorizados pela população e pelos representantes do movimento de turismo sustentável ou “slow”, que privilegia áreas puras e preservadas, como Castel del Giudice.

Além disso, os problemas típicos relacionados com a alimentação nas cidades maiores (por exemplo, o acesso a alimentos de qualidade, a urbanização das áreas agrícolas, o comprimento e a complexidade das cadeias de abastecimento) ainda não preocupam Castel del Giudice nem os outros municípios localizados nessas áreas “internas” e montanhosas.

Sentindo o potencial do desenvolvimento local relacionado à promoção de um sistema alimentar sustentável, o município decidiu criar um plano municipal para a comida (Piano del Cibo).

Com apoio de pesquisadores da Universidade de Molise, o plano foi iniciado em setembro de 2018, e já produziu alguns efeitos em termos de governança e disseminação de princípios de política alimentar entre a população e as várias partes interessadas.

### O processo

Os passos para a adoção do plano alimentar pela prefeitura de Castel del Giudice e sua implementação foram acordados juntamente com o grupo de trabalho da Universidade de Molise e programados do seguinte modo:

- três reuniões com os interessados locais identificados pela prefeitura, de modo a conhecer melhor o território, suas necessidades e potenciais, além de reunir informações sobre o sistema agroalimentar;
- elaboração e compartilhamento com as partes interessadas da minuta para a política alimentar de Castel del Giudice;
- resolução da Câmara Municipal de Castel del Giudice adotando a política alimentar;
- criação de um conselho específico como uma estrutura de governança para implementar e monitorar a política alimentar;
- priorização dos objetivos específicos (macro e micro);
- formulação de uma ferramenta para monitorar cada uma das ações, listando indicações para o seu desenvolvimento operacional: situação original e pré-condições, prazos de implementação, necessidades financeiras e possíveis fontes de recursos, prioridades com respeito ao conjunto de ações, impactos esperados, indicadores de resultados, sinergias e *feedback* entre as várias ações;
- identificação dos parceiros econômicos, sociais e técnicos;
- implementação dos objetivos prioritários.

A política alimentar de Castel del Giudice foi definida com as várias partes interessadas, e o prefeito esteve presente em todas as sessões. Várias minutas do documento foram circuladas no grupo, e no início de março de 2019 a versão final foi aprovada pela Câmara Municipal.

Em resumo, a política alimentar contém quatro linhas de ação, que orientam um total de 17 projetos: da agricultura social às cadeias curtas de abastecimento, da valorização dos produtos típicos ao turismo sustentável e “slow”; dos alimentos produzidos localmente às medidas de alcance ambiental.



*Minuta do documento criando a política alimentar de Castel del Giudice  
Foto: Ancy Kollamparambil*

## Lições

O conselho de alimentação alimentar é o resultado de uma iniciativa de um prefeito particularmente inovador. Na cidade não há movimentos associativos de baixo para cima, que pressionassem o desenvolvimento de um sistema alimentar mais sustentável. Mesmo assim, por uma análise preliminar, a administração decidiu investir na alimentação como uma alavanca para o desenvolvimento local e um modo de melhorar a imagem do território.

A experiência de Castel del Giudice é um exemplo de como a ação acadêmica no nível local pode ser fundamental para animar o território e trazer inovações que um pequeno município não teria os recursos para fazer de modo independente. As reuniões do conselho alimentar nesse pequeno município revelaram, por exemplo, a necessidade de adaptar e “traduzir” a linguagem acadêmica relacionada com a literatura especializada em política alimentar, que cresce constantemente, para conceitos e ações que a população local pudesse compreender e implementar.

Esse aspecto é importante para assegurar que o conselho de política alimentar não funcione como uma instância de cima para baixo, mas antes como uma plataforma para ouvir os cidadãos sobre um assunto que preocupa a todos, diariamente, e que pode revitalizar econômica e socialmente o território.

Um de seus objetivos atuais é ampliar a abrangência da política alimentar e do conselho, de modo a cobrir um território maior do que apenas o município.

Os fluxos de recursos materiais e imateriais relacionados com a alimentação têm relações e impactos de maior escala, e por essa razão é importante que a política alimentar inclua as áreas rurais, periurbanas e urbanas de modo integrado.



*Castel del Giudice, Molise. Foto: Ancy Kollamparambil*

O prefeito de Castel del Giudice, juntamente com a universidade, está trabalhando no sentido de envolver os municípios vizinhos, por meio de discussões diretas e propostas, para obter o apoio de programas de Desenvolvimento Rural da União Europeia para projetos com maior escala.

É necessário criar sinergias visando maior efetividade de ações tais como os distritos orgânicos, as rotas de degustação de alimentos e vinhos regionais, a recuperação de áreas abandonadas e a promoção de cadeias curtas de abastecimento mais variadas.

Ao mesmo tempo, comunicar aos administradores locais os benefícios de médio e longo prazos de uma política alimentar territorial parece ser um desafio complexo. Os administradores municipais estão frequentemente envolvidos em emergências e contidos por seu ceticismo e preconceitos culturais ou ideológicos.

Até 1963, a província de Isernia (à qual Castel del Giudice pertence) fazia parte da mesma região administrativa que ainda inclui as províncias ao norte da vila. Conversando com diversos interessados locais, tivemos a impressão de que as conexões entre as províncias fornecem uma oportunidade possível e realística, apesar do fato de serem agora regiões administrativamente separadas.

Mesmo assim, os sentimentos paroquiais e um senso de orgulho bairrista dificultam que essa união aconteça.

Nossa experiência revelou que, se propriamente explicados, os benefícios de uma política alimentar e a importância de um conselho alimentar integrado são entendidos e bem-vindos como ferramentas importantes para aumentar a capacidade do território para atrair pessoas, investimentos e recursos.

Um acordo entre Castel del Giudice e as províncias vizinhas poderia abranger uma população de cerca de 800.000 pessoas e ter, portanto, um impacto num sistema socioambiental muito maior do que apenas no município.

Nesse contexto, investir em distritos alimentares, desenvolvimento local, turismo sustentável e noutros tópicos correlatos é a chave para criar um caminho para a formulação de uma política interregional que cubra um território grande bastante para permitir uma mudança significativa na dinâmica do desenvolvimento demográfico.

Mesmo embora Castel del Giudice represente um caso bastante isolado na região, sua intenção é integrar-se ao Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana tão logo as ações avancem.

Além disso, os autores são ativos promotores da Rede Italiana de Políticas Alimentares Locais. Castel del Giudice é um dos integrantes mais recente da Rede, e representa uma experiência pioneira no centro-sul da Itália, com potencial para mudar as percepções sobre a alimentação nas áreas mais carentes da Itália.

**Mazzocchi Giampiero e Marino Davide**

Universidade de Molise / Rede Italiana de Políticas Alimentares Locais

[giampiero.mazzocchi@uniroma1.it](mailto:giampiero.mazzocchi@uniroma1.it)

# Como o conselho de política alimentar do Rio está implementando a política nacional de segurança alimentar

Juliana M. Tângari

**O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (“CONSEA-Rio”) foi criado pelo governo municipal em 2003 por decreto do pelo prefeito, seguindo uma recomendação do governo federal. Na época, uma nova política estratégica nacional de combate à fome – o programa Fome Zero – havia começado há pouco, juntamente com um convite para que se organizassem conselhos de política alimentar nas cidades e estados brasileiros.**

O CONSEA-Rio passou por muitas mudanças desde a sua criação, em 2003, até a sua plena regulamentação por decreto municipal em 2013. O principal objetivo, que tinha sido promovido por movimentos sociais brasileiros desde o início dos anos 1990s, era assegurar a segurança alimentar por meio da elaboração participativa de políticas públicas. A princípio vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o CONSEA-Rio ganhou posteriormente alguma independência com relação a equipe e instalações administrativas.

Inicialmente o Conselho era formado por um número igual de representantes do governo e da sociedade civil, mas, cinco anos depois, a sociedade civil passou a deter a maioria das vagas e a indicar o presidente do Conselho.



*Reunião do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no CONSEA-Rio, em Campo Grande.*

A agenda original focava no combate à fome e à insegurança alimentar, sendo depois ampliada para abranger outras questões de política alimentar, incluindo dietas saudáveis e a agricultura urbana. Porém, foi apenas em 2018 que uma lei municipal foi promulgada consolidando a existência do Conselho e seus poderes (3).

Desde 2008, um terço dos 24 membros do CONSEA-Rio é indicado pelo governo municipal, e os outros dois terços são representantes da sociedade civil, escolhidos por meio de um processo democrático para um mandato de dois anos. No começo de cada mandato, o presidente do Conselho é eleito dentre os membros indicados pela sociedade civil.

Os membros não recebem remuneração de qualquer espécie. O CONSEA-Rio atua de modo autônomo com relação à formulação de sua agenda e aos processos de tomada de decisões, mas não tem poder formal para fazer o governo municipal implementar suas ações.

O CONSEA-Rio tem autorização para requerer informações e dados da administração pública local e convidar servidores municipais para as suas reuniões.

As atividades do Conselho são financiadas parcialmente pelo governo municipal, que garante a secretaria-executiva formada por três servidores, salas para reuniões, um site integrado à página oficial da prefeitura, além de um recurso limitado para apoiar duas atividades: um evento anualmente realizado por volta do Dia Mundial da Alimentação – a Semana da Alimentação Carioca –, e uma conferência popular a cada quatro anos para estabelecer a agenda do CONSEA-Rio para o quadriênio seguinte. Como o orçamento é muito limitado, o CONSEA-Rio frequentemente precisa de contribuições e apoio de seus membros e parceiros para viabilizar suas atividades.

A lei federal brasileira sobre segurança alimentar e nutricional, a “LOSAN”, estabelece que as políticas alimentares devem ser desenvolvidas dentro de uma estrutura participativa de governança. As cidades e estados que não contarem com tal estrutura têm menos acesso aos recursos federais para programas ligados à alimentação.

São quatro as principais exigências da LOSAN:

- um conselho de segurança alimentar (formado em sua maioria por representantes da sociedade civil) para assessoramento na elaboração de políticas públicas e seu respectivo controle, cuja agenda deve ser orientada por:
- conferências de segurança alimentar e nutricional regulares, a cada quatro anos, que funcionam como um fórum para debates da sociedade civil;
- um órgão multidisciplinar no governo municipal para a formulação de políticas públicas alimentares (geralmente formado pelos representantes do governo no conselho; e
- uma estratégia política abrangente e coerente de quatro anos, elaborada pelo órgão de política alimentar, com base nas diretrizes definidas pelo conselho de segurança alimentar.

Até agora, o Rio atendeu a apenas duas dessas exigências. Em 2018, um decreto municipal autorizou a criação de um órgão de política alimentar nesses moldes (“Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional”), mas até hoje nada foi feito para implementá-lo de fato, de modo a possibilitar o desenvolvimento de uma estratégia abrangente de política alimentar.

### **Programa de Alimentação Escolar**

Uma das principais funções do CONSEA-Rio é supervisionar políticas e programas alimentares, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em todas as escolas públicas brasileiras – sejam federais, estaduais ou municipais – a alimentação escolar é gratuita, e em grande parte financiada pelo governo federal.

Desde 2009 o PNAE estabelece que os municípios e estados devem gastar pelo menos 30 % dos recursos federais que recebem para a alimentação escolar na compra direta de produtos dos agricultores familiares, de preferência locais (política de agricultores familiares do PNAE).

As razões dessa política são bem conhecidas: um mercado fixo e garantido é uma ferramenta eficiente para apoiar os produtores locais e melhorar a produção de alimentos (produtos para alimentarem pessoas, não para serem vendidas como commodities ou fonte de energia).

Como resultado, o espera-se que o acesso geral a alimentos frescos e mais baratos seja ampliado, ajudando a garantir a segurança alimentar.

Os orçamentos são significativos (5) e esses 30% são obrigatórios. As cidades e os estados que não atendem essa exigência arriscam-se a perder todos os recursos federais destinados à alimentação escolar. Porém essa obrigatoriedade depende muito da vontade dos governos locais e do apoio de seus funcionários para ser implementado. Nesse contexto, um conselho de política alimentar proativo pode desempenhar um papel decisivo, especialmente quando representantes dos produtores locais participam dele.

Implementar localmente uma política pelas esferas federais não é tarefa fácil. Para ser efetiva, a política exige procedimentos licitatórios mais flexíveis, que levem em consideração as formas de produção dos agricultores familiares e o seu acesso limitado ao mercado: não deve valer a regra geral das licitações públicas de “quanto mais barato, melhor”.

Conhecimento sobre a sazonalidade é essencial para a elaboração dos cardápios. E uma atenção especial é necessária para garantir que o processo de compra pública seja bem divulgado entre os produtores, com um prazo razoável para a apresentação de propostas.

Além disso, os governos locais (especialmente nas cidades maiores) devem compreender a assimetria de informações e de organização entre os agricultores familiares e o mercado atacadista de alimentos.

A experiência demonstrou que essa falta de compreensão é um importante desafio. É necessário efetivamente engajar numerosos atores ao longo do processo que permitirá a compra direta da agricultura familiar e local, incluindo agentes públicos das secretarias de educação e dirigentes de escolas, cooperativas de agricultores, entidades de assistência à agricultura familiar e de extensão rural, entidades de apoio a pequenos negócios, movimentos sociais, universidades e a sociedade civil organizada que atuem com questões relacionadas à agricultura familiar e local, e até o departamento de alimentação escolar do Ministério da Educação brasileiro. Caso contrário, será sempre mais fácil para os governos inadimplentes faltosos beneficiarem-se de um perdão legal (previsto na lei do PNAE, art. 14, §2º, II), alegando a “impossibilidade de abastecimento regular e constante”.

No caso do Rio, esse processo levou algum tempo: entre 2009 e 2016 nem mesmo uma banana consumida nas escolas públicas municipais foi fornecida diretamente por produtores familiares – locais ou não. A comida fornecida para mais de 1.500 escolas e servida a mais de 640 mil estudantes costumava vir de cinco ou seis grandes empresas atacadistas. Por razões de controle financeiro, as compras para a alimentação escolar são completamente centralizadas na Secretaria de Educação do município. As escolas públicas do Rio não estão autorizadas a comprarem alimentos de modo independente. E distribuir quantidades tão grandes de comida em diversas escolas constitui um enorme desafio logístico.

Além disso, o governo do Rio deu pouca atenção para apoiar a agricultura urbana e periurbana. Embora o município tenha um programa de horticultura urbana, Hortas Cariocas, que apoia cerca de 40 áreas cultivadas em comunidades de baixa renda e em escolas públicas municipais (6), pouca atenção é dada aos produtores da zona oeste do Rio (7).

O plano-diretor da cidade (elaborado em 2011) não reconhece a existência de áreas rurais no município, considerando 100% de sua área como urbana. Sendo assim, ignora os pequenos agricultores e indica que a agricultura urbana e a produção local de alimentos não constam da agenda política principal do município.

Esse é mais um obstáculo para os produtores urbanos do Rio obterem o documento que os identifica como agricultores familiares junto ao governo federal (Documento de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar – DAP). E, pela lei, apenas os produtores com esse documento podem se beneficiar da política de agricultura familiar prevista no PNAE.

*Reunião do PNAE na Procuradoria Pública*



Na verdade, os servidores públicos municipais estavam cientes da política de agricultura familiar do PNAE, mas não se mostram entusiasmados com ela. De 2009 a 2016, acreditava-se que não havia produtores familiares no Rio capazes de atender à demanda de alimentos das escolas municipais com a logística necessária, ou que eles não estavam preparados para atender às exigências da regulamentação municipal de vigilância alimentar. Mudar essa visão e criar empatia junto aos funcionários municipais exigiu um esforço enorme.

Primeiramente, desde 2011 as organizações de produtores familiares e urbanos passaram a deter dois assentos (8) no CONSEA-Rio, e trouxeram a questão de a falha da cidade não cumprir as exigências do PNAE. Em segundo lugar, os movimentos de consumidores (9) e agências e instituições voltadas para a nutrição e a saúde, que também têm representantes no Conselho, passaram a ajudar e a promover a agenda da agricultura urbana como uma ferramenta indispensável para a segurança alimentar.

De fato, a política de agricultura familiar do PNAE passou a ser discutida em várias reuniões e conferências desde 2010, tornando-se uma prioridade, especialmente entre 2014 e 2016, quando um agricultor local da zona oeste presidiu o Conselho.

No final de 2010, o CONSEA-Rio e organizações da sociedade civil iniciaram o mapeamento das iniciativas de agricultura urbana e de educação alimentar no Rio, discutindo os resultados em cinco oficinas realizadas em 2011. Entre 2012 e 2016, os temas das Semanas da Alimentação Carioca focaram nas oportunidades e desafios enfrentados por produtores familiares que desejassem fornecer alimentos para as escolas do Rio. A ênfase foi sempre aumentar a consciência da importância da política, mais do que apenas cobrar a aplicação de sanções.

Finalmente, em 2016, o CONSEA-Rio contactou o promotor público encarregado de investigar os motivos do governo do Rio não cumprir a lei desde 2012, buscando e lhe oferecendo colaboração. A força do Ministério Público combinada aos conhecimentos do Conselho revelou-se uma boa receita.

A investigação incluía a realização de reuniões onde o promotor entrevistava servidores públicos ligados à educação e ao setor de licitações, para verificar se o governo municipal estava infringindo a lei ou não. Desde o início de 2017, no entanto, outras vozes também foram incluídas: as duas organizações de produtores familiares que são membros da CONSEA-Rio; a EMATER-RJ; a Controladoria do município; o departamento de vigilância sanitária e alimentar da Secretaria Municipal de Saúde; a agência municipal de nutrição; e o CONSEA-Rio.

Foi acertado, como um primeiro passo a ser implementado, a indicação do CONSEA-Rio para facilitar as reuniões de produtores, que deviam ser realizadas nas associações de agricultores familiares



localizadas na zona oeste do município, com a presença de funcionários da prefeitura para demonstrar a intenção do governo de mudar sua atitude.

Paralelamente, o CONSEA-Rio articulou diretamente com a representação no estado do Rio de Janeiro da Secretaria Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (SEAD) para estabelecer reuniões abertas, similares às do Ministério Público, para discutir a emissão de DAP aos agricultores urbanos, que se realizaram entre junho de 2017 e julho de 2018, com a participação de várias partes interessadas, municipais, estaduais e nacionais. Essas reuniões certamente teriam culminado na revisão da regulamentação da agricultura familiar urbana, se não fosse o lamentável fechamento das representações dessa agência nos estados pelo atual governo federal, em 2019.

Entretanto, no final de 2017, a Secretaria Municipal de Educação publicou a primeira chamada pública pela qual agricultores familiares poderiam vender diretamente seus produtos, individualmente ou por meio de cooperativas. As compras pelo governo continuariam centralizadas na Secretaria de Educação, mas as quantidades e as entregas poderiam ser ajustadas para uma escola específica ou grupo de escolas. As exigências de segurança dos alimentos, que haviam sido definidas para empresas atacadistas, foram ajustadas conforme a realidade dos pequenos produtores.

As compras anunciadas incluíam todos os itens produzidos localmente, especialmente no setor hortícola. Os preços são estabelecidos conforme um índice público, aparentemente confiável e atualizado a cada duas semanas. Os produtos orgânicos podem obter preços até 30% mais altos. Porém ainda não está claro se o sistema de definição dos preços e o método de entregas irão funcionar efetivamente.

Um processo viável para promover as compras governamentais de alimentos produzidos localmente para a alimentação escolar é um trabalho contínuo, e os objetivos estão longe de terem sido atingidos. O pequeno número de produtores familiares regularmente registrados e a falta de apoio municipal para a produção urbana de alimentos são importantes desafios a serem superados.

A exigência de a Secretaria de Educação do Rio comprar 30% da alimentação escolar de produtores familiares locais (determinada por lei) ainda não foi atendida, enquanto que outras dificuldades relacionadas com exigências burocráticas, logística de distribuição e cumprimento de prazos também continuam presentes.

Porém as realizações do CONSEA-Rio até agora representam um grande sucesso e sublinham a importância dos esforços e da mediação de um conselho de política alimentar.

**Juliana M. Tângari**

Diretora do Instituto Comida do Amanhã (1) e ex-membro e presidente do CONSEA-Rio pela Rede Ecológica (2)

[jutangari@gmail.com](mailto:jutangari@gmail.com)

## Notas

1. Instituto Comida do Amanhã ([comidadoamanha.org](http://comidadoamanha.org)) é um *think-tank* brasileiro com foco nos sistemas alimentares urbanos.
2. Rede Ecológica ([www.redeecologicario.org](http://www.redeecologicario.org)) é um movimento social agroecológico brasileiro.
3. No sistema legal brasileiro, um decreto é uma norma editada pelo poder executivo, portanto com menos poder do que uma lei, que é estabelecida pelo poder legislativo. Não é raro ter decretos

revogados a cada mudança de prefeito; diferentemente das leis, mais difíceis de serem revogadas ou alteradas, tendendo assim a durarem mais.

4. [www.prefeitura.rio/web/conseario](http://www.prefeitura.rio/web/conseario)

5. Em 2017, o município do Rio de Janeiro recebeu do governo federal mais de R\$ 75 milhões (cerca de US\$ 20 milhões) destinados à alimentação escolar.

([www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar](http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar)).

6. [www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas](http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas)

7. O município do Rio é muito mais do que mostram os bem conhecidos cartões postais da cidade.

Cerca de 50% de seus 1.200 km<sup>2</sup> constituem a zona oeste, quase “uma cidade dentro da cidade”.

Ali, muitas áreas rurais (sítios e matas) resistiram ao processo de urbanização na região por

décadas, apesar da crescente especulação imobiliária. Ver Fernandez, Annelise Caetano Fraga. *Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro*.

REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão 8 (2).

8. Essas posições no CONSEA-Rio era e ainda são ocupadas pela Rede Carioca de Agricultura Urbana- Rede CAU e UNACOOOP.

9. Essa posição era e ainda é ocupada pela Rede Ecológica.

## Fortalecendo um Sistema alimentar alpino-mediterrâneo nas montanhas no Tirol-Sul

Christian Fischer, Silke Raffener, Brigitte Gritsch, Andreas Köhne, Verena Gschnell, Manfred Hofer, Elisabeth Hofer, Verena Breitenberger, Ulrike Laimer, Gudrun Ladurner, Siiri Eydner, Veronika Seiwald, Elisabeth Prugger e Heini Grand

**O Conselho de Política Alimentar do Tirol-Sul (Food Policy Council South Tyrol - FPCST) foi criado em outubro de 2017 como resultado de um projeto da sociedade civil com financiamento público que objetivava fortalecer o sistema alimentar local e servir como uma estrutura central para questões ligadas à alimentação na província. Nos próximos anos, outras redes semelhantes deverão surgir nas principais cidades e vilas para lidar com suas questões específicas.**

O Tirol-Sul é uma província autônoma da Itália, localizada na fronteira com a Áustria, e sua população reúne cerca de 520.000 pessoas. Cerca de 62 % da população fala alemão, 24 % italiano, 4 % ladino e 10 % outras línguas. As duas maiores cidades são Bolzano, com cerca de 110.000 residentes, e Merano, com aproximadamente 41.000 moradores.

A agricultura local é dominada por pomares de maçã, que produzem cerca de 10% dessas frutas consumidas na Europa. Leite e vinho também são produtos importantes para a economia local.

A FPCST opera no nível provincial, cobrindo toda a área do Tirol-Sul, por ser tão pequena a população total. No futuro, outros conselhos de política alimentar independentes poderão ser criados em outras cidades importantes no Tirol-Sul como Bolzano, Merano, Bressanone, Brunico e, potencialmente, Vipiteno.

O FPCST é composto de 16 membros com experiência profissional em educação, gastronomia, agricultura, distribuição, cooperativas, aconselhamento nutricional, relações públicas e ONGs. Ele opera como um grupo de trabalho e não tem uma estrutura organizada formalmente.

Uma vez por ano são eleitos, entre seus membros, um homem e uma mulher para representar o conselho em eventos públicos. Os membros do conselho encontram-se a cada seis ou oito semanas na Universidade Livre de Bolzano para as atividades do conselho.

No momento, não há recursos públicos envolvidos, e as despesas com custos do website são pagos por meio de contribuições privadas de seus membros.

No futuro, será possível ter acesso a fundos públicos na forma de apoio financeiro provido por governos nos níveis provincial ou municipal.

Outras opções são doações de organizações privadas, financiamento coletivo (*crowdfunding*) e outras campanhas de captação de recursos.

### Os 10 valores do FPCST:

Comunidade; Prazer; Justiça; Saúde; Participação; Sustentabilidade; Transparência; Proteção ambiental; Responsabilidade; Diversidade

As principais tarefas do FPCST são:

- participação no diálogo político com órgãos do poder executivo e legislativo, onde o conselho serve como uma voz da sociedade civil local com relação a questões ligadas à alimentação e à nutrição;
- conduzir campanhas públicas de educação e informação sobre alimentação e nutrição; e
- coordenar atividades e iniciativas das organizações locais e institucionais relacionadas com alimentação e nutrição.

As atividades prioritárias do FPCST em 2019 focaram nas áreas da saúde, lazer e cultura alimentar, e refeições comunitárias.

O conselho está organizando uma premiação das melhores receitas para refeições mais prováveis de serem adotadas na culinária doméstica. E uma conferência na universidade local foi organizada para discutir novas soluções para alinhar melhor a refeições nas comunidades com as necessidades dos usuários e as exigências da sustentabilidade.

Até o final do ano, a primeira edição do Prêmio de Sistema Alimentar Sustentável do Tirol-Sul será realizada. O Prêmio irá reconhecer publicamente e destacar a contribuição de uma pessoa ou de uma organização para melhorar a alimentação local e a situação nutricional.

As futuras atividades incluem iniciativas de economia circular regional e a conscientização sobre questões relacionadas com mercados globais, biodiversidade, horticultura urbana e “cidades sustentáveis”. Depois que o FPCST esteja plenamente estabelecido, deverá conectar-se com iniciativas similares na região e com as redes europeias e globais de conselhos de política alimentar existentes.

Grupos assim já surgiram nas cidades vizinhas de Innsbruck, Munique e Milão, e é preciso colaborar e compartilhar experiências e conhecimentos de modo a criar sinergias. O FPCST também pretende ingressar no Pacto de Milão sobre Políticas de Alimentação Urbana.

Os maiores desafios para o conselho incluem a aceitação social e política e a relevância no sistema local de formulação de políticas públicas. Por ser uma rede da sociedade civil que não foi publicamente eleita ou indicada, precisa encontrar seu lugar no espectro público institucional com base na competência demonstrada e na confiança conquistada como resultado de suas atividades.

Além disso, juntamente com outras iniciativas voluntárias e movimentos sociais, manter o impulso depende muito das contribuições individuais e do compromisso voluntário em energia e tempo.

O sistema alimentar local precisa melhorar de muitos modos urgentemente. Se o FPCST fará realmente uma diferença ou não, só o tempo dirá...

**Christian Fischer**

Free University of Bozen-Bolzano

[christian.fischer@unibz.it](mailto:christian.fischer@unibz.it)

## A Coalizão de Política Alimentar de St. Louis: por um sistema alimentar local, vigoroso, sustentável e justo

**Na cidade de St. Louis, Missouri, residem aproximadamente 308.000 pessoas, acrescidos em mais 2,5 milhões se considerarmos os moradores de sua área metropolitana. St Louis está situada no centro dos Estados Unidos, região tradicionalmente vista como importante área de produção agrícola e comercialização de produtos.**

Embora St. Louis permaneça cercada por paisagens dominadas pela agricultura, ela mudou substancialmente ao longo do último século. Em 1925, a área ocupada por cultivos de alimentos (frutas e hortaliças) para consumo humano era 50% maior do que hoje. Apesar da abundância de áreas agriculturáveis (cerca de 4 milhões de hectares) na bacia alimentar da região de St. Louis, mais de 3 milhões estão agora dedicados à produção de milho e soja, sendo que mais de 94% da área agrícola regional total é usada para produzir alimentos a serem processados antes de serem consumidos pelos moradores, ou vão para fazer ração animal. Hoje, menos de 0,01% da área cultivável, num raio de 150km da cidade, é usada para a produção de frutas e hortaliças frescas.

Considerando-se o atual sistema alimentar regional, não é surpresa que disparidades surjam no ambiente alimentar da região de St. Louis. Atualmente, mais de 700 mil pessoas na região metropolitana têm “baixa renda, pouco acesso a alimentos, e vivem a mais de 500 m do supermercado mais próximo, com mais da metade delas vivendo na cidade (56 %) e região (25%)”.

Além disso, a cidade de St. Louis e sua região são muito marcadas pela segregação racial, com a maior parte da população negra morando nas áreas ao norte da cidade e do município e na área ocidental do município vizinho, St. Clair, no estado de Illinois. Com certeza, o acesso à alimentação é uma questão que envolve a equidade racial na região, com a maioria dos moradores negros tendo renda menor e menos acesso a veículos e a supermercados do que os moradores brancos.

Após o tiroteio com a polícia em Ferguson, Missouri, que vitimou Michael Brown, muitas organizações, cidadãos engajados e autoridades eleitas perceberam a importância de abordar o racismo sistêmico e institucionalizado que afeta a nossa região, e adotaram importantes iniciativas para enfrentar essa questão de modo colaborativo.

Os membros da Coalizão de Política Alimentar de St. Louis e aliados assumiram o desafio e estão buscando remover barreiras para a produção de alimentos e estabelecer novas empresas em áreas com limitado acesso a alimentos, como formas para combater a inequidade racial presente na região.

### A Coalizão de Política Alimentar de St. Louis

A St. Louis Food Policy Coalition (STLFPC) foi formalizada em setembro de 2015, após nove meses de pesquisa e levantamento das necessidades do sistema alimentar em nossa região, seguindo a publicação do Estudo sobre Segurança Alimentar Regional, da Coalizão do Missouri para o Ambiente (Missouri Coalition for the Environment’s St Louis Regional Food Study).

*Logo para o novo certificado para produtores de alimentos ambientalmente responsáveis.*



A STLFFPC cresceu de 13 membros oficiais para 31 em apenas três anos. A maior parte deles é formada por organizações sem fins lucrativos, mas também há duas empresas comerciais e alguns membros individuais. Está integrada a uma organização ambientalista, a Missouri Coalition for the Environment (MCE), o que permite que receba apoio da equipe que conduz discussões sobre mudanças nas políticas públicas relacionadas. Além disso, a integração com a MCE potencializa o foco na gestão e justiça ambientais, o que a destaca bastante entre outros conselhos e coalizões alimentares nos Estados Unidos.

A STLFFPC foca em três áreas principais:

- 1) remover barreiras à agricultura urbana;
- 2) aumentar o acesso a alimentos nutritivos produzidos localmente; e
- 3) apoiar os produtores ambientalmente responsáveis num raio de 240km ao redor de St. Louis.

Cada uma dessas áreas-focais tem grupos de trabalho que se reúnem quando necessário. Por exemplo, o grupo focado nos agricultores se reúne duas vezes por mês, enquanto que os membros do grupo de agricultura urbana reúnem-se com o diretor de Agricultura e Alimentação da MCE para promover uma estratégia desafiadora que permita a posse permanente de áreas da cidade para a produção de alimentos. Toda a coalizão, inclusive os membros oficiais e os aliados, reúne-se trimestralmente. Todos são bem-vindos às reuniões para se atualizarem sobre os esforços de nossos três grupos de trabalho, informar as novidades de suas próprias organizações e interagir.

## Financiamento

A MCE, como organização guarda-chuva da STLFFPC, recebeu uma doação ao longo de dois anos de uma fundação privada que apoiou as iniciativas relacionadas com a equidade na saúde pública. Isso permitiu que o diretor de Agricultura e Alimentação da MCE pudesse dedicar a maior parte de seu tempo para contatar os membros, coordenar as reuniões dos grupos de trabalho e executar a maior parte das ações decididas.

Durante os dois primeiros anos, a maioria dos membros da STLFFPC forneceu informações e *feedback* sobre as ações que precisavam ser implementadas pelos grupos de trabalho e ajudou a recrutar novos participantes. Nesse mesmo período, a MCE também obteve um recurso federal para contratar uma pessoa por tempo integral para apoiar o grupo de trabalho de agricultura urbana e financiar um voluntário do AmeriCorps VISTA – por um ano – para colaborar com o grupo de acesso à alimentação nutritiva e local. Esse apoio fez aumentar significativamente a eficiência dos grupos de trabalho na execução de suas estratégias.

Após os dois anos de financiamento pela fundação privada, o apoio foi prorrogado por mais um ano, permitindo que o trabalho prosseguisse. E quando o estágio do voluntário da AmeriCorps VISTA terminou, uma outra fundação privada de St. Louis passou a financiar a contratação de um funcionário por tempo integral para continuar o trabalho ligado ao acesso comunitário à alimentação.

A capacidade para obter recursos públicos e privados para contratar funcionários para colaborar nas com os grupos de trabalho da STLFFPC aumentou significativamente o impacto e o sucesso de suas iniciativas. Ao longo dos três últimos anos, muitos membros da STLFFPC assumiram papel de liderança em várias instâncias, ajudando a compartilhar a carga de trabalho da equipe da Coalizão entre mais entidades.

A STLFFPC e a MCE esforçam-se por assegurar financiamentos para esses projetos, conforme são afetados pelas necessidades de infraestrutura regional e de prazo mais longo para amadurecerem, que resultam num ritmo mais lento para algumas das mudanças sistêmicas identificadas como urgentes no sistema alimentar da região de St. Louis.

## O trabalho até hoje – e seu futuro

A agricultura urbana e a criação de animais

Ao longo dos últimos três anos, a STLFFPC teve sucesso na promoção de mudanças nas políticas ligadas à agricultura urbana na cidade de St. Louis por meio do Conselho de Aldermen, para melhorar o acesso para moradores de baixa renda à comida e criar oportunidades econômicas na cidade por meio da produção local de alimentos.

Acesso à alimentação e envolvimento comunitário

Reconhecendo que a Coalizão precisa de dados provindos da comunidade para informar nossas estratégias visando melhorar o acesso à alimentação, e consciente da questão racial na cidade, o grupo de trabalho de acesso à alimentação e a MCE conduziram um processo de envolvimento comunitário durante um ano na região norte de St. Louis, para escutar os moradores sobre o seu ambiente nutricional.

Os resultados desse engajamento, incluindo as estratégias comunitárias que surgiram ao longo do processo, estão narrados no Relatório das Audiências Públicas realizadas no norte da cidade, publicado em março de 2018.

Atualmente, o grupo de acesso à alimentação da STLFFPC está planejando uma iniciativa-piloto de monitoramento do setor de varejo alimentício, em parceria com um pesquisador da universidade local, para determinar onde nossos mercados comunitários de alimentos precisam expandir-se, e onde podemos trabalhar com as lojas de bairro já existentes para aumentar a disponibilidade e a variedade dos alimentos frescos oferecidos.

Após o estudo da STLFFPC, a MCE e estagiários realizaram uma pesquisa para conhecer quais atividades agrícolas os moradores gostariam de ver ou não em suas vizinhanças. Com base nessa pesquisa, que revelou que os residentes aprovam a agricultura urbana, inclusive maior presença de animais na região, e que são necessárias mais áreas disponíveis para plantio, uma postura municipal foi aprovada em 2017 sobre a presença e a quantidade de animais admitidas.

Além disso, o zoneamento definiu “horta doméstica”, “horta comunitária”, e “horta urbana”, e indicou que a venda de ovos, mel e produtos desses locais é permitida desde que atendidas certas exigências, com relação ao tamanho da área, localização, horários e frequência de operação. O planejador do zoneamento trouxe o rascunho do decreto para o secretário de Obras, que concordou e publicou-o, permitindo as atividades agrícolas na região.

Atualmente, a STLFFPC está trabalhando para encontrar solução para o desafio do acesso à terra, identificado na pesquisa de 2016. A MCE contratou em 2019 um voluntário da ONG Food and Farm VISTA para colaborar na grande tarefa de convencer os bancos imobiliários da região a desenvolverem um processo onde possam vender alguns desses terrenos por um preço acessível para a produção de alimentos.



*Hart Beet Farm em Eolia, Missouri, uma das fazendas ambientalmente responsáveis em Known & Grown. Foto: Missouri Coalition for the Environment*

## Justiça alimentar

Depois de publicado o Relatório da Audiência Pública, a STLFPFC verificou que precisava de um espaço onde os moradores pudessem se engajar e se informar do trabalho da Coalizão de modo consistente. Como resultado, a MCE contratou um novo organizador para o grupo de trabalho de justiça alimentar, que foi encarregado de estabelecer um Conselho Assessor de Justiça Alimentar (Food Equity Advisory Board - FEAB). O FEAB é composto por 12 pessoas, lideranças comunitárias da região norte de St. Louis e de municípios ao norte e a leste da cidade, comprometidas em fortalecer a justiça alimentar na região.

Os membros do FEAB reúnem-se mensalmente aos sábados pela manhã num espaço comunitário. Diferentemente das reuniões trimestrais da STLFPFC, que acontecem em horas de trabalho de dias úteis, foi fundamental encontrar um horário adequado para os membros voluntários do FEAB, que têm seus empregos de tempo integral, famílias e outras responsabilidades para cuidar. O FEAB atua para implementar estratégias orientadas pela comunidade, reunidas no Relatório das Audiências Públicas, bem como iniciativas e projetos identificados na comunidade como precisando de mais apoio.

Os membros do FEAB são bem-vindos para participarem dos eventos da STLFPFC, e o coordenador do grupo de justiça alimentar informa que o FEAB fornece informações à STLFPFC para assegurar que os projetos se movam de modo efetivo, conforme seu objetivo.

## Infraestrutura agrícola e o “hub” central de alimentos

Logo após a criação da STLFPFC, o grupo de trabalho focado nos produtores começou a dialogar com os agricultores sobre suas necessidades para expandir seus cultivos e negócios, e alcançar novos mercados. Ficou claro que um ponto central para agregar e distribuir produtos (uma central de alimentos) era viável para os agricultores regionais e facilitaria a distribuição de produtos mais variados e em maior volume para escolas, universidades, restaurantes, supermercados e outros grandes compradores.

Em 2017, a MCE contratou um novo funcionário para o grupo, para conduzir a análise detalhada necessária para determinar quais instituições e produtores poderiam participar da direção dessa central de alimentos e como ela deveria funcionar para atender bem todas as partes.



*"Dia da Agricultura Urbana" no St. Louis Science Center. Foto: Missouri Coalition for the Environment*

A STLFPC entendeu que esse trabalho era importante para apoiar os produtores ambientalmente responsáveis da região de St. Louis na promoção da economia local.

Por meio de visitas regulares aos locais de produção, reuniões semestrais de produtores regionais e outras formas de acompanhamento, três necessidades imediatas foram identificadas, precisando ser abordadas antes que as obras da central de alimentos começassem: o desenvolvimento de uma plataforma de comunicação para que os produtores pudessem interagir sobre compartilhamento de recursos e melhores práticas; o apoio para maior coordenação entre os produtores de modo a poderem distribuir seus produtos de modo mais eficiente na cidade; e a identificação de cozinhas e recursos de processamento que pudessem ser melhor utilizados para evitar que os produtos se estragassem e fossem então encaminhados para compradores institucionais menores.



A MCE e o grupo de trabalho focado nos produtores continuarão a avançar nessas três necessidades, ao mesmo tempo buscando fundos para desenvolver a infraestrutura necessária, além de trabalhar para inaugurar a central nos próximos anos, com a experiência adquirida ao lidar com as prioridades.

Além da melhoria no processamento, distribuição e entrega dos produtos, os agricultores indicaram desde cedo a necessidade de maior apoio à comercialização. Como resultado, o STLFPC estabeleceu um comitê para desenvolver uma certificação regional para os agricultores que usam práticas ambientalmente responsáveis, humanas e seguras. Esta certificação foi lançada no verão de 2019.

As prioridades da STLFPC foram informadas pela comunidade e conduzidas pelas partes interessadas desde o início. A MCE teve muita sorte ao contratar uma equipe que pode liderar o avanço dessas iniciativas num ritmo que outros CPAs podem não ser capazes de realizar contando apenas com uma equipe formada por voluntários.

Também tivemos sorte por encontrar fundações na região que reconheceram a importância de apoiar o desenvolvimento de nosso sistema alimentar, tornando possível para a MCE contratar uma equipe e receber recursos federais com contrapartidas fornecidas pelas fundações privadas.

Ao longo do tempo, os membros da STLFPC aumentaram ou reduziram o seu envolvimento, dependendo de seus outros compromissos e da situação das iniciativas dos grupos de trabalho.

Porém, sempre fomos capazes de encontrar um grupo central de membros mais envolvidos, que se reúne regularmente para fazer com que os esforços avancem sempre.

**Melissa Vatterott**

Missouri Coalition for the Environment, St

[Louismvatterott@moenviron.org](mailto:Louismvatterott@moenviron.org)

## Notas

- MCE's Food Access Story Map [www.moenvironment.org/northstlfood](http://www.moenvironment.org/northstlfood)).
- Publication of the Missouri Coalition for the Environment's St Louis Regional Food Study. [www.moenvironment.org/stlfoodshed](http://www.moenvironment.org/stlfoodshed)
- MCE's North St. Louis Listening Session Report [www.moenviron-ment.org/listeningessionreport2018](http://www.moenviron-ment.org/listeningessionreport2018)

# "Comida Boa na Grande Manchester"

## Uma parceria alimentar estratégica urbano-regional

Rebecca St. Clair  
Adrian Morley

**Este artigo relata o desenvolvimento da Good Food Greater Manchester (GFGM), uma parceria alimentar multissetorial que visa agir como organização "guarda-chuva" para apoiar e aprimorar atividades locais ligadas à alimentação nos três distritos que compõem a Grande Manchester, no Reino Unido, enquanto torna mais sustentável o sistema alimentar em toda a região.**

Na Grande Manchester, a sustentabilidade da alimentação não tinha um papel importante no discurso político até relativamente pouco tempo. Essa ausência é notável na "Estratégia para a Grande Manchester, Nosso Povo, Nosso Lugar", que foi renovada em 2017, após a eleição do novo prefeito municipal. A estratégia estabelece as novas ambições para o futuro desenvolvimento da Grande Manchester em torno de dez temas-chave, mas não menciona a sustentabilidade alimentar. A alimentação é mencionada apenas duas vezes, em ambas relacionada com o setor produtivo de alimentos e recursos hídricos, e seu papel na estratégia industrial local. Isso reflete uma tendência de se ver a alimentação através de lentes econômicas, que pode inibir nossa habilidade para adotar uma abordagem mais holística para a política alimentar, que considera outras áreas de nossas vidas, como a saúde, a justiça social e o bem-estar da comunidade.

O GFGM foi estabelecido para promover a sustentabilidade da alimentação na agenda política e a criação de um plano estratégico e coordenado para abordar questões alimentares no nível urbano-regional. A parceria multissetorial existe desde 2014, após a publicação de um estudo escrito por dois dos membros criadores do plano, Debbie Ellen e Lucy Danger, que apresentava a importância da alimentação sustentável em vários aspectos, que requer liderança estratégica focando em toda a Grande Manchester. O nome da parceria foi decidido após consulta promovida por uma agência de comunicação local em 2016.

A membresia da GFGM inclui representantes da academia, do setor público, consultores privados, e o setor voluntário e comunitário; e não há regras sobre quem pode ou não se tornar membro (1).

Não há funções pagas - por exemplo, a posição de secretário é ocupada por um pesquisador PhD voluntário da Universidade de Salford, e o diretor-geral interino é um pesquisador na Universidade Metropolitana de Manchester, onde as reuniões geralmente acontecem, uma vez a cada dois meses. A parceria não é uma entidade formalmente constituída, e os processos de gerência e financiamento ocorrem atualmente sob responsabilidade da comissão gestora.

*Estratégia da Grande Manchester, "Nosso povo, Nosso Lugar". GMCA 2017*



## Outras comissões alimentares urbano-regionais no Reino Unido

O desenvolvimento do GFGM como um conselho de política alimentar urbano-regional levantou uma série de questões em torno dos processos que definem a estrutura, as funções e a governança de parcerias que representem uma área maior do que cidades e vilas isoladas.

A rede Cidades com Alimentação Sustentável – Sustainable Food Cities (1), que fornece orientação para várias cidades do Reino Unido, também apoia parcerias que representam regiões, condados e áreas metropolitanas, como, por exemplo, Good Food Leicestershire, Good Food East Midlands, e o London Food Board.

O Good Food Leicestershire está integrado ao Conselho do Condado de Leicestershire, e oferece apoio a dois grupos intersetoriais ativos em dois de seus distritos (Harborough e Melton). O Conselho de Leicestershire tem um funcionário assalariado na sua equipe, responsável por coordenar e implementar ações, além de apoiar grupos locais no desenvolvimento de seus planos ligados à alimentação.

O Good Food East Midlands é liderado pelo programa Public Health England / East Midlands (Saúde Pública Inglaterra), mas mantém uma rede aberta para novos membros e não está ligado a nenhuma instituição oficial local ou regional. A rede oferece oportunidades para troca de informações e compartilhamento das melhores práticas para a região por meio de oficinas e impressos.

O Conselho Alimentar de Londres (London Food Board) é uma comissão estratégica de alto nível que usa seus conhecimentos para apoiar o desenvolvimento da Estratégia Alimentar de Londres, e seus membros são apontados por meio de um processo de recrutamento competitivo. Embora a membresia do London Food Board não seja aberta para o público, existe um subgrupo associado chamado Grupo Alimentar de Vizinhança (Boroughs Food Group) que é aberto para qualquer organização ou indivíduo de qualquer área da Grande Londres. O Boroughs Food Group é coordenado por uma equipe de política alimentar, vinculado à Autoridade da Grande Londres (Greater London Authority) e realiza seus encontros no Palácio Municipal.

Os três grupos alimentares têm prioridades, recursos e estruturas bem diferentes, sugerindo que não existe nenhum modelo que sirva a todas as situações de governança ou composição da membresia para formar parcerias estratégicas alimentares regionais.

### Apoio oficial

Desde a criação do GFGM, vários desenvolvimentos ocorreram no contexto político que ajudaram a formatar a evolução da parceria. Durante os últimos dois anos, o prefeito de Manchester organizou duas Cúpulas Verdes (2), que reuniram especialistas com uma ampla gama de conhecimentos para explorar melhor os caminhos rumo a uma região e uma cidade neutra em termos de emissão de carbono.

Em 2018, primeira Cúpula Verde municipal reuniu as recomendações recolhidas de vários eventos temáticos e resultou no apoio formal da prefeitura à GFGM. A Cúpula de 2018 foi seguida pela publicação do texto "Greater Manchester's Springboard to a Green City Region" (3), que indicou a GFGM como a Comissão Alimentar Estratégica da Grande Manchester.

Após esse reconhecimento oficial, o Good Food Greater Manchester esteve trabalhando com a Parceria de Saúde e Cuidados Sociais da Grande Manchester (Greater Manchester Health and Social Care Partnership - GMHSCP) para fazer avançar a agenda da alimentação sustentável da região. As duas parcerias encomendaram uma revisão estratégica do cenário alimentar da Grande Manchester, completado em 2019. A revisão reuniu informações de 47 entrevistas com pessoas de vários setores sobre o seu trabalho atual, as suas prioridades para ações, a sua capacidade de agir, as relações com outras partes interessadas, e as oportunidades e barreiras para o sucesso e suas perspectivas quanto à governança. As principais conclusões enfatizaram a importância da colaboração e a necessidade de liderança objetiva e capaz na política alimentar no nível regional.

A elaboração de um documento sobre a estratégia alimentar sustentável para a região foi recomendada para avaliar a natureza multissetorial da alimentação e assegurar o alinhamento das várias agendas políticas. Os próximos passos propostos por essa revisão estratégica têm base na necessidade de organizar um processo de liderança e governança, visando incluir a política alimentar no nível estratégico de governança, e realizar um evento, como uma "cúpula alimentar".

A revisão também destacou a necessidade de contar com uma equipe assalariada para coordenar os próximos passos e apoiar o desenvolvimento de um plano de ação quinquenal. A parceria objetiva abordar essas questões durante os próximos meses por meio da colaboração continuada com a GMHSCP.

É claro que estabelecer parcerias alimentares pode ser um processo longo, consumidor de tempo, que depende da boa vontade e disponibilidade de seus membros e onr4 frequentemente faltam recursos. Até que os recursos necessários estejam garantidos, o GFGM depende da dedicação e do entusiasmo contínuos de ativistas visionários, como Lucy e Debbie mencionaram mais cedo.

O reconhecimento e o apoio que a GFGM recebeu refletem o trabalho intenso que tem sido dedicado ao seu desenvolvimento, constituindo-se num sólido fundamento para apoiar a alimentação sustentável em toda a cidade e sua região.

A pesquisa para este artigo foi financiada pela Manchester Geographical Society and Food Chains 4EU (Interreg Europe)

**Rebecca St. Clair e Adrian Morley**  
Manchester Metropolitan University  
[R.St.Clair@mmu.ac.uk](mailto:R.St.Clair@mmu.ac.uk)

## Referências

1. [www.sustainablefoodcities.org/about.html](http://www.sustainablefoodcities.org/about.html)
2. [www.greatermanchester-ca.gov.uk/what-we-do/environment/green-summit/](http://www.greatermanchester-ca.gov.uk/what-we-do/environment/green-summit/)
3. [www.greatermanchester-ca.gov.uk/media/1317/springboard-report.pdf](http://www.greatermanchester-ca.gov.uk/media/1317/springboard-report.pdf)

## Leituras complementares

### **A importância dos conselhos de política alimentar**

#### *The Importance of Food Policy Councils*

Olivier De Schutter (ex-relator especial da ONU sobre direito à alimentação e co-presidente do Painel Internacional de Peritos em Sistemas Alimentares Sustentáveis) discute a importância dos conselhos de política alimentar e reconhece como esses conselhos na América do Norte vieram a influenciar e inspirar o surgimento e expansão dos conselhos semelhantes na Europa. De Schutter participou do Congresso de Frankfurt sobre Conselhos Alimentares realizado em novembro de 2018.

[www.youtu.be/xaErWSW1ReM](http://www.youtu.be/xaErWSW1ReM)

### **Empresários municipais de política alimentar: Uma análise preliminar de como as cidades e distritos regionais do Canadá estão envolvidos na mudança do sistema alimentar (2013)**

#### *Municipal Food Policy Entrepreneurs: A preliminary analysis of how Canadian cities and regional districts are involved in food system change (2013)*

Revisão e análise do trabalho de 64 municípios e regiões visando melhorar o sistema alimentar no Canadá, usando uma mistura de políticas e programas municipais civil.

[www.tfpc.to/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/Report-May30-FINAL.pdf](http://www.tfpc.to/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/Report-May30-FINAL.pdf)

### **Projetando políticas alimentares urbanas - conceitos e abordagens (2019)**

#### *Designing Urban Food Policies - Concepts and Approaches (2019)*

Publicado na série de livros sobre agricultura urbana editada por Joe Nasr, Christine Aubry e Eric Duchemin. O livro pode ser baixado gratuitamente em.

[www.link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-030-13958-2](http://www.link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-030-13958-2)

### **Promovendo e medindo o progresso: rumo a uma abordagem sistêmica para alimentos saudáveis e sustentáveis**

#### *Making the case and measuring progress: Towards a systems approach to healthy and sustainable food*

Um conjunto de ferramentas e recursos para medir o sucesso e defender os programas locais visando a uma alimentação sustentável, desenvolvido pela Rede de Cidades Sustentáveis do Reino Unido. O recurso tem como objetivo ajudar os governos e as comunidades da cidade a promover mudanças no sistema alimentar em um momento de austeridade financeira.

[www.sustainablefoodcities.org/Portals/4/Documents/SFC%20indicators%20final%20draft%20for%20website.pdf](http://www.sustainablefoodcities.org/Portals/4/Documents/SFC%20indicators%20final%20draft%20for%20website.pdf)

### **Os conselhos alimentares: uma ferramenta municipalista para a transformação do sistema alimentar - um guia para os conselhos de política alimentar (em espanhol)**

#### *Los Consejos Alimentarios: Una herramienta municipalista para la transformación del sistema alimentario (Food Councils: A municipal tool for the transformation of the food system).*

Ana Moragues-Faus.

[www.soberaniaalimentaria.info/images/estudios/consejos-alimentarios-moragues-final-web.pdf](http://www.soberaniaalimentaria.info/images/estudios/consejos-alimentarios-moragues-final-web.pdf)

### **Cidades sustentáveis de alimentos: acertando o básico**

*Sustainable Food Cities: Getting the Basics Right*

Uma visão geral do processo de criação de uma rede de parceiros e do desenvolvimento de um plano de ação alimentar, bem como do processo de inscrição na Rede de Cidades Sustentáveis do Reino Unido. O guia é voltado para parcerias alimentares emergentes recentes e para as que estão inativas ou operando com capacidade reduzida mas pretendendo retornar.

[www.sustainablefoodplaces.org/resources/food\\_governance\\_and\\_strategy/](http://www.sustainablefoodplaces.org/resources/food_governance_and_strategy/)

### **Parcerias com várias partes interessadas para financiar e melhorar a segurança e nutrição alimentar no âmbito da Agenda 2030**

*Multi-stakeholder partnerships to finance and improve food security and nutrition in the 2030 Agenda*

Relatório do Painel de Peritos de Alto Nível sobre Segurança Alimentar e Nutrição, preparado para informar debates na 45a Sessão Plenária do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar, em outubro de 2018. O relatório reconhece a crescente importância dos parceiros multilaterais na governança alimentar em diferentes escalas, bem como as eventuais controvérsias. Em especial, inclui um capítulo sobre as condições internas e o ambiente externo que podem melhorar a contribuição das várias partes parceiras interessadas em promover a segurança alimentar e nutricional.

[www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE\\_Reports/HLPE-Report-13\\_EN.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-13_EN.pdf)

### **Conselhos de Política Alimentar: Lições Aprendidas (2009)**

*Food Policy Councils: Lessons Learned (2009)*

Embora tenha sido elaborada há uma década, essa avaliação foi uma extensa revisão das experiências dos conselhos de política alimentar na América do Norte ao longo de 30 anos.

[www.foodfirst.org/wp-content/uploads/2014/01/DR21-Food-Policy-Councils-Lessons-Learned-.pdf](http://www.foodfirst.org/wp-content/uploads/2014/01/DR21-Food-Policy-Councils-Lessons-Learned-.pdf)

### **O estado da pesquisa: uma bibliografia anotada sobre pesquisas existentes, emergentes e necessárias sobre grupos de política alimentar**

*State of the research: An annotated bibliography on existing, emerging, and needed research on food policy groups (2017)*

[www.foodpolicynetworks.org/food-policy-resources/?resource=938](http://www.foodpolicynetworks.org/food-policy-resources/?resource=938)

### **Ferramenta para auto-avaliação de conselhos de política alimentar: desenvolvimento, testagens e resultados (2017)**

#### **Conceitos para avaliação, como liderança, inclusividade do ambiente, compartilhamento de conhecimentos, empoderamento dos membros e sinergia**

*The Food Policy Council Self-Assessment Tool: Development, Testing, and Results (2017)*

*Measures concepts such as leadership, inclusiveness of council climate, knowledge sharing, member empowerment, and synergy.*

Pode ser usado para estabelecer uma linha de base da função do conselho, e medir as mudanças ao longo do tempo, especialmente antes e depois de atividades de capacitação.

[www.assets.jhsph.edu/clf/mod\\_clfResource/doc/Food%20Policy%20Council%20Self%20Assessment%20Tool\\_Calancie%202017.pdf](http://www.assets.jhsph.edu/clf/mod_clfResource/doc/Food%20Policy%20Council%20Self%20Assessment%20Tool_Calancie%202017.pdf) e [www.unc.az1.qualtrics.com/jfe/form/SV\\_5u11BKmm1AqKWaN](http://www.unc.az1.qualtrics.com/jfe/form/SV_5u11BKmm1AqKWaN)

## Consiga isso juntos

### *Get it Together*

Esse conjunto de ferramentas foi desenvolvido para qualquer grupo envolvido com sistemas alimentares que trabalhe (ou pretenda trabalhar) com questões ligadas à alimentação. Pode ser usado para avaliar o desempenho atual ou saber mais sobre o processo de trabalho ligado a políticas alimentares usando um modelo envolvendo as várias partes interessadas. Se um grupo quiser obter uma compreensão mais acurada do que o processo político está provocando, mas não tem experiência necessária, essas ferramentas podem ser usadas como um guia para ajudar as discussões.

[www.jhsph.co1.qualtrics.com/jfe/form/SV\\_6qYZ6idMhnruBD](http://www.jhsph.co1.qualtrics.com/jfe/form/SV_6qYZ6idMhnruBD)

## Ferramenta para auditoria de políticas alimentares

### *Food policy audit tool*

A ferramenta foi desenvolvida para assistir o processo de planejamento alimentar e testado em um curso de planejamento urbano e ambiental na Universidade da Virgínia. A Fase 1 da auditoria incluiu uma pesquisa com 113 questões sim ou não relacionadas com a existência de políticas alimentares ligadas à saúde pública, desenvolvimento econômico, impactos ambientais, equidade social, e conservação do solo; a Fase 2 confirmou a validade dos resultados da primeira fase por meio de reuniões com atores envolvidos, que também deram suas visões sobre o sucesso das políticas e iniciativas em andamento, atitudes e percepções da comunidade, suas prioridades para o futuro.

[www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/118](http://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/118) [artigo] e

[www.assets.jhsph.edu/clf/mod\\_clfResource/doc/Audit\\_Tool\\_10.pdf](http://www.assets.jhsph.edu/clf/mod_clfResource/doc/Audit_Tool_10.pdf) [ferramenta]

## Transformar o sistema alimentar exige mais que mudanças: histórias de financiamento de conselhos de política alimentar

### *Changing the food system takes more than change: Stories of Funding Food Policy Councils (2018)*

Histórias de sete CPAs na América do Norte, sobre como buscaram fundos para apoiar seu trabalho. Também destacam-se questões e lutas importantes que os CPFs enfrentam continuamente causadas por mudanças nas prioridades dos financiadores ou na disponibilidade de doações.

<http://www.foodpolicynetworks.org/food-policy-resources/?resource=1301>

## Tem dinheiro? Seminário online sobre como conseguir financiar conselhos de política alimentar

### *Got Money? Making the Case for Funding Food Policy Councils webinar (2018).*

Uma mesa-redonda virtual sobre como expressar o valor do seu trabalho e defender apoio para um conselho de política alimentar. Ouça os motivos que levam fundações e outras instituições públicas e privadas de saúde etc. a apoiarem conselhos de política alimentar. Aprenda com as experiências bem-sucedidas como mostrar o impacto do seu trabalho.

[www.youtube.com/watch?v=GpU4TjJPS\\_g&feature=youtu.be](http://www.youtube.com/watch?v=GpU4TjJPS_g&feature=youtu.be)

## Financiando conselhos de política alimentar: lições desde o campo (2015)

### *Funding Food Policy Councils: Lessons from the Field (2015)*

Webinar: Dois financiadores e um coordenador do conselho de políticas alimentares falam sobre como superar os desafios do financiamento. As discussões examinaram como a política e a advocacia integram a missão de uma fundação ou de qualquer entidade do setor; os indicadores de sustentabilidade financeira que os financiadores desejam; e as medidas para desenvolver e manter relacionamentos com financiadores. Aprenda como um conselho trabalhou com financiadores e atraiu

apoio.

[www.youtube.com/watch?v=uvhBla1HPRg&feature=youtu.be](http://www.youtube.com/watch?v=uvhBla1HPRg&feature=youtu.be)

**Financiando Conselhos de Política Alimentar: histórias desde o campo (2015)**

Como cinco CPAs de cidades, municípios e estados financiaram os seus esforços.

[www.assets.jhsph.edu/clf/mod\\_clfResource/doc/FundingFPCsStoriesfromtheField\\_6-12-15.pdf](http://www.assets.jhsph.edu/clf/mod_clfResource/doc/FundingFPCsStoriesfromtheField_6-12-15.pdf)